



Universidade Estadual Paulista

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

O Espaço das Águas

Interpretação Ambiental Visando a Conservação dos Recursos Hídricos

Davi Gutierrez Antonio

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange T. de L. Guimarães

Rio Claro (SP)

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Universidade Estadual Paulista
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Espaço das Águas

Interpretação Ambiental Visando a Conservação dos Recursos Hídricos

Davi Gutierrez Antonio

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Solange T. de L. Guimarães

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do Título de **Mestre em Geografia**.

Rio Claro (SP)

2006

910h.7 Antonio, Davi Gutierrez
A635e O espaço das águas : interpretação ambiental visando a
conservação dos recursos hídricos / Davi Gutierrez Antonio.
– Rio Claro : [s.n.], 2006
169 f. : il., gráfs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Solange Teresinha de Lima Guimarães

1. Geografia humana – Aspectos ambientais. 2. Percepção e
interpretação ambiental. 3. Conservação. 4. Crianças. 5. Ilha do
Cardoso (SP). I. Título.

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. SOLANGE T. De L. GUIMARÃES (Orientadora) - **UNESP** / Rio Claro

Prof^a. Dr^a. ANDREA COELHO LASTÓRIA - **USP** / Ribeirão Preto

Prof. Dr. CARLOS EDUARDO MATHEUS - **USP** / São Carlos



DAVI GUTIERREZ ANTONIO

Rio Claro, 1º de Setembro de 2006.

AGRADECIMENTOS

Se navegar é preciso, sozinhos não avançamos, não vencemos as ondas e tribulações que se impõe no decorrer da vida e de um trabalho com esse, assim tenho muito agradecimentos às pessoas que navegaram comigo neste trabalho, direta ou indiretamente:

Começo os agradecimentos pelo principal: A Deus.

À professora Solange T. de L. Guimarães, pela orientação.

Aos professores Bernadete Ap. C. de C. Oliveira e Archimedes Perez Filho pelas contribuições no exame de qualificação.

À minha família pela compreensão e apoio.

À Renata, pelo carinho, apoio, motivação e ombro nas horas difíceis, e sobretudo pelas contribuições ao longo da confecção deste trabalho, que foram muitas, como: apoio em campo, organização do material, idéias, entre outras coisas.

Às minhas grandes amigas do coração, que foram fundamentais em minha vida e na realização deste, são tantos agradecimentos que não caberia numa folha de papel: Renata, Milene, Mari e Morango.

A República Asilo Circense, Lye Otani, Bera (Eduardo) e claro a July, pelas quartas e pela alegria. Aos meus amigos Shurato (Marcelo) e Reinaldo, pelo apoio antes e durante essa pesquisa.

Se nossa vida é como um jardim, tenho o prazer de ter como amiga a mais bela rosa, na verdade Rose, ou melhor Tuca.

Ao meu amigo e agora colega de trabalho Marcio Moraes, que com seu conhecimento ambiental e amizade trouxeram importantes contribuições nas nossas discussões sobre o Meio Ambiente. À minha também amiga e colega de profissão, Aninha, que contribuiu diretamente com a tradução do resumo.

Aos colegas da Faculdade Assetta e do colégio Objetivo.

Finalizando, tenho um agradecimento especial a fazer, uma pessoa que pelo convívio tornou-se uma amiga, e também, para mim, um exemplo de pessoa e de profissional a ser seguido. Com sua simplicidade, seriedade e saber, fez acontecer a concretização de uma idéia que parecia mais um devaneio, tornou possível o navegar dessa pesquisa, tenho essa pessoa no coração, e sempre a levarei comigo. Obrigado Sol (Prof^a. Solange).

SUMÁRIO

<i>Índice</i>	<i>i</i>
<i>Índice de Tabelas / Quadros</i>	<i>ii</i>
<i>Índice de Gráficos</i>	<i>ii</i>
<i>Índice de Mapas</i>	<i>ii</i>
<i>Índice de Figuras</i>	<i>iii</i>
<i>Resumo</i>	<i>v</i>
<i>Abstract</i>	<i>v</i>
<i>Introdução</i>	<i>2</i>
<i>1 - Navegando à Ilha: Estratégias e Procedimentos Metodológicos</i>	<i>8</i>
1.1 PESQUISA QUALITATIVA	10
1.2 TRABALHO DE CAMPO	12
1.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	17
1.4 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	19
1.5 ESTUDO EM SOCIEDADES INSULARES	20
1.6 O ESTUDO DA PERCEPÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E A PESQUISA	22
<i>2 - A Ilha</i>	<i>25</i>
2.1 ASPECTOS GERAIS	25
2.2 CONCEITO DE ILHA E A “ILHA” PONTAL DO LESTE	33
2.2.1 COMUNIDADE E MORADORES	37
2.3 ÁGUAS DA ILHA: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES	40
2.4 PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA	49
2.4.1 A PERCEPÇÃO DA ILHA NO DESENHO INFANTIL: A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	55
<i>3 - Mar de Fora e Rio de Dentro</i>	<i>62</i>
3.1 O DESENHO COMO REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	63
3.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DO DESENHO INFANTIL	69
3.3 ANÁLISE QUALITATIVA: EMPREGO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	83
3.3.1 MAR DE FORA	89
3.3.2 RIO DE DENTRO	104
3.4 ENCONTRO DAS ÁGUAS	115
<i>4 - Navegando para a Conservação Participativa</i>	<i>124</i>
<i>5 - Considerações Finais</i>	<i>148</i>
<i>Referencial Bibliográfico</i>	<i>150</i>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	157
<i>Anexo I - Relatos Ampliados</i>	<i>159</i>

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1 - NAVEGANDO À ILHA: ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS...	8
1.1 PESQUISA QUALITATIVA.....	10
1.2 TRABALHO DE CAMPO.....	12
1.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	17
1.4 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	19
1.5 ESTUDO EM SOCIEDADES INSULARES.....	20
1.6 O ESTUDO DA PERCEPÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E A PESQUISA.....	22
2 - A ILHA	25
2.1 ASPECTOS GERAIS.....	25
2.2 CONCEITO DE ILHA E A “ILHA” PONTAL DO LESTE.....	33
2.2.1 COMUNIDADE E MORADORES.....	37
2.3 ÁGUAS DA ILHA: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES.....	40
2.4 PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA.....	49
2.4.1 A PERCEPÇÃO DA ILHA NO DESENHO INFANTIL: A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA.....	55
3 - MAR DE FORA E RIO DE DENTRO	62
3.1 O DESENHO COMO REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA.....	63
3.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DO DESENHO INFANTIL.....	69
3.3 ANÁLISE QUALITATIVA: EMPREGO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	83
3.3.1 MAR DE FORA.....	89
3.3.2 RIO DE DENTRO.....	104
3.4 ENCONTRO DAS ÁGUAS.....	115
4 - NAVEGANDO PARA A CONSERVAÇÃO PARTICIPATIVA	124
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	150
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	157
ANEXO I - RELATOS AMPLIADOS.....	159

ÍNDICE DE TABELAS / QUADROS

Tabela 1 - Categorias de Análise.....	19
Quadro 1 - Ocupantes da Comunidade Pontal do Leste.....	40
Quadro 2 - Infra-estrutura comunitária.....	40

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Desenhos por Representação.....	69
Gráfico 2 – Porcentagem do Aparecimento do Elemento “Água” nos Desenhos.....	71
Gráfico 3 – Percentual da Representação do Elemento “Água” entre os autores.....	71
Gráfico 4 – Número de Desenhos por Representação.....	73
Gráfico 5 – Número de Desenhos por Representação.....	75
Gráfico 6 – Número de Desenhos por Representação.....	76
Gráfico 7 – Aparecimento da Representação “Ilha do Cardoso” nos Desenhos.....	77
Gráfico 8 – Número de Desenhos por Representação.....	80

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Parque Estadual “Ilha do Cardoso” – Cananéia - SP.....	30
Mapa 2 - Ponta Sul do Parque Estadual Ilha do Cardoso: Delimitação Espacial.....	121

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Foto: Crianças na Oficina de Brinquedos.....	15
Figura 2 - Foto: Brinquedo produzido na Oficina: Barco.....	15
Figura 3 - Mapa Conceitual da Pesquisa.....	21
Figura 4 - Foto: Entrada da Comunidade Pontal do Leste – Canal do Ararapira.....	27
Figura 5 - Foto: Canoas na Entrada da Comunidade Pontal do Leste.....	28
Figura 6 - Foto: Canoas na Praia.....	28
Figura 7 - Foto: Perfil Arenoso da Ponta Sul da Ilha do Cardoso.....	29
Figura 8 - Mosaico de Imagens Orbitais: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”.....	31
Figura 9 - Imagem Orbital, Modificada, Ponta Sul do PEIC.....	32
Figura 10 - Desenho: Trajeto Casa - Escola (Casa do Altair).....	35
Figura 11 - Foto Oceano Atlântico e Ilha da Figueira.....	44
Figura 12 - Foto: Crianças Brincando no Canal do Ararapira.....	47
Figura 13 - Foto: Comunidade Barra do Ararapira e Criação de Mexilhão.....	48
Figura 14 - Desenho: Ave Taicu (Taiko).....	66
Figura 15 - Foto: Ave Petrel Taiko.....	66
Figura 16 - Desenho: Ilha da Figueira e Barco de Pesca (placa de proibição de pesca ao fundo).....	70
Figura 17 - Desenho: Barco.....	72
Figura 18 - Desenho: Furacão no Mar de Fora.....	74
Figura 19 - Desenho: Paisagem da Ilha.....	78
Figura 20 - Foto: Casas e Vegetação da Comunidade Pontal do Leste.....	79
Figura 21 - Foto: Pássaros.....	79
Figura 22 - Desenho - Pessoas Pescando.....	81
Figura 23 - Desenho: Helicóptero.....	81
Figura 24 - Esquema do Corpo Humano e suas Representações.....	84
Figura 25 - Foto: Crianças Brincando no Canal do Ararapira.....	85
Figura 26 - Foto: Renato e Thiago brincando com o bote no Canal do Ararapira.....	85
Figura 27 - Foto: Barco Supermercado.....	86
Figura 28 - Foto: Canoa em Frente ao Oceano Atlântico.....	87
Figura 29 - Desenho: Barcos Pescando no Mar de Fora.....	91
Figura 30 - Ilha da Figueira (Oceano Atlântico).....	91
Figura 31 - Desenho: Barco no Mar de Fora.....	92
Figura 32 - Desenho: Barco Pescando no Mar de Fora.....	93
Figura 33 - Foto: Ilha da Figueira e Barco de Pesca	93
Figura 34 - Barco de Pesca (Renato, Thiago e seu pai).....	94

Figura 35 - Desenho: Barco de Pesca.....	94
Figura 36 - Desenho: Ilha da Figueira.....	96
Figura 37 - Desenho: Ilha da Figueira e Tubarão.....	97
Figura 38 - Desenho: Tintorera ou Tubarão Azul.....	98
Figura 39 - Tubarão Azul.....	98
Figura 40 - Peixe Miraguaia ou Miraguaça.....	100
Figura 41 - Desenho: Miraguaça no Oceano “Mar de Fora”.....	100
Figura 42 - Bolacha-do-Mar.....	100
Figura 43 - Desenho: Meninas Brincando na Praia.....	102
Figura 44 - Foto: Praias do Trecho Sul da Ilha do Cardoso.....	103
Figura 45 - Foto: Altair e seu Quadro do Peixe Miraguaia.....	104
Figura 46 - Peixe Miraguaça ou Miraguaia.....	105
Figura 47 - Desenho: Porto e Restaurante Pontal.....	106
Figura 48 - Foto: Restaurante Pontal do Leste e Canoas (Porto do Canal do Ararapira).....	107
Figura 49 - Foto: Aquicultura - Criação de Mexilhão.....	107
Figura 50 - Foto: Porto da Comunidade Pontal do Leste e Barcos Fundeados.....	108
Figura 51 - Desenho: Escuna.....	109
Figura 52 - Desenho: Pessoas Pescando em um Barco e Canoa Fundeada.....	110
Figura 53 - Desenho: Montanhas atrás do Rio.....	111
Figura 54 - Desenho: Rio de Dentro.....	112
Figura 55 - Foto: Escarpa da Serra do Mar.....	112
Figura 56 - Foto: Escarpa da Serra do Mar.....	113
Figura 57 - Desenho: Boto.....	114
Figura 58 - Foto: Boto.....	114
Figura 59 - Desenho: Mapa Mental Trajeto Casa-Escola.....	116
Figura 60 - Desenho: Mapa Mental Trajeto Casa-Escola.....	117
Figura 61 - Montagem de Desenhos e Barcos de Papel: Barcos Pescando no Mar de Fora.....	136
Figura 62 - Embarcação tipo baleeira - sem motor de centro e cobertura.....	136
Figura 63 - Desenho: Traineira Pescando - Mar de Fora.....	138
Figura 64 - Foto: Rochas na Ilha da Figueira.....	138
Figura 65 - Foto: Gruta no lado oposto da Ilha da Figueira.....	138
Figura 66 - Traineira.....	139

RESUMO

A água e seus usos econômicos, sociais e simbólicos, pela visão das crianças de uma comunidade tradicional caiçara e insular, a partir da percepção e interpretação ambiental que elas estabelecem no seu modo de vida, e conseqüentemente a sua representação, é o foco de estudo desta pesquisa. Assim, a representação do processo perceptivo foi buscada nos desenhos das crianças, como forma de aproximação com a realidade ilhéu através de uma narrativa simbólica que é o desenho infantil. Este tema deve-se sobretudo a degradação do elemento água, no aspecto social e simbólico, principalmente no que tange às Unidades de Conservação da Natureza, local onde se realizou este estudo o Parque Estadual "Ilha do Cardoso", visando assim aumentar as alternativas para a realização de uma conservação participativa da natureza em especial da água, que leve em conta tanto os conhecimento científicos e tradicionais, como também as pessoas.

Palavras-Chave: Percepção e Interpretação Ambiental; Conservação; Crianças; Ilha do Cardoso.

ABSTRACT

The water and your economic way of using, social and symbolical; by point of view from children in a traditional native insular community; from perception and environmental explanation that they settle in their way of life; consequently your presentation, is the focus of study in this research. Thus, presentation of perceptive process had taken from children's drawings, like a way of approach with islander reality through of a symbolical report that is childish drawing. This subject refers mainly to degradation of element water, in social and symbolical appearance; mainly refers to Unit of Nature's Maintenance, where had achieved this study; "Parque Estadual Ilha do Cardoso", (State Park Cardoso's Island); seeking to raise alternatives to consummate upkeep of the Nature, specially "water", considering scientific and traditional knowledge, like people too.

Key-words: Perception and Environmental Interpretation; Maintenance; Children; Island of the Cardoso.

Introdução



INTRODUÇÃO

Água e ser humano são o tema deste trabalho, *água* como lugar e espaço vivido, lugar do devaneio e da memória, num sentido de *dwelling*¹, vivido nos sentidos da mente e dos arquétipos, e ainda lugar e espaço da construção diária do modo de vida. Para tal, analisamos uma comunidade tradicional caiçara, enfocando, sobretudo, as crianças, que vivem, ouvem e participam da vida diária da comunidade, ligadas ao aprendizado do *savoir-faire*, e que estão em pleno desenvolvimento cognitivo. A comunidade participante da pesquisa situa-se no Parque Estadual “Ilha do Cardoso” (PEIC), Cananéia – SP, no extremo sul da ilha, denominando-se “PONTAL DO LESTE”.

Consideramos a ilha como lugar onde cultura, sociedade e espaço coincidem (DIEGUES, 1998, p. 27). Pensamos espaço enquanto terra (Ilha) e água (Oceano e Rio), onde se constroem as diversas práticas sociais e simbólicas da cultura neotradicional caiçara.

As comunidades caiçaras, habitando uma ilha, tornam-se insulares, sujeitando-se aos fenômenos de Ilheidade, Maritimidade e Insularidade (DIEGUES, 1998). Os enfoques desta pesquisa são para os dois últimos fenômenos, sendo que a extensão da pesquisa não abarca totalmente a questão da Ilheidade, embora a julguemos de relevância extrema para o estudo de comunidades ilhéus.

Nesse sentido, os principais autores que permearam toda a pesquisa e a presente reflexão foram: Bachelard (1997, 1978), no que concerne à água, elemento material, numa perspectiva fenomenológica; Diegues (1998, 2000), na discussão do conceito Ilha e água; Morin (1999, 2005), dando o subsídio necessário através da teoria do conhecimento; e Lima (1996), Guimarães (2002, 2002b, 2004, 2004b), Buttimer e Seamon (1980), Seamon (1996) e Relph (1976), sobre os estudos de percepção e interpretação ambiental e geografia cultural. Há também outros importantes autores que são discutidos no decorrer do texto, de forma a subsidiar e teorizar as pesquisas de campo, principalmente na análise do material e dados recolhidos e na discussão da pesquisa.

Para traçarmos os caminhos da pesquisa, sua estratégia e procedimentos, recorreremos à Antropologia Cultural, principalmente com Geertz (1978), sendo nosso principal instrumento de trabalho o *Diário de Campo*, e a confecção dos Relatos Ampliados (Anexo I). A principal fonte de informações, além do Diário, foi a confecção de desenhos pelas crianças da comunidade participante, sendo que estes desenhos serão analisados à luz da psicologia, fundamentando-se em Stern (1962), Ponty (1974a, 1974b), Vigotski

¹ Como noção fenomenológica, introduzida por Heidegger, que significa viver harmoniosamente no lugar, sentir-se em casa tanto social, ecológica e espiritualmente. (Christofolletti, 1982, p. 165).

(1998,1999, 2003) e Di Leo (1991), e da geografia a partir dos fundamentos da percepção e interpretação ambiental e do lugar (RELPH, 1976; 1979).

Nosso principal questionamento é a respeito do papel da água na vida das crianças e, conseqüentemente, na vida da comunidade. Quando esse espaço se torna lugar e/ou espaço vivido, passando a fazer parte do imaginário, dos devaneios e do cotidiano das crianças, de sua percepção em relação às suas origens, numa condição de arquétipos relacionados à paisagem (JUNG, 1987), que às vezes torna-se somente a água, mesmo quando as crianças não estão em contato direto com ela, sonham com esse elemento material, e estão *sobre* e *sob* essa essência, ou seja, contidas, imersas, mergulhadas nela.

A escolha da criança como principal informante desse estudo baseia-se em Martins (1997), que questiona o papel das mulheres e crianças em pesquisas na área das Ciências Sociais, considerando-as como os *“excluídos e marginalizados da tribuna da vida”* (1997, p.119), somente presentes em pesquisas como atores coadjuvantes, mas que abrem às ciências humanas uma gama enorme de possibilidades: *“um grupo que não fala, mas ouve muito”* (MARTINS, 1997, p. 120). Justifica-se ainda pelos dizeres de Bachelard (1997, p. 9) *“[...] o devaneio da criança é um devaneio materialista. A criança é um materialista nato. Seus primeiros sonhos são os sonhos das substâncias orgânicas.”* Esse devaneio materialista nos leva diretamente ao elemento água, e podemos assim traçar uma relação desse recurso natural com as necessidades da comunidade e as possibilidades de sua utilização. A importância da criança como meio para se compreender o espaço é apontada por Seemann (2006, p. 109): *“[...] as crianças vivem e criam as representações gráficas em forma de desenhos, croquis e mapas mentais são recursos e fontes por excelência para acessar como as crianças pensam, percebem e concebem o espaço”*.

No que tange ao estudo da percepção com crianças, Merleau-Ponty (1990, p.208) propõe que a análise do mundo infantil deve ser feita através da percepção: *“Se se quer ter uma idéia exata do mundo infantil, é preciso em primeiro lugar estudá-lo no nível da percepção [...]”*. Dessa forma, através do estudo da percepção, é possível realizar uma aproximação com o modo de vida das crianças e, conseqüentemente, de seu conhecimento, que é construído por elas no seu dia a dia e representado em seus desenhos. Tem por finalidade a aproximação com a realidade ilhéu, contribuir com novas políticas conservacionistas que conciliam a proteção/conservação ambiental com as sociedades tradicionais e neo-tradicionais, utilizando o conhecimento tradicional de modo a complementar, embasar, justificar e direcionar as atitudes conservacionistas em relação às unidades de conservação, e como fonte para planejamentos ambientais participativos.

O espaço analisado e interpretado nesta pesquisa é o espaço do vivido, pois consideramos como George (1969, p. 35) que *“[...] o homem é levado a dar ao espaço vivido dimensões correspondentes àquela de seu próprio estilo de vida”*. Assim, o espaço

pensado desta maneira reflete o modo de vida, tendo como princípio a vivência e a experiência.

Este trabalho fundamenta-se na visão fenomenológica da Geografia, pois nossa análise busca identificar aspectos do conhecimento e da experiência ambiental em relação à água e sua conservação. Sob esta perspectiva, procuramos na própria comunidade, através das representações das crianças, que são fruto de suas percepções e interpretações ambientais, em especial da água, elemento presente em todos os momentos e sentidos de sua vida insular, a compreensão dos valores atribuídos à paisagem, bem como suas formas de representá-los.

As representações das ilhas, no sentido simbólico ou poético, quase sempre acontecem por meio de indivíduos não-ilhéus (escritores, poetas, e os próprios pesquisadores), e nesse sentido pretendemos que as representações das crianças caiçaras sobressaiam-se na pesquisa, de modo a aproximarmos-nos da realidade ilhéu, e atribuímos o valor necessário às interpretações e representações originadas no próprio meio ilhéu. Daí a importância do trabalho com crianças das comunidades caiçaras e ilhéus no contexto da Geografia.

Torna-se conveniente discutirmos a relação da criança com a Geografia, pois se trata do próprio trabalho. Assim, recorrendo a Seemann (2006, p. 108), podemos separar esse tipo de pesquisa em duas abordagens tradicionais principais:

Pesquisas geográficas sobre crianças podem se enquadrar basicamente em duas abordagens principais que não se excluem mutuamente (KONG, 2000). Por um lado, há um foco na exploração do comportamento espacial das crianças com forte ênfase na psicologia, tratando de temas como o espaço vivido das crianças, seus raios de ação, os ambientes proibidos ou restritos e a importância do lar no desenvolvimento das crianças. Essa vertente é chamada de geografia das crianças (*geography of children*). Por outro lado, uma outra abordagem, denominada geografias infantis (*children's geographies*), ocupa-se principalmente com a compreensão de locais e fenômenos espaciais das crianças e sua consciência espacial. Pesquisas em língua portuguesa, por sua vez, utilizam o termo "Geografia da Infância" que se fundamenta nos conceitos de espaço, lugar, território e cultura e tem "*como questão básica a compreensão da infância em seus diferentes contextos, ou seja, como os arranjos sociais e culturais produzem as infâncias em seus diferentes espaços e tempos e como as crianças se apropriam dessas dimensões*" (LOPES & VASCONCELLOS, 2005: 1-32).

Aprofundando a discussão, consideramos que o potencial da criança vai além de tratarmos a criança como objeto ou mesmo sujeito a ser analisado. Temos que a criança detém um amplo referencial de saberes inerentes ao seu modo de vida, e, portanto, representa um excelente caminho para se compreender a relação do Homem com o Meio Ambiente, e como, através das experiências e vivências, o homem atribui valor às paisagens e aos lugares. Assim, podemos romper com a maneira tradicional de tratarmos a

criança nos estudos geográficos, e ressaltarmos seu valor como sujeitos da história e da construção da vida em comunidade.

Desta forma, a percepção e a interpretação ambiental que buscamos como forma de conhecimento assemelha-se ao êmico, no sentido de buscar através do olhar do sujeito participante da pesquisa, as crianças caiçaras, esse tipo de conhecimento, o tradicional.

Esta pesquisa foi dividida a partir da construção dos conhecimentos necessários às discussões sobre as interpretações ambientais realizadas através das representações simbólicas. Assim, no capítulo primeiro discutimos os procedimentos utilizados na elaboração e realização deste trabalho, os pressupostos eleitos além da reflexão sobre as práticas de campo.

Dando continuidade aos conhecimentos vitais à pesquisa, no segundo capítulo tratamos dos fundamentos teóricos e práticos sobre a “Ilha” e em especial o Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, onde os estudos de campo se realizaram. Especificamos a comunidade participante e dando um enfoque especial aos participantes e autores das representações simbólicas, as crianças, dentro do contexto insular e caiçara. Dentro ainda deste capítulo, levantamos e refletimos sobre os pressupostos teóricos que envolvem o estudo das comunidades insulares e caiçaras, na ótica da Antropologia Cultural e da Geografia.

No capítulo terceiro, realizamos as interpretações ambientais a partir das representações simbólicas construídas pelas crianças. Num primeiro momento, elaboramos um estudo quantitativo, onde objetivamos a análise e compreensão dos aspectos mensuráveis dos desenhos, quando passíveis de quantificação. Essa análise forneceu suporte e argumentos para a continuidade das interpretações e, assim, balizados nas categorias de análise, construímos um estudo qualitativo dos desenhos, apoiados na percepção e interpretação ambiental.

Finalmente, no último capítulo, desenvolvemos uma reflexão sobre os conhecimentos levantados no capítulo três, na sua relação com a conservação e proteção dos recursos naturais, em especial os recursos hídricos. Pretendemos, nesse capítulo, fornecer pressupostos teóricos que orientem ações que visem à conservação, privilegiando áreas de interesse ecológico e social, como Unidades de Conservação da Natureza. Partimos da importância de uma conservação participativa que dê importância ao conhecimento tradicional e às pessoas detentoras desse conhecimento.

OBJETIVO

O objetivo principal deste trabalho é o estudo da percepção e interpretação demonstradas nas representações presentes nos desenhos, a partir do imaginário e da memória das crianças da comunidade, pois estas detêm consigo amplos referenciais, pertinentes ao seu modo de vida. A partir deste ponto, nosso objetivo é fornecer subsídios para a conservação e a preservação ambiental, o que deve partir da própria realidade ilhéu, e segundo nosso estudo, ser desenvolvido através da participação das crianças. Posteriormente, objetivamos a reflexão dessas interpretações ambientais, de forma a propor novos caminhos à proteção dos recursos hídricos, utilizando-se da pesquisa geográfica e etnográfica.

JUSTIFICATIVA

A disponibilidade de água, atualmente, tem gerado uma preocupação no cenário internacional e nacional, tendo em vista a constante degradação e deterioração de outros recursos relacionados à água e sua escassez, levando-nos a reconhecer a necessidade de proteção das águas continentais, oceânicas e seus recursos.

O saber das crianças das comunidades insulares, em especial da Ilha do Cardoso, fundamental para o entendimento do “Espaço das Águas”, nos conduz às questões da conservação e da preservação dos Recursos Hídricos, ao considerarmos que seus conhecimentos podem ser somados a uma formação ambiental consciente, aproximando-nos de sua realidade e, em conjunto, buscarmos e elaborarmos proposições e alternativas para diretrizes e ações conservacionistas, adequadas ao seu modo de vida.

Deste modo, com uma abordagem experiencial e interativa, levando em conta os conhecimentos das crianças, que são muitas vezes relegados a um segundo plano, pretendemos chegar o mais próximo possível da realidade ilhéu e de seu relacionamento com os recursos hídricos, a partir das representações simbólicas construídas pelas crianças. Esperamos assim, que as crianças e suas famílias alcancem uma melhor qualidade de vida e possam também ter assegurada a qualidade ambiental do seu entorno.

A experiência gerada nesta pesquisa será somada às atuais discussões sobre as questões conservacionistas concernentes à água, no sentido de contribuir para ampliar a importância de uma relação dialógica sobre este tema com as populações tradicionais, e somar esforços na busca de maior conhecimento para a conservação deste recurso natural, tão necessário à vida.

1

Navegando à Ilha



1 - NAVEGANDO À ILHA: ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Para as ciências sociais, uma teoria desligada da prática não chega sequer a ser uma teoria”.

Pedro Demo

Navegar em direção à ilha e trilhar seu caminho nas águas é o objetivo deste capítulo. Com a flexibilidade que a água e o próprio tema proporcionam, partimos de pressupostos teóricos e metodológicos de diferentes ciências, de maneira Interdisciplinar, que entendemos como aquela que “[...] *transfere métodos de algumas disciplinas para outras, identificando novos objetos de estudo*” (D’AMBROSIO, 1997, p. 19). Desta forma, pretendemos esclarecer quais foram os procedimentos utilizados na pesquisa, bem como o referencial teórico que os abriga.

Partindo dos pressupostos da própria Geografia, iniciamos com uma breve reflexão sobre o objeto da Geografia Humana, exposto por Demangeon (1985), em ensaio publicado em 1952, no qual o autor define e explica os limites do objeto da ciência geográfica:

Em primeiro lugar é a valorização feita pelas sociedades humanas dos recursos que a natureza fornece ou o que elas conquistaram sobre ela; são os modos de vida tais como os modelam as grandes zonas naturais [...]
Em segundo lugar é a elaboração progressiva pelas sociedades, ao correr dos tempos e através do espaço, dos diferentes procedimentos pelos quais elas têm, para sua subsistência, tirado partido dos recursos naturais [...]
Em terceiro lugar é a distribuição dos homens em função mesmo das condições na natureza e dos recursos criados pela sua exploração [...]
Em quarto lugar são as instituições humanas, isto é, os modos de ocupação da terra desde as formas mais simples até os grupamentos mais complicados, desde a casa e a aldeia até a cidades e os Estados. (p.53)

Esses limites elencados por Demangeon vão de encontro com os próprios objetivos desta pesquisa, reforçando o caráter geográfico e respaldando nossos procedimentos que visam ao estudo do próprio objeto da Geografia, o Espaço Geográfico, e sua construção e reconstrução pelas sociedades e comunidades. Nesse contexto, destacamos as relações entre os seres humanos e os recursos hídricos, assim como as conservações que acontecem sobre essa base territorial, construindo, desconstruindo e reconstruindo símbolos e significados e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos seus modos de vida.

O termo “modo de vida”, empregado neste trabalho, refere-se à forma das sociedades e comunidades construírem sua vida, não somente no sentido biológico, mas principalmente no sentido cultural, que carrega valores e preferências nas decisões individuais e coletivas, sendo estas ligadas principalmente às questões históricas e culturais das sociedades e das comunidades tradicionais ou ainda *neo-tradicionais*.

Continuando a delimitar nosso estudo, ele se desenvolve sobre o contexto da Geografia Humanística, e consiste, como afirma Tuan (1985, p. 146): “[...] *no estudo das idéias geográficas articuladas*”. Desejamos, com isso, nos respaldar na experiência da Geografia no estudo do espaço e das sociedades com suas “*idéias*”, para alcançarmos os objetivos propostos na pesquisa

Esta relação do espaço com suas representações, nos dizeres de Almeida (2003, p. 71), consiste no “[...] *lugar onde os homens e mulheres, ideologicamente diferentes, procuram impor suas representações, sua práticas e seus interesses*”. O termo “impor”, utilizado pelo autor, soa ao nosso ver bastante forte, principalmente se referindo a comunidades tradicionais, onde essa “imposição” não é pessoal e sim coletiva, através das tradições. Optamos, portanto, por uma socialização das diferentes representações pessoais, de modo a incentivar o desenvolvimento de uma representação coletiva do espaço.

Consideramos, fundamentados nas abordagens discutidas ao longo do texto, que o espaço consiste numa base territorial, que é uma construção mental, abarcando a Natureza e as ações humanas, tanto físicas (materiais) como abstratas.

Mas o próprio conceito de espaço, defendido neste trabalho, mantém relação direta com as pessoas que o experienciam, no sentido individual e coletivo, conforme a seguinte afirmação de Buttimer (1985, p. 174): “[...] *o espaço é um conjunto contínuo dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas*”. Assim buscamos na Fenomenologia, em especial na Hermenêutica, a relação do espaço e seus diferentes significados, lembrando-nos de que Simmons (1993, p. 78) propõe que a interpretação destes significados está presente no consciente e inconsciente: “*Hermeneutic phenomenology. This deals with the interpretation of meanings which are revealed as part of the conscious and unconscious lifeworld of an individual*”.²

Outro ponto de significativo interesse é que o espaço, discutido na sua forma de espaço vivido e lugar, e que permeia todo o trabalho, apresenta mobilidade e fluidez por se manter associado ao elemento água, ou seja, ser este elemento, como Guimarães propõe, quando discute a relação dos lugares com a mobilidade (2003, p. 64):

[...] a mobilidade, através dos lugares, consiste, ainda, em um mover-se por um ‘arquivo de lembranças’, ancoradouro das imagens de experiências relativas a ‘espaço, lugar, paisagem’. São elementos transformados em geossímbolos, compreendendo ‘inspiração, permanência, probabilidades, ambivalências’: força e fragilidade imanentes a uma percepção e interpretação.

² Tradução Livre do Autor: *Fenomenologia Hermenêutica. Isto trata da interpretação dos significados que são revelados como parte do mundo vivido consciente e inconsciente de um indivíduo.*

Enriquecemos a discussão com Relph, que considera os elementos materiais na construção do espaço e sua relação com as experiências, como o elemento água, tema principal deste trabalho:

[...] é uma fusão dos espaços da superfície, telúrico, água, ar e construção com os espaços da imaginação e projeção. É sempre um espaço rico e complexo que é ordenado com referência às intenções e experiências humanas, porque estamos imersos e prolongados no espaço através de nossas ações e percepções. Não há nada obscuro ou abstrato nisso, porque é parte da experiência de todos os dias. (apud GUIMARÃES, 1999, p. 157)

Torna-se válido, também, definirmos qual o conceito de lugar utilizado ao longo dessa dissertação. Assim, mais uma vez recorremos a Relph (1976, p. 141), quando conceitua o lugar discutindo seus significados e a experiência envolvida:

Places are fusions of human and natural order and are the significant centres of our immediate experiences of the world. They are defined less by unique locations, landscape, and communities than by the focusing of experiences and intentions onto particular settings. Places are not abstractions or concepts, but are directly experienced phenomena of the lived-world and hence are full with meanings, with real objects, and with ongoing activities.³

Assim, os caminhos seguidos, no que concerne aos conceitos apresentados, envolvem ainda os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, bem como aqueles oriundos da própria Geografia, ao estudarmos as formas e diferentes aspectos das experiências geográficas dos seres humanos.

1.1 PESQUISA QUALITATIVA

Para a realização dos objetivos do trabalho, optamos por um modelo de pesquisa que levasse em conta a importância da relação entre a pesquisa e a comunidade pesquisada (objeto da pesquisa). Desta forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa estão fundamentados sob duas abordagens, a participativa (BRANDÃO, 1988, 1999) e a da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1999, 2003; TRIPP, 2005). Certos da necessidade de agir no sentido da conservação dos recursos hídricos, que envolvem as

³ Tradução Livre do Autor: *Os lugares são fusões da ordem humana e natural e são os centros significativos de nossas experiências imediatas do mundo. São definidos menos por posições, paisagem, e comunidades originais e mais pelas experiências das intenções em ajustes particulares. Os lugares são não abstrações ou conceitos, mas são diretamente fenômenos experimentados na vida e estão repletos de significados, com objetos reais, e com progresso das atividades.*

comunidades pesquisadas, e também de manter a tradicionalidade das comunidades, estabelecemos esta proposta de pesquisa e seus procedimentos metodológicos. Neste sentido, consideramos a abordagem participativa como aquela que *“determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico da pesquisa”* (BRANDÃO, 1988, p. 12), sendo que a determinação que o autor coloca é o envolvimento com as necessidades da cultura que se quer conhecer, e continua, *“se quer conhecer porque se quer agir”* (p. 12). Somam-se a isso alguns dos pressupostos da pesquisa-ação, que indiretamente foi construída ao longo da pesquisa, mais especificamente nos trabalhos de campo, onde se colocou sempre a importância do trabalho pedagógico com as crianças participantes (oficinas de brinquedo, desenhos, brincadeiras, pintura), sendo essas “ações” respaldadas por Thiollent (2003, p. 16)., ao afirmar que com a *“pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados”*. Desta forma, o objetivo principal da pesquisa, a conservação dos recursos hídricos, a partir do conhecimento tradicional das crianças, motivou essas ações lúdico-pedagógicas, visando à educação ambiental não-formal.

Outro ponto que se coloca sobre a pesquisa-ação é o objetivo prático de contribuir para as soluções dos problemas considerados como central, seja pela comunidade, seja pela visão da própria pesquisa, sugerindo, a partir dos conhecimentos empírico e teórico, buscar alternativas a esses problemas. A definição proposta por Thiollent (1999, p. 26) nos ajuda a elucidar a utilização da pesquisa-ação neste trabalho:

Como estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada.

A finalidade última da pesquisa participante é a transformação e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, pois, como nos coloca Demo (1999, p. 121), *“os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido”* por ela.

Avançando na questão, Freitas (2002), em interessante artigo onde relaciona a abordagem sócio-histórica com a pesquisa qualitativa, demonstra, a partir das idéias de Vigotski, a relação entre os integrantes da pesquisa (sujeito-objeto):

Essa atitude fundamentadora da pesquisa também pode ser observada em Vygotsky, ao considerar que todo conhecimento é sempre construído na inter-relação das pessoas. Produzir um conhecimento a partir de uma pesquisa é, pois, assumir a perspectiva da aprendizagem como processo social compartilhado e gerador de desenvolvimento. (p. 25)

O pesquisador, portanto, faz parte da própria situação de pesquisa, a neutralidade é impossível, sua ação e também os efeitos que propicia constituem elementos de análise. Bakhtin contribui para complementar essas idéias afirmando que o critério que se busca numa pesquisa não é a

precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso também resulta que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo. O mesmo acontece com o pesquisado que, não sendo um mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa. (p. 25 – 26)

Retornando à principal abordagem utilizada nesta pesquisa, a participante, Oliveira, R. D. e Oliveira, M. D. (1988, p. 19) argumentam sobre a importância do estudo da realidade vivida e da percepção: *“o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo”*. Essa questão levantada nos fornece o aporte necessário para justificar nossas ações com as crianças da pesquisa, sendo essa mesma “matéria-prima” a base deste trabalho.

Para as duas abordagens, pesquisa participante e pesquisa-ação, um ponto central que contribui para o desenvolvimento deste estudo é a dicotomia teoria/prática, discussão que é detalhada por Demo (1999) e por Souza (2000), acabando por incentivar tanto a pesquisa teórica como a pesquisa prática (trabalhos de campo), contribuindo para colocar estes dois mundos mais próximos nessa pesquisa, utilizando para isso a ciência geográfica, que por sua própria origem traz esta conciliação de aspectos.

Para este estudo, também levaremos em conta as análises quantitativas, sempre úteis ao estudo de fatos geográficos. Deste modo, o material de campo terá um tratamento matemático (Gráficos), com o intuito de fornecer subsídios às discussões de cunho qualitativo, contribuindo para a interpretação dos dados significantes e necessários durante o desenvolvimento do nosso trabalho.

1.2 TRABALHO DE CAMPO

Para a organização e realização dos trabalhos de campo, apoiamo-nos em Duarte (2002) e em Rodrigues e Otaviano (2001). De maneira geral, o trabalho de campo caracteriza-se por aproximar o pesquisador da realidade a ser pesquisada, com o rigor do método ao qual o trabalho de campo está relacionado. Esta relação do pesquisador com a natureza ou a cultura é descrita a seguir:

[...] considera-se que o trabalho de campo em sua forma e essência é um método relevante dentro do planejamento do ensino e ou em sua prática propriamente dita, visto que, há correspondência com objetivo proposto – faz com que o homem se relacione de forma mais adequada com o mundo da natureza e com o mundo da cultura. (RODRIGUES e OTAVIANO, 2001, p. 36)

O trabalho de campo teve por finalidade facilitar, de forma segura, a execução desta pesquisa, e trazer à tona os argumentos necessários à interpretação dos dados coletados. Otaviano e Rodrigues (2001, p. 36) nos auxiliam novamente esclarecendo o papel do trabalho de campo, que tem em seu cerne o próprio método:

Sob este ponto de vista, o trabalho de campo abarca o significado de método, porque é um caminho ou procedimento consciente, organizado racionalmente, com a finalidade de tornar o trabalho mais fácil e mais produtivo para o alcance de determinada meta.

Por conter o método, o trabalho de campo tem que ser organizado e executado a partir de determinados procedimentos, e desta forma explicitamos o caminho seguido nesta pesquisa: a) Preparação prévia: escolha e localização do local; levantamento bibliográfico; visita técnica; levantamento de custos. b) Preparação das atividades de campo: Definição dos objetivos que desejávamos alcançar com o trabalho de campo; Seleção dos participantes da pesquisa (objeto de estudo); Preparação do material da pesquisa (planejamento de atividades que mobilizassem e/ou informassem de algum modo à comunidade sobre a pesquisa, ou seja, um contraponto a comunidade, como atividades de educação ambiental); Autorização junto aos órgãos competentes; e a própria realização da atividade. c) No campo: Coleta de Material; Entrevistas; Observação participante; Confeção do Diário de Campo; Realização de atividades planejadas d) Pós-campo: Organização do Material, Construção de Relatos Ampliados, Decomposição de entrevistas e conversas informais. Como o trabalho de campo foi realizado com crianças, somou-se a isso a autorização para a participação das mesmas, junto aos responsáveis legais, para a colaboração na realização da pesquisa e publicação de imagens destas.

O Trabalho de Campo visa uma aproximação da realidade, indo ao seu encontro, e assim extraímos nossos subsídios a partir do diário de campo (GEERTZ, 1978), e posterior confecção de relatos ampliados, onde constam as observações do pesquisador, seus anseios, questionamentos e suas impressões. Para direcionar e dar um maior controle, utilizamos categorias de análise (Tabela 1, p. 19), empregando-as na interpretação do diário de campo e dos desenhos, flexíveis e não obrigatórias, que se adequam a novos questionamentos.

Para esse estudo, realizaram-se três trabalhos de campo na área de estudo. O primeiro em Agosto de 2003, sendo cinco dias na comunidade Enseada da Baleia e cinco dias na comunidade Pontal do Leste. O segundo trabalho de campo e o mais extenso realizou-se somente na comunidade Pontal do Leste, durante o mês de Janeiro de 2005 (vinte dias), somando-se a este sete dias na comunidade Marujá, a qual, mesmo não fazendo parte da pesquisa, auxiliou nas reflexões. E o terceiro trabalho de campo, realizado em Fevereiro de 2006, na comunidade Pontal do Leste, com duração de cinco dias.

O primeiro trabalho de campo consistiu numa visita técnica e levantamento das potencialidades que poderiam surgir com o desenvolvimento da pesquisa. As comunidades participantes foram selecionadas a partir do levantamento bibliográfico (PARQUE, 2002) sobre o local (Parque Estadual “Ilha do Cardoso”), onde as comunidades Pontal do Leste e Enseada da Baleia foram apontadas como as mais isoladas, e então concluímos que poderiam ter no seu modo de vida a tradição inerente à ilheidade, como foi comprovado nesta visita. Outra fonte de informações, que direcionou a seleção das comunidades e, no decorrer da pesquisa, a escolha da comunidade Pontal do Leste como principal comunidade estudada, foi a direção da PEIC (Parque Estadual “Ilha do Cardoso”), que nos prestou relevantes contribuições sobre as condições e modo de vida das comunidades da ilha.

O segundo trabalho de campo foi realizado com finalidades específicas. A coleta de material (desenhos das crianças) e a observação do seu modo de vida realizaram-se em uma única comunidade, Pontal do Leste, que no decorrer da análise do material mostrou-se mais rica na preservação de suas relações tradicionais e mais aberta à pesquisa. Trabalhamos ali com o universo total de crianças moradoras, ao todo 07 crianças, onde, além da coleta do material, foram desenvolvidas atividades que visavam à educação ambiental não formal, mais precisamente oficinas de brinquedos com resíduos sólidos encontrados na praia, trazidos pelas correntes marítimas e pela maré, de forma a reutilizar de forma lúdica esse material, através do artesanato (Figura 1 e 2). Um ponto positivo encontrado nesta atividade foi a representação através das artes manuais da tradicionalidade ilhéu, com a confecção de barcos pelas crianças (quase a totalidade dos brinquedos construídos), seguindo alguns conceitos básicos dos barcos maiores, como o lastro, o bote salva-vidas, o formato, etc. Essa questão será detalhada e discutida no capítulo IV.

O último trabalho de campo, o terceiro, significou um retorno, já que a comunidade e em especial as crianças conheciam a pesquisa. O objetivo principal deste campo, então, consistiu em responder às questões que ficaram sem respostas durante a reflexão da pesquisa.

Figura 1 - Foto: Crianças na Oficina de Brinquedos



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005

Figura 2 - Foto: Brinquedo produzido na Oficina: Barco



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005

Diário de Campo

O diário de campo constitui num instrumento de apreensão de fatos ocorridos e vivenciados pelo pesquisador, e foi utilizado nesta pesquisa com o intuito de fornecer o aporte necessário às discussões. Pellissari (1998, p. 1) conceitua o termo “diário de campo”, dentro de uma perspectiva genérica, assim:

A expressão “diário de campo” refere-se a uma maneira de registrar os acontecimentos presenciados e vividos. É um recurso metodológico individual e pessoal, que no conhecimento e/ou reconhecimento, de uma situação específica, ou contexto, retrata o que se olha, como se olha e o que faz (ou poderá fazer) com o que está olhando”.

A utilização de diário de campo está estritamente ligada a abordagens metodológicas da pesquisa participante e da pesquisa-ação. Pellissari (1998, p. 2), ao abordar as características básicas do diário, faz a seguinte colocação: “A *primeira* [característica] é de registrar os dados com a finalidade de planejar ações [...]”. Assim, fica clara a ligação com a metodologia aqui praticada, que propõe um contraponto à comunidade.

As técnicas de apontamento no diário de campo são baseadas na etnografia, principalmente em Geertz (1978, p. 29), que explicita a importância das anotações no tempo, fazendo os acontecimentos tornarem-se atemporais:

O etnógrafo “inscreve” o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição, e que se pode ser consultado novamente.

As anotações no diário de campo foram transformadas, segundo as categorias de análise propostas neste trabalho, em relatos ampliados, que consistem numa descrição profunda da realidade, que inclui também a interpretação da realidade ilhéu, visto que as anotações devem ser subsidiadas por amplo arcabouço teórico. O diário é considerado como espelho da realidade, onde a imagem tende a sofrer distorções, mas, com a utilização dos referenciais teóricos sobre a questão, torna-se uma interpretação viva das relações geográficas, ambientais e sócio-culturais. Os relatos completos estão no anexo I e alguns trechos no corpo do texto, de forma a subsidiar as discussões interpretativas.

1.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

No contexto da pesquisa qualitativa (participativa e ação), um ator que se destaca, principalmente em comunidades tradicionais, e que não participa ou raramente é mencionado em pesquisas científicas, é a criança, a qual participa em todas as instâncias da vida, em nosso caso a vida ilhéu. Seu conhecimento não é tão abrangente como o do adulto, por sua própria posição social e familiar, porém a criança ouve muito e participa de todas as atividades, inclusive as mais restritas, como a pesca em alto mar (mar de fora). Deste modo, visualizamos na criança uma alternativa aos atores que tradicionalmente são considerados nas pesquisas (adultos do sexo masculino e mais recentemente as mulheres).

As crianças apresentam facilidade de se expressar por códigos como desenhos, mapas mentais, depoimentos e histórias orais e escritas, meios importantes para a coleta de dados. Deste modo, para a coleta dos dados qualitativos com as crianças, realizaram-se trabalhos de campo na área de estudo, utilizando as seguintes formas de coleta: desenhos (livres e temáticos), mapas mentais, e depoimentos espontâneos. Tentamos dessa forma analisar as experiências humanas, no que se refere à dimensão espaço-temporal. Trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da e na história, pessoas que produzem cultura. Assim, nossa idéia central é a de que as crianças são autoras, artistas de suas representações, atribuindo valor e significado ao seu papel social e sua produção artístico-cultural, por mais simples que pareça ser. Entendemos a experiência da criança nas relações Humanas como a maneira pela qual ela concebe e constrói a realidade (TUAN, 1983, p. 9).

Trabalhamos com todas as crianças da comunidade pesquisada (Pontal do Leste), sendo que em determinados momentos somaram-se crianças de outros locais (comunidades vizinhas e continente), que participaram das atividades da pesquisa e são consideradas na interpretação dos dados de maneira secundária, como um contraponto aos dados das crianças moradoras da comunidade em estudo.

Deste modo, considerando a criança como ser social e autora dos desenhos interpretados na pesquisa, optamos por manter os nomes verdadeiros das crianças, seguindo o princípio da pesquisa participante e a concepção de criança que utilizamos neste estudo. Não consideramos isso como ameaça à integridade física, social ou moral da criança, visto que, trata-se de uma forma de expressão artística que valoriza a própria criança, contribuindo para seu desenvolvimento cognitivo e social.

Neste sentido, tornam-se necessárias a identificação e a contextualização dos participantes da pesquisa, da qual são parte integrante como autores e, conseqüentemente, possuidores de conhecimentos inerentes ao modo de vida caiçara. Os dados a seguir são oriundos do primeiro relatório dessa pesquisa (ANTONIO, 2004, p. 16):

Altair, 9 anos, aluno da 3ª série, seu pai é pescador e sua mãe dona-de-casa, tem dois irmãos, o mais velho já é pescador, e pesca com seu tio, enquanto que seu primo pesca com seu pai. Altair ajuda na pesca, quando é época de colocar rede no “Mar de Fora” e também pesca no “Rio de Dentro”, principalmente os peixes robalo e tainha com rede e parati com tarrafa. Gosta de jogar Bola (no campo da comunidade), e de brincar no rio e no mar, brinca de pega-pega e esconde-esconde. Também gosta de desenhar e da escola. Quando não está ajudando em casa ou brincando, gosta de ir ao porto para ver os barcos, seu pai tem uma canoa. Diz conhecer bem a Ilha (até a comunidade Marujá). Quanto aos turistas diz o seguinte “Tem alguns que são legais, mas tem uns que não”.

Renato, 9 anos, aluno da 3ª série, seu pai é pescador e construtor de canoa e botes, vai para a mata cortar a madeira e construir as embarcações, sua mãe é dona-de-casa e na época do turismo cuida dessa atividade com sua avó. Gosta de jogar bola, de brincar no rio e no mar, de pescar (com rede, vara e linha). Gosta de desenhar barcos e ilhas. Conhece até a comunidade Enseada da Baleia e um pouco do Marujá. O que mais gosta na escola é de copiar. Acha boa a presença dos turistas.

Andrei, 7 anos, aluno da 1ª série, seu pai é pescador e sua mãe cuida da casa, tem três irmãos, dois mais velhos e um mais novo. Gosta de pescar no rio e no mar, de brincar na praia e jogar bola no campo, Gosta de desenhar barcos, na escola prefere a hora do recreio. Quanto aos turistas os acha “legais”.

Convém ressaltar que os dados são referentes ao período do Relatório de Campo confeccionado para o Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IF), e que nesse momento da pesquisa somente as crianças acima participaram da pesquisa. Os dados sobre os outros participantes da pesquisa foram retirados do Diário de Campo, sendo que se juntaram à pesquisa somente a partir do segundo Trabalho de Campo.

Thiago, 4 - 5 anos, uma criança que se mostra independente, é irmão de Renato, gosta muito de barcos e canoas, gosta de brincar no rio e de pescar embarcado.

Larissa, 6 – 7 anos, cursa a 1ª série, é irmã de Andrei, é mais retraída, mas foi participante ativa da pesquisa, sendo muita amiga de Natália.

Natália, 4 – 5 anos, o pai tem um barco de transporte de pessoas, voltado ao turismo, a mãe é dona-de-casa e ajuda no restaurante da Associação das Mulheres de Pescadores.

Thauann, 7 – 8 anos, ex-morador tradicional da Ilha, era criado pelos avós desde muito cedo, e ao entrar na época escolar voltou a morar com os pais no continente (Iguape – SP). Seu pai é eletricitista, sua mãe dona-de-casa e também ex-moradora da Ilha. Participou ativamente da pesquisa, pois passa as férias com seus avós, e este período coincidiu com os Trabalhos de Campo. É extrovertido, gosta de jogar bola, nadar e brincar, gosta também de barcos (mais dos maiores). Gosta muito de ficar no Pontal do Leste com seus amigos.

Jean, 11 anos, morador tradicional da comunidade do Ariri, passava férias na ilha e participou de algumas atividades no Trabalho de Campo de 2005. Sua participação mostrou-se interessante por sua comunidade se situar à beira do Canal do Ararapira, e dessa forma suas representações diziam a respeito somente ao rio ou à praia, nunca ao “Mar de Fora”.

Dessa forma, abarcou-se a totalidade das crianças presentes na Comunidade Pontal do Leste, durante as atividades de campo da pesquisa. As crianças turistas não tiveram participação nessas atividades.

1.4 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para a análise do desenho infantil com relação ao espaço e suas múltiplas variáveis, a formulação de Categorias de Análise se torna interessante como referência na descrição e interpretação do meio ambiente, tendo obrigatoriamente que estar ligada à realidade em estudo, através do arcabouço teórico, dos procedimentos metodológicos e estudos aplicados. É através delas que o pesquisador pode alcançar seus objetivos. Torna-se importante salientar que as Categorias de Análise devem permitir flexibilidade, tanto nos seus pressupostos como nos seus objetivos iniciais, pois elas próprias tornam-se um instrumento de aproximação da realidade ambiental estudada através dos desenhos, revelando assim novos caminhos a percorrer, novas possibilidades de interpretação.

Tabela 1 - Categorias de Análise

Relações Espaciais e Vivenciais	“Mar de Fora” Oceano Atlântico	“Rio de Dentro” Canal do Ararapira	“Encontro das Águas” Representação conjunta do Oceano e do Canal	Outras Formas de Representação
Lugar	A1	A2	A3	A4
Espaço Vivido	B1	B2	B3	B4
Insularidade	C1	C2	C3	C4
Maritimidade	D1	D2	D3	D4

Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

As Categorias de Análise permearão não só as interpretações, mas também as reflexões da pesquisa, pertinentes ao tema. Os resultados serão tratados segundo os conceitos da teoria do conhecimento (MORIN, 1999, 2005), a representação simbólica da imaginação material (BACHELARD, 1997, 1978), e embasados nas teorias da percepção e

interpretação ambiental (MORIN, 1999, 2005; TUAN, 1980, 1983; BUTTIMER e SEAMON, 1980; SIMMONS, 1982, 1993; RELPH, 1976, 1979).

Os desenhos serão analisados em dois níveis, complementando-se mutuamente, numa única análise: nível quantitativo, sob a ótica da quantificação; e qualitativamente, segundo os pressupostos da Geografia Cultural, Psicologia Histórico-cultural e Psicologia Ambiental, além de contribuições da Antropologia nas suas vertentes: cultural e simbólica.

1.5 ESTUDO EM SOCIEDADES INSULARES

As sociedades insulares se diferenciam de outras comunidades pelo contato íntimo com a água (geralmente oceânica), pela finitude do espaço, e pelo isolamento imposto pelo fato de ser uma ilha. A riqueza simbólica que essas situações proporcionam exige conceitos próprios, que abriguem essas questões e permitam sua análise em profundidade. Sendo assim, os conceitos básicos para o estudo de sociedades insulares, utilizados nesta pesquisa, são: *Maritimidade*, *Insularidade* e *Ilheidade*, definidos por Diegues (1998, p. 50 - 51) assim:

Maritimidade: conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo. A maritimidade não é um conceito referente diretamente ao mundo oceânico como entidade física, é uma produção social e simbólica que nem sempre existe em todas as sociedades insulares [...].

Insularidade: resultante de práticas econômicas e sociais decorrentes da vida num território geograficamente limitado, com fronteiras geográficas e culturais definidas e cercado pelo oceano [...].

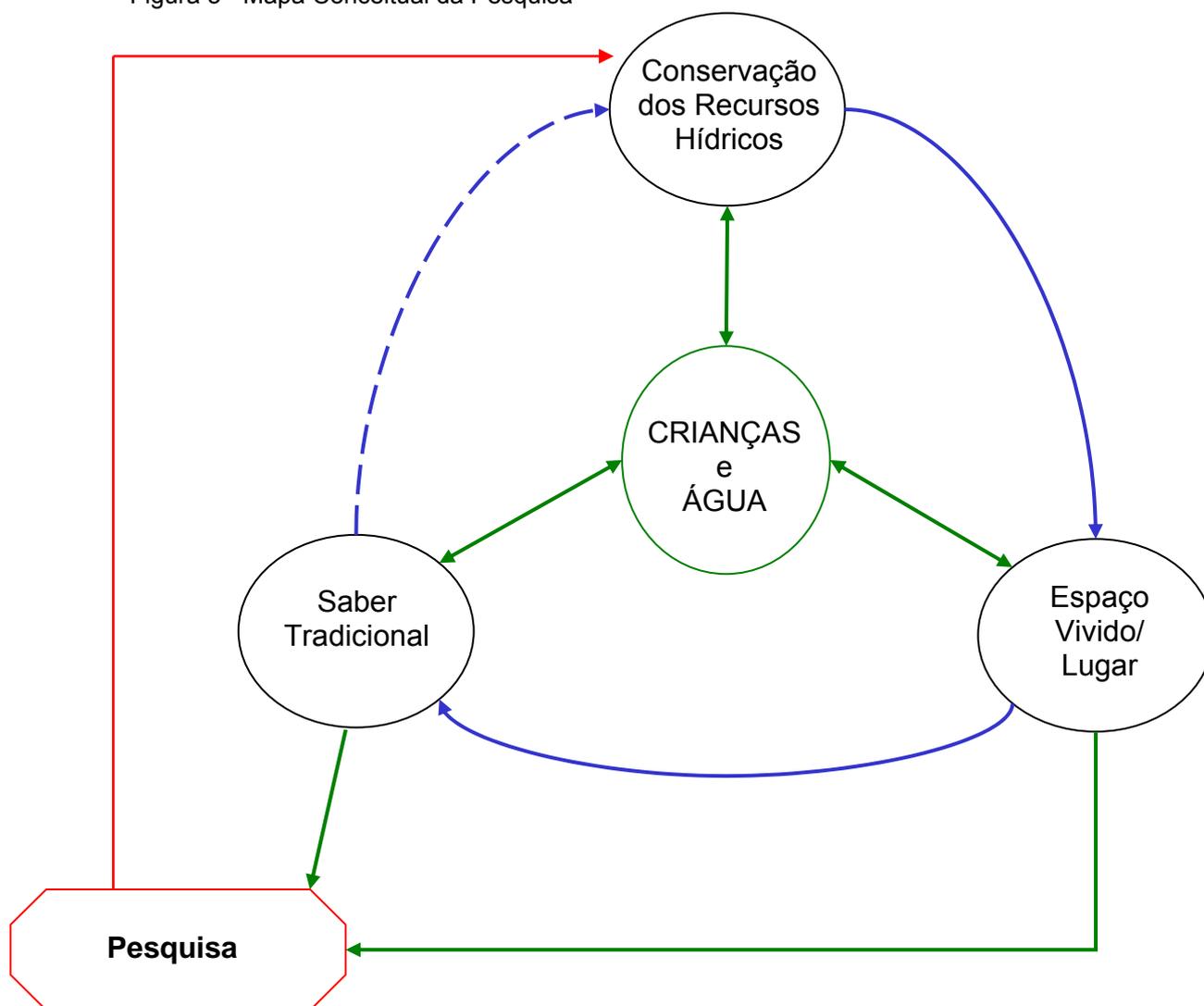
Ilheidade: neologismo utilizado pelos pesquisadores franceses (îleité) para designar as representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores das sociedades insulares e lendas que explicam formas de conduta, comportamentos, etc.

Dentro dessa pesquisa os conceitos de insularidade e, em especial, maritimidade terão uma atenção maior, pois a ilheidade, pela sua complexidade, que envolve mitos fundadores, não será abordada em profundidade, não estando inserida nos objetivos da pesquisa, tendo em vista a totalidade e amplitude que o estudo do conceito apresenta (como mito fundador). O caminho traçado para o entendimento e reflexão desses conceitos é o da cognição e percepção ambiental das crianças da comunidade, através de suas interpretações e representações (ambientais/espaciais). A categoria maritimidade terá uma atenção especial, pois entendemos que o conceito é presente na vida da comunidade participante da pesquisa, tanto no cotidiano (práticas diárias), como no imaginário do ilhéu e suas representações. Diegues (1998, p. 243) utiliza esses conceitos (maritimidade,

insularidade e ilheidade) partindo da noção de práticas sociais e simbólicas dos ilhéus, e é nesse sentido que utilizaremos esses conceitos, que direcionarão a interpretação dos dados e a sua discussão.

Com o objetivo de esclarecer o caminho da pesquisa e onde pretendemos chegar, construímos um mapa conceitual da pesquisa, aonde a criança tem papel de destaque:

Figura 3 - Mapa Conceitual da Pesquisa



Organização: Davi Gutierrez Antonio, 2003

O mapa conceitual acima (Figura 1) representa o caminho da pesquisa, onde consideramos a Conservação e a Preservação dos Recursos Hídricos, o espaço vivido e o lugar, e o saber tradicional do ilhéu como um movimento cíclico, interrompido por fatores externos às sociedades insulares (seta pontilhada). É pertinente colocar que não

consideramos os tradicionais como preservacionistas natos, mas seu modo de vida, historicamente, conservou seu habitat, e desse modo a sua continuidade e seu resgate são considerados necessários ao estabelecimento de políticas públicas eficazes e que respeitem sua cultura, que está intimamente ligada à água. Assim, este estudo envolve o espaço vivido e o saber tradicional do ilhéu, de modo a permitir que esse conhecimento seja utilizado de forma clara na conservação da paisagem ilhéu. Nossa reflexão principal se dará sobre o conhecimento infantil, visando a conservação e a preservação do meio ambiente, principalmente dos recursos hídricos, que é o que objetiva essa pesquisa.

1.6 O ESTUDO DA PERCEPÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E A PESQUISA

Apoiados nos procedimentos metodológicos apresentados, seguimos pelo caminho da percepção e interpretação ambiental, fundamentados também em Benayas del Álamo (1994, p. 21) , que discute da seguinte maneira os processos inerentes à percepção ambiental, e dos fatores relacionados no estudo da paisagem:

[...] Los cambios y alteraciones que progresivamente acontecen en el paisaje dependen en gran medida de la forma en que la gente percibe su entorno y sobre todo en los objetivos y aspiraciones que tienen en relación con el uso, modificación y adaptación de este medio a sus propias necesidades y requerimientos.

Por esta razón para comprender las interrelaciones que existen entre el hombre y su paisaje se hace necesario profundizar en la percepción subjetiva que éste mantiene con respecto al entorno donde realiza sus actividades vitales.

A percepção consiste nos processos sensitivos, cognitivos e atitudinais com os quais o homem ou sua coletividade interagem e conhecem seu meio ambiente, seja ele construído ou não. Assim, as atitudes dos seres humanos sobre o meio acontecem de acordo com a relação que estes mantêm com a Natureza, quanto mais simbólica a relação, mais próximo estará o Homem da Natureza, e, mais detalhada e rica será sua percepção e interpretação, conseqüentemente, maior será a conservação que este pode proporcionar. É com base nisso que utilizaremos a percepção e a interpretação ambiental como meio de conhecimento racional e simbólico, o qual pode direcionar, fundamentar e inspirar atitudes conservacionistas nas pessoas, seja na dimensão da sociedade civil ou das instituições sociais responsáveis pelas políticas de conservação / preservação, sua gestão, gerenciamento e manejo.

Perceber é uma forma de atribuir valor ao lugar, e deste modo, quanto mais íntima for a relação com o espaço vivido, maior a tendência das pessoas assumirem atitudes

conservacionistas mais profundas, pois consideramos que a conservação depende sobretudo da percepção e da valoração do meio ambiente pelas populações que nele habitam.

Para o cumprimento dessa tarefa, utilizaremos a interpretação de desenhos das crianças das comunidades, considerados nesta pesquisa como representações simbólicas, ricas em interpretações das diferentes percepções que as crianças constroem do seu ambiente físico e do modo de vida ao qual elas estão vinculadas. Deste modo, o desenho consiste numa forma de representação e simbolização do ambiente vivido pela criança, que interpreta seu meio e o representa. Seemann (2006, p.110), ao refletir sobre a importância dos mapas mentais como forma de representação, trabalha com o termo *graficácia*, que leva a representação visual como meio de comunicação: “[...] *Balchin (1972) cunhou o termo graficácia para salientar que a comunicação de relações não se realiza apenas através de palavras e números, mas também mediante a representação visual de informações como desenhos, colagens, gráficos, diagramas e mapas*”. Desse modo, o autor salienta a validade e a importância dessa forma de comunicação gráfica e simbólica, organizada sobretudo pelas crianças, meio de entendimento das percepções e interpretações da comunidade caiçara estudada, como forma de evidenciarmos a necessidade da conservação dos recursos hídricos.

2

A Ilha



2 - A ILHA

A ilha significa a quintessência⁴ do retorno ao lugar.

Diegues, 1998, p. 101

2.1 ASPECTOS GERAIS

As ilhas sempre estiveram e estão presentes em nosso imaginário, e suas representações dependem das experiências ambientais de cada um. Assim, cada pessoa tem uma imagem pictórica de uma ilha, principalmente a ilha oceânica, geralmente imaginada como uma pequena porção de terra cercada pelo mar, com algumas palmeiras. Sob esta perspectiva, situa-se a importância da caracterização física, socioeconômica e geográfica da Ilha do Cardoso, a partir da pesquisa empírica, do levantamento de dados (Plano de Manejo) e do estudo dos referenciais sobre a ilha.

A Ilha do Cardoso, transformada em Parque Estadual em 1962 (Decreto 40.319/62), está situada no município de Cananéia, na região do Vale do Ribeira, no litoral sul do Estado de São Paulo, entre as coordenadas 25° 04' e 25° 20' de latitude Sul e 47° 54' e 48° 05' de longitude Oeste de Greenwich, abrangendo aproximadamente 22.500 ha. de superfície. É administrada pelo Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com direção própria sediada em Cananéia – SP.

A categoria “Parque” encontra-se no grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, segundo o Art. 8º da Lei nº 9.985, de Julho de 2000 (SNUC, 2004, p. 15), tendo como objetivo a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (Art. 7º da mesma Lei). O Art. 1º da referida Lei define Unidade de Conservação:

I – unidade da conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, 2004, p. 9)

A Unidade de Conservação (UC), Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC), é integrante do complexo estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, que se estende por 200 Km do litoral, desde a Estação Ecológica Juréia-Itatins, em Peruíbe, até a cidade de Paranaguá, à borda da bóia homônima, no Estado do Paraná. Este espaço

⁴ Definição: O essencial, o mais puro, o melhor ou o principal de alguma coisa (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2006).

abrange um conjunto de lagunas, braços de mar, estuário, barras, restingas, mangues, ilhas e morros isolados.

Praias, costões rochosos e dunas podem ser vistos na face da ilha, que recebe as águas do Oceano Atlântico, onde se encontram as praias do Pereirinha, Itacuruça, Ipanema, Camboriú, Maruja, Enseada da Baleia e Pontal do Leste (Mapa 1, p. 27). Os manguezais formam-se no canal de Ararapira e no de Tatuapé. Uma extensa restinga cobre a maior parte da planície arenosa da Ilha do Cardoso. A parte montanhosa é toda coberta por floresta pluvial da encosta.

A ilha é predominantemente montanhosa, sendo uma continuidade do relevo da Escarpa da Serra do Mar, elevando-se o ponto culminante a mais de 800 m de altitude. Sua extensão aproximada é de 30 Km de um pontal a outro, com largura máxima de dez quilômetros. Karmann, Dias e Weber (1999, p. 157) definem sua morfologia e seu contexto geológico local:

A Ilha do Cardoso insere-se em um contexto de morfologia serrana, contornada por sedimentos pleistocênicos retrabalhados pela dinâmica costeira de ambiente lagunar (flúvio-marinho) e marinho. Por se tratar de uma ilha costeira, não oceânica, separada do continente por um sistema de canais entre a vegetação de mangue, a ilha deve ser entendida como uma extensão natural da Serra do Mar, no ambiente lagunar.

Do ponto de vista geomorfológico, a parte central da ilha é ocupada por um domínio de morros (IPT 1981), desenvolvido sobre sienitos, com topos angulosos, vertentes convexas, localmente com anfiteatros associados aos principais cursos d'água, declividades altas e desníveis locais de até 890m. No setor exposto ao mar aberto, ocorrem costões rochosos com amplos terraços de abrasão marinha e grandes matacões com esfoliação esferoidal.

O domínio de morros, na Ilha do Cardoso, é circundado por planícies costeiras, caracterizadas por terrenos baixos, planos a suavemente ondulados, próximos ao nível do mar, com baixa densidade de drenagem [...].

O maciço montanhoso e os morros isolados da Ilha apresentam-se cobertos por Floresta Pluvial Tropical da Serra do Mar. A planície litorânea, de acordo com a consolidação dos sedimentos, apresenta Vegetação Pioneira de Dunas, Vegetação de Restinga, Vegetação de Mangue e Floresta Pluvial Tropical da Planície Litorânea (PARQUE, 2004). A fauna da Ilha do Cardoso ainda se mantém relativamente preservada e isso se deve à posição geográfica, à cobertura vegetal da Ilha, bem como à topografia. Essa situação pode ser visualizada no Mosaico da Imagem Orbital da ilha (Figura 8).

O PEIC conta com cerca de nove pequenos núcleos populacionais caiçaras, cuja presença antecede sua criação, em 1962. São denominados: Pereirinha, Itacuruça, Sítio Santa Cruz, Andrade e Salva Terra, Camburiú, Maruja, Enseada da Baleia e Pontal do Leste, além de Ipanema e Laje, que possuem moradores eventuais (PARQUE, 2002).

Atualmente, a principal fonte de renda dos moradores locais é, direta ou indiretamente, o turismo, mas em algumas comunidades (Pereirinha, Itacuruçá, Enseada da Baleia e Pontal do Leste) mais afastadas a pesca ainda é o fator predominante na economia doméstica. E esta tradição, que traz o sustento da família, é passada dos pais aos filhos pela oralidade e pelo *savoir-faire*.

Pontal do Leste (Figuras 4, 5) é a comunidade participante do estudo, e situa-se no compartimento geomorfológico que é representado pela planície costeira, subdividida em praias e cordões arenosos, que localmente formam pequenas dunas por ação eólica, destacando-se a formação de restinga arenosa, com largura de aproximadamente 100 metros a 500 metros (max.), com altitudes que atingem até três metros. A drenagem neste domínio é de baixo gradiente, com canais meandantes e localmente entrelaçados por influência da maré (WEBER, 1998). Os depósitos geológicos dessa porção da ilha pertencem ao quaternário, relativamente novos. Karmann, Dias e Weber (1999, p. 158) definem o domínio das planícies costeiras (Figuras 6 e 7), do setor sul da PEIC, além de indicarem sua gênese geomorfológica:

[...] Na parte sul há uma restinga arenosa com cerca de 500m de largura, 7km de comprimento e cota entre 2 e 3m, orientada segundo NE-SW, resultante de correntes marinhas paralelas à costa. No lado continental, estes sedimentos arenosos são retrabalhados pelos canais de mangue e, subordinadamente, pelo vento, com formação de dunas nas proximidades do sienito. Esta unidade contém ainda praias, barras de areia e manguezais, associadas a uma rede de drenagem de baixa energia, com canais meandantes, localmente entrelaçados e com influência da maré.

Este relevo plano e restrito deixa o oceano e o rio próximos, e isso influencia todo o modo de vida das comunidades deste trecho da ilha, a finitude do espaço torna-se clara, não representando problema à vida cotidiana, mas fazendo parte desta.

Figura 4 - Foto: Entrada da Comunidade Pontal do Leste – Canal do Ararapira



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Figura 5 - Foto: Canoas na Entrada da Comunidade Pontal do Leste



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

As fotos anteriores (Figuras 4 e 5) mostram a comunidade Pontal do Leste. A primeira foto mostra as embarcações fundeadas, a comunidade à esquerda e na outra margem (direita) a comunidade Barra do Ararapira, já no Estado do Paraná. A foto seguinte (Figura 6) mostra a entrada da comunidade pelo canal do Ararapira, com duas canoas na margem e a Igreja da comunidade ao fundo.

Figura 6 - Foto: Canoas na Praia



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2003

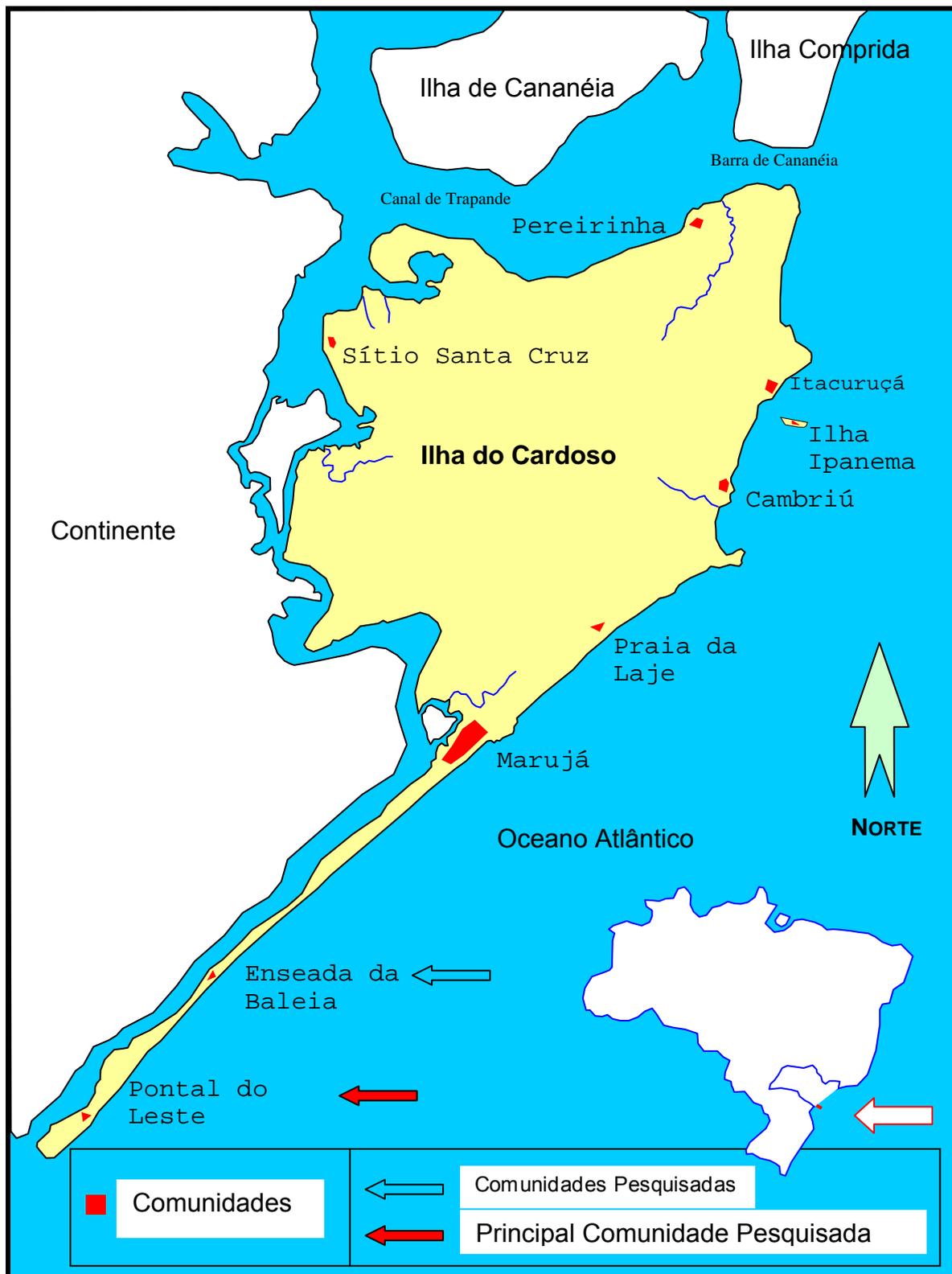
Figura 7 - Foto: Perfil Arenoso da Ponta Sul da Ilha do Cardoso



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006

As fotos anteriores (Figuras 6 e 7) demonstram a planície litorânea e sua formação arenosa do quaternário. Na figura 6 temos a praia na face voltada ao Oceano Atlântico, e na figura 7 o perfil arenoso, que sofre pelos processos erosivos (fluvial – mais importante; pluvial; e a erosão regressiva), com a vegetação de restinga evidenciada na foto.

Mapa 1 - Parque Estadual "Ilha do Cardoso" – Cananéia - SP



Fonte: Gevertz, 1983 (modificado por Davi Gutierrez Antonio, 2004). Croqui s/ escala.

Figura 8 - Mosaico de Imagens Orbitais: Parque Estadual "Ilha do Cardoso"

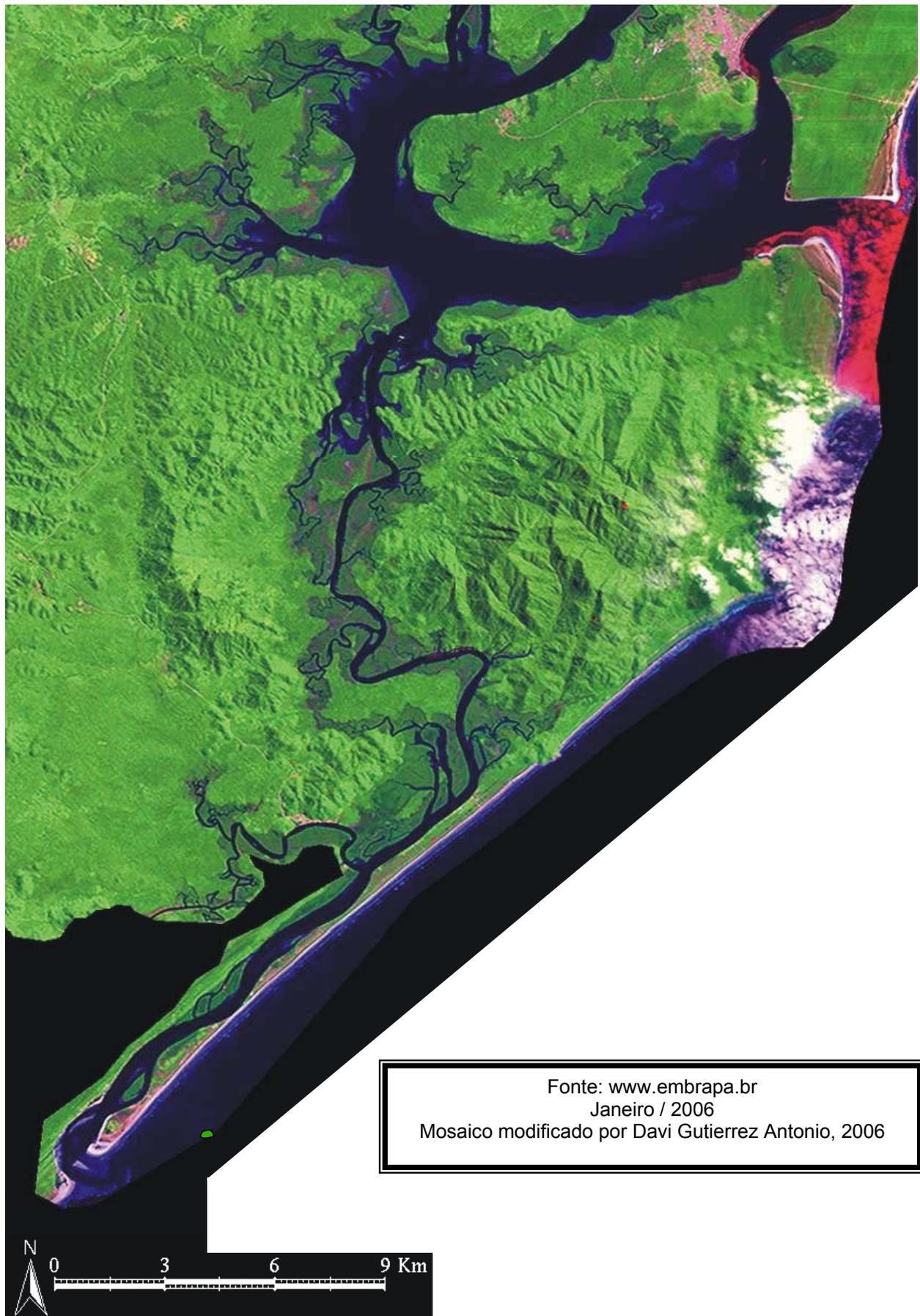
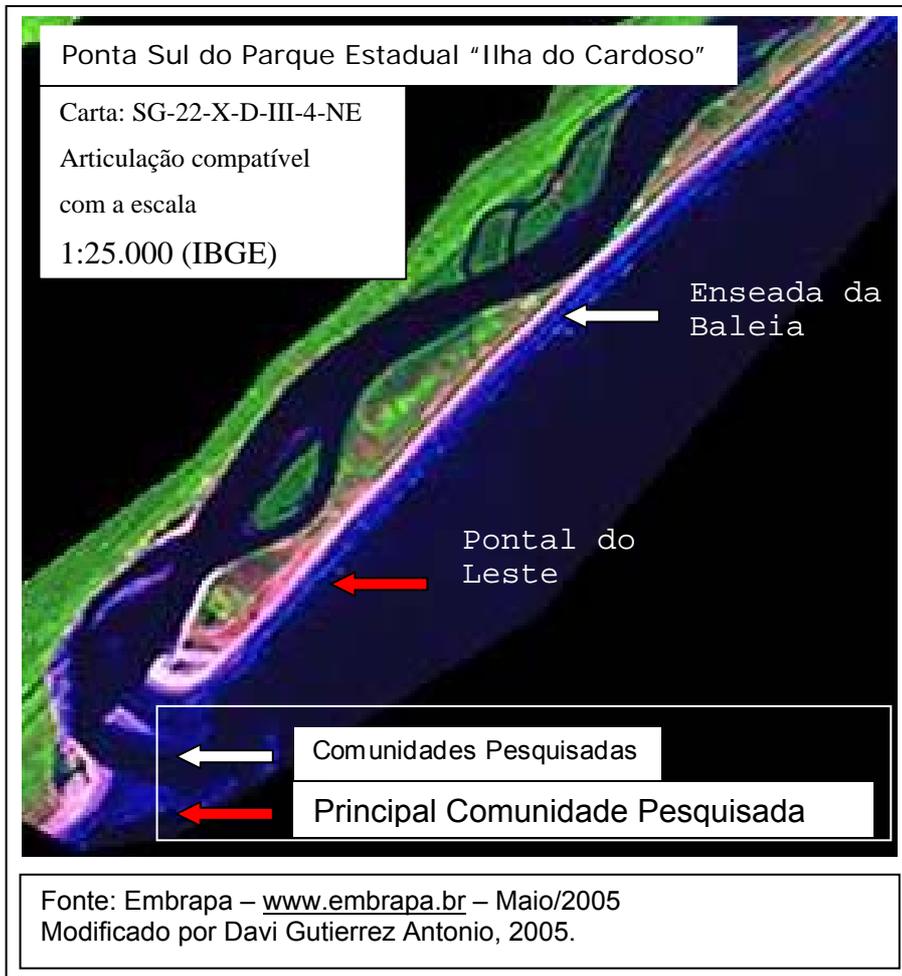


Figura 9 - Imagem Orbital, Modificada, Ponta Sul do PEIC



A leitura da imagem orbital acima (Figura 9) apresenta-nos mais precisamente as duas comunidades inicialmente participantes da pesquisa, Enseada da Baleia e Pontal do Leste (esta onde ocorreu a maior parte deste estudo), e permite visualizarmos um estreitamento na faixa de restinga da ilha, ao norte da comunidade Enseada da Baleia, demonstrando que em certas porções existe uma maior finitude do Espaço (cerca de 50 metros). A imagem demonstra um alongamento da ilha (sentido sul), através de sedimentação, mesmo processo que a formou, no período geológico do quaternário.

Percebe-se ainda que as comunidades Enseada da Baleia e, principalmente, Pontal do Leste encontram-se em relativo isolamento espacial, pelos motivos considerados: o estreitamento da ilha em direção à comunidade mais próxima e entre as duas comunidades, as distâncias a serem percorridas para o contato com as comunidades vizinhas da ilha (aproximadamente dezesseis quilômetros para a comunidade Maruja e três quilômetros para Enseada da Baleia - Figuras 8 e 9). Ressalta-se ainda que não existem meios de transporte

na ilha (exceto algumas bicicletas dos mais jovens), a não ser as embarcações. Os contatos entre as comunidades Pontal do Leste e Enseada da Baleia são mais freqüentes, mas não cotidianos. Quanto às comunidades externas ao PEIC, a proximidade com a comunidade situada na outra margem do Canal do Ararapira, já no Parque Nacional do Superagüi – PR, incentiva o contato, principalmente entre os jovens (homens), que procuram nessa comunidade alternativas à quase ausência de mulheres da mesma idade. A comunidade Pontal do Leste encontra-se distante pelo menos 3 horas do núcleo urbano de Cananéia – SP, onde são encontrados os serviços básicos e necessários como saúde e comércio, e onde alguns jovens procuram emprego e estudos, visto que morando na ilha só é possível complementar o ensino fundamental – Ciclo I e II na escola rural da própria comunidade e Ciclo III e IV na cidade de Ariri, mais próxima, mas que não oferece os serviços essenciais.

2.2 CONCEITO DE ILHA E A “ILHA” PONTAL DO LESTE

O conceito tradicional de *ilha marítima*, cercada pelo mar por todos os lados, não se aplica ao nosso caso. O Oceano Atlântico só é presente na face leste da ilha, ao sul temos o encontro do Oceano com o canal do Ararapira, e este forma a face oeste da ilha. As práticas sociais das comunidades da Ilha do Cardoso (porção sul da ilha) acontecem tanto no Oceano como no canal. Deste modo, o rio e o mar estão presentes no cotidiano e imaginário destas comunidades insulares.

Diegues (1998, p. 94), citando Abraham Moles define, o que chama de Ilha ideal:

Abraham Moles (1982) introduziu o conceito de ilha ideal ou ilha verdadeira, baseado no tamanho, na distância da ilha ao continente (essa distância enunciada como generalizada inclui também o esforço material, financeiro e psicológico para se chegar ao continente) e na verdade das paisagens e culturas humanas existentes. Moles liga o conceito de ilha ideal ao de *ilheidade*, definido como a consciência da insularidade, traduzida por símbolos e mitologias particulares. (grifo do autor).

A insularidade, como nos aponta Diegues (1998, p. 95), encontra-se em grande parte na consciência, relacionando-se com o espaço. Este conhecimento do espaço é presente na vida ilhéu das comunidades pesquisadas, sendo este espaço finito, pois mesmo com a grande extensão territorial da ilha como um todo, é numa pequena parcela que o modo de vida se reproduz. Mesmo perto da costa tem fronteiras claras com o continente, constituídas simbolicamente e nas práticas sociais. A esse respeito citamos Diegues (1998), que fez uso das palavras de Racault:

[...] não é necessário que a ilha seja longínqua, nem mesmo de acesso difícil: o importante é que uma fronteira visível marque seus limites, menos como um obstáculo material que como sinal de uma alteridade. O que importa é seu distanciamento causado pelo elemento líquido que a rodeia e alimenta o sonho de uma ruptura com o universo homogêneo das leis e das normas que dirigem a vida da sociedade no continente. (p. 108-109).

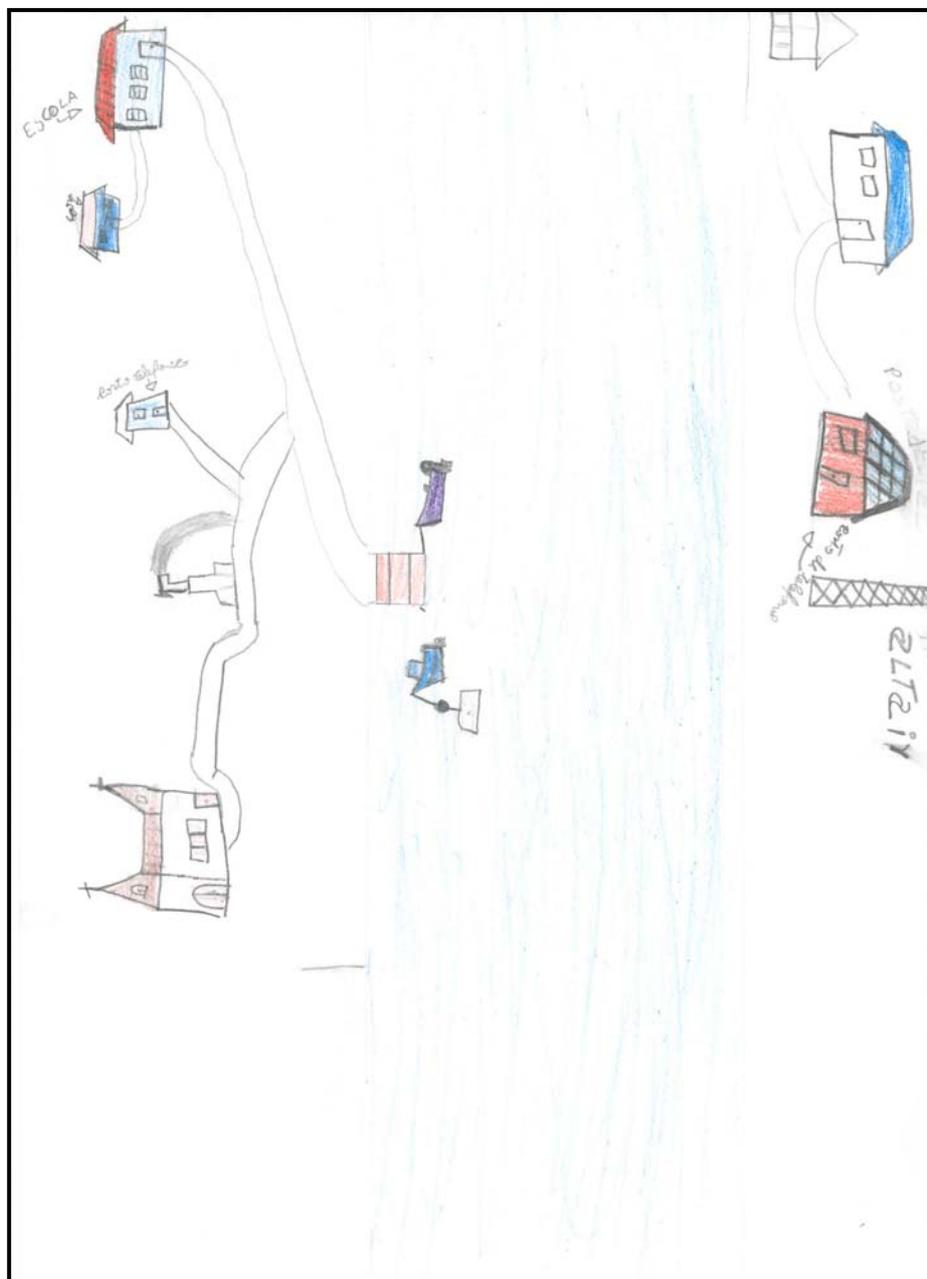
A paisagem da ilha, enquanto *locus* da reprodução social, apresenta grande riqueza, como a diversidade das casas (madeira e alvenaria), sua disposição (algumas voltadas para o oceano e outras para o continente), as distâncias entre elas, que parecem estar ligadas ao grau de parentesco, e os caminhos em forma de labirinto, que têm um valor social e simbólico:

[...] Os caminhos são complicados, para que o caminhante possa se perder na ilha, permitindo ao mesmo tempo certa privacidade. O ilhéu atravessa fronteiras e limites não percebidos pelo continental e isso está ligado à necessidade de se desenvolverem estratégias para a solução dos muitos conflitos que se originam no pequeno espaço. Todo mundo conhece tudo sobre todos, mesmo o que não se supõe conhecer. (DIEGUES, 1998, p. 101).

Essa questão está explicitada na seguinte passagem do Relato Ampliado (04/01/2005), que ocorreu quando o pesquisador e umas das crianças da comunidade (Thauann) voltavam do canal do Ararapira em direção à Escola da comunidade Pontal do Leste:

*Um fato interessante foi no retorno quando Thauann indicou um caminho mais curto até a escola e disse rindo:
“– Passamos no quintal do Altair”
Não tinha cercas, muros ou qualquer tipo de demarcação, só uma pequena trilha que passava em frente à casa de Altair e era o menor caminho até a escola.*

Figura 10 - Desenho: Trajeto Casa - Escola (Casa do Altair)



Autor: Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 08/2003

O desenho Trajeto Casa-Escola, do autor Altair (Figura 10), elucida-nos melhor a complexidade da organização espacial da ilha. Essa representação não seria, por exemplo, a mesma de um cartógrafo, pois os caminhos não seguem exatamente essa direção. Entretanto, as proximidades sociais estão expressas nos “caminhos”, como nessa representação que teve como objetivo a construção de um mapa mental do trajeto casa-escola.

Entendemos como mapa mental a representação do ambiente vivido através dos conceitos básicos da cartografia: a visão vertical (ou oblíqua), seu sistema de signos e símbolos cartográficos, e a localização dos objetos, nos dizeres de Seemann (2003, p. 201):

Cabe dizer que o mapa (no seu sentido mais amplo possível) exerce a função de tornar visíveis pensamentos, atitudes, sentimentos tanto sobre a realidade (percebida) quanto sobre o mundo da imaginação. Esses mapas não são representações cartográficas sujeitas às regras cartográficas de projeção, escala ou precisão, mas representações espaciais oriundas da mente humana, que precisam ser lidas como mapeamentos (= processos) e não como produtos estáticos.

Desta forma, o espaço vivido foi representado pelas crianças também como mapa mental, e essas representações humanas nos auxiliaram no entendimento das percepções ambientais relacionadas às características insulares, ao consideramos a porção da ilha onde as comunidades estão situadas (mapa 1) como espaço vivido, da experiência e da reprodução da vida. Relph, discutindo o conceito de espaço vivido, nos esclarece sobre estas experiências espaciais: *“E porque ele é vivido deve haver tantos espaços quantos forem as experiências espaciais”* [...]. (1979, p. 8), e essa vivência repleta de insularidade desenvolve lugares imbuídos de significados (TUAN, 1983, p. 4; RELPH, 1976, p. 1 - 4), míticos ou cotidianos, todos ligados ao modo de vida insular. Pela maritimidade presente no modo de vida neotradicional, o lugar se espraia até o oceano (e a sua praia) e o rio (e sua margem que tem contato com a ilha), trazendo outra série de significados topofílicos construídos a partir das experiências e do *savoir-faire* inerente à vida em comunidade. Dessa forma, a comunidade tem uma íntima relação com o lugar no mar ou no rio, seja ela pessoal ou coletiva, mas sempre se destacando a valoração do lugar:

The relationship between community and place is indeed a very powerful one in which each reinforces the identity of the other, and in which the landscape is very much an expression of communally held beliefs and values and of interpersonal involvements. [...] (p. 34)

A place is a centre of action and intention, it is "a focus where we experience the meaningful events of our existence" (Norberg-Schulz, 1971, p.19). indeed events and actions are significant only in the context of certain places, and are coloured and influenced by the character of those places even as they contribute to that character. Cézanne, to use a favourite example of Merleau-Ponty, did not paint landscapes, he painted the landscapes of Provence. (RELPH, 1976, p. 42)⁵

⁵ Tradução Livre do Autor: *O relacionamento entre a comunidade e o lugar é certamente muito poderoso em que cada um reforça a identidade do outro, e em qual a paisagem é muita uma expressão da opinião e de valores comunitários aprendidos e de participações interpessoal. [...]* (P. 34)

Um lugar é um centro da ação e intenção, é “um foco onde nós experimentemos os eventos significativos de nossa existência” (Norberg-Schulz, 1971, p.19). certamente os eventos e as ações são significativas somente no contexto de determinados lugares, e estão coloridos e influenciados pelo caráter daqueles lugares mesmo enquanto contribuem para esse caráter. Cézanne, para usar um dos exemplos favoritos de Merleau-Ponty: não pintou paisagens, ele pintou as paisagens de Provence. (RELPH, 1976, P. 42)

Ao usar essa abordagem, que valoriza a relação Homem e Natureza na construção do espaço geográfico, fica evidente o papel que essas relações exercem na tradição da cultura caiçara e na conservação de suas paisagens, conseqüentemente de seus recursos ambientais, sejam eles naturais ou construídos. Dessa forma, cabe a discussão da tradição caiçara, baseando-se em seus aspectos históricos e atuais.

2.2.1 COMUNIDADE E MORADORES

O caiçara é um dos primeiros grupos culturais do Brasil (século XVI e XVII), e tem sua origem na miscigenação do português colonizador e do índio, principalmente os Tupinambás. O mestiço luso-indígena ocupou principalmente as regiões litorâneas do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, e desse modo as tradições do caiçara (termo tupi-guarani) estão intrinsecamente ligadas à cultura do índio (conhecimento empírico da Natureza) e do português (como a navegação). Entretanto, este grupo social foi marginalizado pelos processos de ocupação e formação da sociedade na nova colônia (MOREIRA e SALES, 1999, p. 8), motivando sua independência econômica e cultural, que persiste até os dias atuais, mesmo que seja relativa. Num segundo momento, sofreram a influência da cultura africana, mais precisamente dos grupos de escravos africanos que chegaram nos séculos XVIII e XIX (BEGOSSI, 2001, p. 209), podendo essa influência cultural ser observada principalmente nas festas religiosas. Outro fator de modificação social e cultural, agora num terceiro momento, início do século XX, foi a incorporação das técnicas oriundas do encontro com a cultura japonesa, não por miscigenação, mas, sobretudo, por relações de trabalho⁶. Essas técnicas, como por exemplo a do cerco flutuante, ainda são utilizadas pelos caiçaras, sob um outro ponto de vista. Noffs (1988, p. 20) coloca que mesmo com 30 anos de convivência com um sistema de produção superior (dos japoneses), os produtores caiçaras pouco absorveram dos mesmos em relação às novas técnicas.

Nesse sentido, consideramos pertinente introduzir o conceito de conhecimento tradicional, de acordo com Diegues (2001, p. 31): *“Definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração”*. O conhecimento e o conhecimento tradicional comportam tanto o conhecimento empírico/técnico/racional como o simbólico/mitológico/mágico, que ao mesmo tempo é uno e duplo, ou seja, *“unidual”* (MORIN, 1999, p.169). Podemos entender com isso que o conhecimento é único, e no seu interior somam-se aspectos do *simbólico* e do *racional*, do *empírico* e do *mitológico*, do *mágico* e do *racional*. Assim, quando percebemos e interpretamos o ambiente, usamos estes referenciais de conhecimentos, ou melhor, fazemos uso de um conhecimento *unidual*.

⁶ Cf. Noffs, 1988, p. 18-21.

Nessa perspectiva de formação da cultura caiçara e de conhecimento tradicional, consideramos um quarto momento na formação das atuais comunidades caiçaras, o elemento informação (rápida e diversa), sem tempo suficiente para a estabilização da tradicionalidade em relação a esses novos conhecimentos. Consideramos esses fatos como consequência da pós-modernidade (HARVEY, 2002) e da mundialização, pois as populações tradicionais estão sujeitas às mudanças e assimilação de novos conhecimentos, junto aos conhecimentos oriundos da tradição.

Begossi caminha na direção desse quarto momento de mudança na cultura caiçara, que ocorre atualmente, com a unificação dos conhecimentos externos com sua cultura tradicional, tornando-a comunidade neotradicional. A questão que se coloca é quais os impactos desses novos conhecimentos para a comunidade e para a conservação do meio ambiente, processo que se torna cada vez mais rápido, com o avanço da sociedade da informação (globalizada), com o fluxo de turistas e as redes dos meios de comunicação de massa (TV e Rádio).

[...] populações neotradicionais são as que possuem tanto conhecimentos tradicionais quanto uma bagagem de novos conhecimentos provenientes de fora. Todas as populações apresentam novas variedades de conhecimentos adquiridos, mas podem existir diferenças, ou melhor, uma graduação na proporção do que é velho e do que é novo. (BEGOSSI, 2001, p. 207).

Avançando na questão, devemos nos ater ao conceito de comunidades, que tem sua origem no vocábulo latino *communitale*:

[...] o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo (...) A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional da participação e da volição. (NISBET, 1994, p. 255 – 256).

A comunidade participante desse estudo, dentro do conceito descrito por Nisbet (1994), diferenciam-se de outras comunidades caiçaras por serem insulares. Uma ligação com o Oceano (Atlântico) e ao mesmo tempo com o Rio (Canal do Ararapira) justifica sua escolha, no sentido de serem símbolos diferentes, e, conseqüentemente, percepções e representações distintas. Cabe nesse momento a discussão de conceitos para o estudo de comunidades insulares, baseando-se em Diegues (1998):

A especificidade das sociedades insulares reside, em grande parte, na produção e reprodução de práticas econômicas, sociais e simbólicas, que são elaboradas a partir de espaços e recursos limitados, a partir da existência do espaço marítimo, do contato com outras sociedades. Assim, o elemento básico da sociedade insular não é a presença física do mar, mas as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar,

representado pelos ilhéus de várias maneiras: obstáculo, e também caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e representações simbólicas. (p. 50).

[...] o cotidiano insular é vivido de forma distinta do continental, pois material e simbolicamente o espaço insular é diferente por, pelo menos três razões geográficas: a presença marcante do Oceano, a finitude do espaço que sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior e a escala reduzida das ilhas pequenas [...]. (p. 113)

Portanto, as comunidades participantes desta pesquisa são consideradas neo-tradicionais, pois sua tradicionalidade é alterada pela modernidade e pós-modernidade (televisão, equipamentos de pesca, sistema formal de ensino etc.), mas ainda mantêm um vínculo profundo com seus conhecimentos tradicionais. Apoiados nestes conceitos chave, comunidade e populações neotradicionais, consideramos que o fenômeno da insularidade ocorre a partir das comunidades, como pequenas ilhas dentro de um contexto maior. As comunidades diferentes (mesmo as da PEIC) são sempre chamadas de “as outras”, colocando-se fora dessa tradicionalidade local, ou melhor, externas à comunidade (“*outsider*”, como propõe Buttimer, 1980, ou “*outsideness*”, na proposição de Relph, 1976). Deste modo, torna-se importante descrever as comunidades participantes da pesquisa com maiores detalhes.

DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE: PONTAL DO LESTE

Pontal do Leste localiza-se na porção sul da ilha, onde a vegetação predominante é a restinga, com algumas áreas onde predomina vegetação exótica, como árvores frutíferas: Goiabeiras, Bananeiras etc., inseridas por atividades antrópicas. Seu território caracteriza-se por ser uma porção alongada e estreita, tendo a leste o Oceano Atlântico e a Oeste o Canal de Ararapira.

Localiza-se na divisa do Estado de São Paulo com o Paraná, e sua ocupação é dispersa e composta por moradores tradicionais, perfazendo 58 ocupantes. Existe interesse por parte destes em alugar quartos e barracas para o turismo, embora a presença dos turistas não seja desejada pela maioria. Há uma escola, posto telefônico e uma igreja católica. Todas as residências dos moradores tradicionais possuem energia solar. Os moradores vivem da pesca costeira, cujo produto é vendido em Cananéia - SP ou em Paranaguá - PR.

Quadro 1 - Ocupantes da Comunidade Pontal do Leste:

Localidade	Ocupantes tradicionais	Edificações de ocupantes tradicionais	Ocupantes não tradicionais	Edificações de ocupantes não tradicionais
Pontal do Leste	58	17	0	3

Org: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”; Modificado e Atualizado por Davi Gutierrez Antonio, 2005.

Quadro 2 - Infra-estrutura comunitária:

Localidade	Escola	Igreja	Centro Comunitário	Posto Telefônico	Posto de Saúde	Núcleos de Refrigeração	Restaurante Comunitário
Pontal do Leste	01	01*	X	01	X	01**	01***

Org: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”; Modificado e Atualizado por Davi Gutierrez Antonio, 2005.

* Em construção ** Fora de uso ***Associação das Mulheres dos Pescadores

2.3 ÁGUAS DA ILHA: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES

A partir do esclarecimento de alguns aspectos físicos, socioeconômicos e culturais do Parque Estadual “Ilha do Cardoso” e sobre seus habitantes, pretendemos refletir sobre os aspectos do imaginário e das representações, que estão envolvidos no processo de percepção do espaço ilhéu vivido. Para tanto, partimos das questões que envolvem a “Ilha” e seu principal elemento material, a “água”. Laberge faz uma afirmação que nos revela a complexidade desse elemento: “[...] as águas não são simplesmente as águas, tanto elas quanto seus habitantes são perpassados por constantes e complexos simbolismos e personificações”. (2000, p. 46). E continuamos com esta reflexão com Cunha (2000) e Diegues (1998), autores que, respectivamente, apontam o aspecto mais simbólico e poético da água:

Por mais impalpável e simbólica, a água é matéria, e, por mais material que seja, embala os sonhos, é fonte de inspiração poética, tal como se presencia nas imagens e símbolos humanos, em seu atos, na morte e na vida: a água move e umedece o real. (p. 16)

A análise das representações simbólicas sobre o território é fundamental, pois ainda que os espaços marítimos e terrestres tenham uma base física (mar e terra), eles são também produtos das “práticas” econômicas e simbólicas. (p. 107)

Eric Dardel (1952) também considerou a importância da água para a Geografia, denominando este espaço específico como “*Espace Aquatique*”, desenvolvendo associações e definindo também as características predominantes desse espaço, o movimento, tanto do rio (correnteza) como do mar (ondas, marés):

Il n'est pas nécessaire d'insister longuement sur l'importance et l'originalité du domaine des eaux dans l'espace géographique. Les mers occupant de beaucoup la plus grande surface du globe, et même sur le domaine continental, les eaux, lacustres et fluviales, les étangs et les sources jouent un rôle prépondérant. [...]. (p. 26).

L'espace aquatique est un espace *liquide*. Torrent, ruisseau ou fleuve, il coule, il met en mouvement l'espace. Il est mouvement, et, par contraste, il fixe l'espace environnant, rives ou plaine [...]. L'eau courante, parce qu'elle est mouvement et vie, déride l'espace. (p. 27).⁷

É importante salientar a diferença entre as águas do Oceano (Mar de Fora) e do Canal (Rio de Dentro), pois existe uma clara divisão entre os gêneros nas práticas sociais dos ilhéus, conforme Diegues (1998, p. 24) nos elucida: “A água plasma, a água doce, a água lacustre, a água estagnada são femininas, ao passo que a do oceano, escumante, fecundante, é masculina [...]”. Este autor discorre ainda sobre as práticas sociais e simbólicas que evitam mulheres no barco e que têm papel coletivo de proteção dos próprios pescadores (1998, p. 58), também no tocante à proteção dos barcos e com relação aos recursos da pesca. Complementamos a elucidação com um exemplo citado nos relatos ampliados deste trabalho, que ocorreu num momento cotidiano do trabalho de campo:

D. Rosália, moradora tradicional, em uma manhã de pouca pesca pelo marido (o que foi pescado foi vendido a turistas), contornou a situação indo ao mangue no canal do Arapira pegar mexilhões, fazendo deste o cardápio (almoço e jantar) do pesquisador que se encontrava hospedado em sua casa. (Relato Ampliado, 06/01/2006)

Em “A Poética do Espaço”, Bachelard nos faz enveredar por uma discussão que vai ao encontro do nosso objetivo atual, a discussão e compreensão do processo imagético da imagem, mais especificamente a imagem poética:

Propomos [...] que se considere a imaginação como um poder maior da natureza humana. Certamente não adianta nada dizer que a imaginação é a faculdade de produzir imagens. Mas essa tautologia tem ao menos o interesse de deter as assimilações das imagens às lembranças. A imaginação, em suas ações vivas, nos desliga ao mesmo tempo do passado e da realidade. Aponta para o futuro. À função do real, instruída pelo passado, tal como é destacada pela psicologia clássica, é preciso junta uma função do irreal também positiva [...]. (1978, p. 195).

⁷ Tradução Livre do Autor: Não é necessário insistir longamente sobre a importância e originalidade do domínio das águas dentro do espaço geográfico. Os mares ocupam a maior parte da superfície do globo, e mesmo sobre o domínio continental, as águas lacustres e fluviais, os lagos e as fontes influenciam fortemente.

O espaço aquático é um espaço líquido. Torrente, riacho ou rio, ele corre e coloca em movimento o espaço. Ele é movimento, e por contraste, ele fixa o espaço no ambiente, na beira ou na planície [...] A água corrente, porque ela é movimento é vida, verdadeiro espaço.

A imaginação, discutida como uma qualidade do ser humano, é a fusão do real com o irreal, nas palavras do autor, *“A imagem se estabelece numa cooperação do real com o irreal”* (BACHELARD, 1978, p. 235). Consideramos os principais poetas dessa fusão de contrários os que vivem no mundo infantil, a quem pertence esse poder da natureza humana de imaginar, o que depois se concretiza no Desenho Infantil, pois as crianças utilizam sua memória na ação de construir o desenho, não por terem vivido muitos fatos, mas por ouvirem, sentirem, verem, ou seja, perceberem-se do meio. A criança desenvolve uma percepção e interpretação aguçadas do seu entorno, das relações humanas ou ligadas à Natureza, e ainda da relação do ser humano com a Natureza, nesse caso, em especial, a água, que ocorre no seu cotidiano, tendo em vista que essas relações têm privilégios principalmente no seio de comunidades tradicionais e neotradicionais, como a caiçara. Essa imaginação, vinda das lembranças, gera imagens ligadas à inquietude do ser, *“... as imagens quase não abrigam idéias tranqüilas, nem idéias definitivas, sobretudo. A imaginação imagina incessantemente e se enriquece de novas imagens”*. (BACHELARD, 1978, p. 196). E são essas imagens, que consideramos irem ao fundo da essência, nosso instrumento de reflexão sobre a água: *“Qualquer grande imagem tem um fundo onírico que o passado pessoal põe cores particulares”*. (ibid, p. 218), pois a imagem supera a realidade, ela *“canta a realidade”* (BACHELARD, 1997, p. 18), num eterno movimento, entre o devaneio e a realidade. Nossa preocupação, os sonhos, mais precisamente os sonhos oníricos, transformam-se em imagens e estas imagens, por sua vez, são transformadas em desenhos pelas crianças caiçaras, que as materializam numa folha de papel em branco. Nossa preocupação real consiste então nos desenhos, que são oriundos de sonhos, que então tornam-se imagens simbólicas das tradições inerentes às crianças.

Ao traçar uma relação das imagens com o devaneio da água, buscamos embasamento também em Bachelard (1997), principalmente na sua obra *“A água e os Sonhos”*. Entendemos que a busca pela essência é pertinente a este estudo, e deste modo buscamos na abordagem fenomenológica os meios para isso, baseando-se na imaginação material. De acordo com Bachelard (1997), a essência que tratamos aqui é *“água”*, da imensidão do Oceano à calmaria do Rio, e ainda sua fusão em um novo ser, o encontro das águas, encontro este que ora é influenciado pelo Oceano, ora pelo próprio Rio (maré, ventos, correnteza, etc.).

Entendemos como Imaginação Material aquela que vem da essência, da matéria primordial, como aponta Bachelard, sobre a imagem gerada por ela:

[...] imagens da matéria, imagens diretas da matéria. A vista lhes dá nome, mas as mãos as conhece. Uma alegria dinâmica as maneja, as modela, as torna mais leves. Essas imagens da matéria, nós as sonhamos substancialmente, intimamente, afastando as formas, as formas perecíveis,

as vãs imagens, o devir das superfícies. Elas têm um peso, são um coração. (BACHELARD, 1997, p.2)

A imaginação material imagina a água e a vê como elemento essencial, que é presente nas experiências do ser humano, fazendo-se símbolo, que é repleto de significados. Especificamente no caso das comunidades insulares, a ilheidade dá o significado às águas, fazendo parte dos arquétipos mais íntimos da vida humana (BACHELARD, 1997, p. 6). Elemento simples, sua simplicidade situa-se na superfície, com sua calma aparente; na profundidade dos seus significados, de sua complexidade de elemento, abriga os símbolos e os devaneios. Podemos ainda associar água à pureza, como o autor nos coloca: “A água é objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza” (ibid, p. 15). Pureza como símbolo, também faz referência à valoração da água no sentido cultural, enquanto *locus* da construção do modo de vida da comunidade, de relações simbólicas, e da *práxis* cotidiana, constituindo-se elemento cógico em sua profundidade de água transparente: “Encontra na profundidade das substâncias todos os símbolos da vida humana íntima”. (ibid, p. 155), símbolos das tradições dos ilhéus.

O imaginário também é discutido por Morin (1999, p. 124), que expõe a relação deste com o real, preocupação dessa pesquisa na medida em que o Desenho Infantil é a materialização desse dual (real e imaginário):

A relação entre o real e o imaginário é pois de uma complexidade surpreendente pois eles são ao mesmo tempo diferentes e opostos. Do mesmo partem dois mundos antagônicos e complementares, o da percepção e da exploração empírico-racional do real e o da fantasia, do sonho e do mito: eles se alimentam um do outro; mais ainda, sempre há algo de um no outro. A humanidade, portanto, utiliza as mesmas aptidões cerebrais para desenvolver simultaneamente um conhecimento cada vez mais objetivo do universo e as mais fabulosas construções de universos imaginários; coisa extraordinária, esses dois desenvolvimentos interferem sem parar um num outro.

Durant (1988), ao analisar a imaginação simbólica, caminha no sentido de elucidar a questão do real (racional) e do imaginário: “[...] não há ruptura entre o racional e o imaginário, pois o racionalismo não passa de uma estrutura, dentre muitas outras, polarizante própria do campo das imagens”. (p. 77). A imagem, nesta pesquisa, é o elemento principal, fonte de nossos dados e nossas reflexões, daí sua importância fundamental.

O OCEANO

Com base nessas considerações sobre o papel da água e dos conceitos necessários ao estudo das sociedades insulares, traremos primeiramente uma discussão sobre a água em uma das suas formas mais simbólicas, a água-oceano (Figura 11), e sua relação e associação com o espaço vivido (cotidiano e imaginário), desenvolvendo um modo de vida diferenciado do continental, pois esta representação simbólica é ligada à navegação e à pesca, principalmente no que tange à *haliêutica*⁸.

Figura 11 - Foto: Oceano Atlântico e Ilha da Figueira



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006

Aqui nos encontramos bem no cerne da questão fundamental da relação do mar com as comunidades, a valorização do mar como *locus* do espaço vivido e, conseqüentemente, da própria existência dessas comunidades e sua reprodução social e simbólica.

Muitas sociedades existentes em ilhas, sobretudo oceânicas, desenvolveram uma relação particular com o mar, vendo nele ora uma barreira ora uma via de contato com outras sociedades. Para elas, o mar não é meramente espaço físico, móvel, mutante, mas lugar de seu trabalho, de sua sobrevivência e sobre o qual dispõem de grande conhecimento acumulado. É também o território onde desenvolvem práticas sociais e simbólicas por meio das quais não somente o espaço marítimo, mas também espécies animais e vegetais são representados mentalmente. (DIEGUES, 1998, p. 53).

⁸ A arte da pesca (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2006)

A importância do mundo marítimo, construído social e simbolicamente pelos pescadores, é descrita por Silva (2000, p. 28), de maneira a traçar as distinções entre o mundo do mar e o mundo seco (no caso insular, a parte emersa da ilha):

Os pescadores compreendem a natureza em dois grandes mundos: o do mar e do seco, sendo que o primeiro é tido como um espaço muito especial, digno de muita reflexão e admiração. Este mundo, construído em torno do mar, engloba também céu, nuvens, chuvas e ventos que possam vir a compor o cenário do homem embarcado. O mundo do seco constitui-se de uma natureza dócil, previsível, passível de ser controlada no que diz respeito a certas leis e ciclos e, na medida em que a sociedade é vista como uma dimensão deste mundo, as regras sociais também reforçam esta expectativa de previsibilidade.

Estes mundos tomam o imaginário dos moradores tradicionais, principalmente das crianças, a ponto da percepção do mundo marítimo ser mais especial e sua representação mais rica do que a do mundo seco. Mesmo com o cotidiano das crianças se passando no mundo seco, é no mar que elas desenvolvem seu imaginário, sua percepção e, conseqüentemente, quando representam é o seu imaginário que direciona a imagem a ser construída, é a parte significativa que tem relação íntima com o significado simbólico desenvolvido pelo imaginário.

Ainda é importante salientar a diferença entre a terra (seco) e o mar:

Existe uma grande diferença entre os dois elementos: a terra é muda, o oceano fala. O oceano tem voz. Ele fala aos astros longínquos, responde a seu movimento, numa linguagem grave e solene. Ele fala a terra, ao litoral, num acento patético, dialoga com seus egos... E sobretudo se dirige aos homens. O mar fala da vida, da metamorfose eterna, da imortalidade, da solidariedade. (MICHELET, apud DIEGUES, 1998, p. 206).

A citação acima abre o imaginário das representações sobre o oceano, onde não somente a percepção visual é importante, mas também a auditiva tem papel relevante, motivando o imaginário e estendendo a percepção.

Torna-se necessária uma breve reflexão sobre a questão de gênero. As sociedades tradicionais e neotradicionais, formadas por pescadores, têm uma divisão clara sobre os limites da ação de cada gênero; o homem espera que como as águas lacustres se confinam no interior do continente, suas mulheres e filhas fiquem restritas ao mundo doméstico (SILVA, 2000, p. 35). A questão toma evidência com o papel da mulher no turismo, atividade considerada doméstica pela comunidade pesquisada. É ela que se responsabiliza pela hospedagem e alimentação do turista, ficando a cargo do marido o recebimento dos pagamentos, quando este está presente. Sobre a mesma questão temos ainda a impossibilidade das mulheres acompanharem os homens na pesca, sendo essa atividade exclusiva dos homens, possuindo um simbolismo próprio, que restringe a inserção do sexo

feminino⁹. Deste modo, o homem tem uma mobilidade espacial muito maior em comparação com a mulher, sendo que a procura dos cardumes e as intempéries do oceano motivam essa mobilidade no espaço marítimo.

Estes conhecimentos desenvolvidos pelos pescadores têm função prática e simbólica, na sobrevivência da comunidade participante da pesquisa: Pontal do Leste, que depende, sobretudo, da atividade pesqueira, ficando o turismo como atividade econômica secundária. Assim o mar cria um significado específico e um local de aprendizado e formação da identidade ilhéu, consistindo num dos aspectos principais do seu modo de vida, Diegues (2000) fornece subsídio a essa reflexão e avança na questão:

O conhecimento tradicional desenvolvido pelos pescadores sobre as características do mar, suas correntes, ventos e marés, bem como sobre o comportamento da fauna e da flora aí existentes, são aspectos fundamentais para o entendimento do mundo simbólico dos pescadores. (p. 13)

[...] E por isso, para eles, o mar não é um vazio, uma seqüência monótona de ondas, mas um espaço de práticas sociais e simbólicas onde se constrói a maritimidade e a mestrança. (p. 70).

Desta forma, o Oceano tem especificidades que determinam e são determinadas pela cultura tradicional caiçara, que do ponto de vista antropológico e marítimo é uma sociedade insular, com uma presença marcante da maritimidade.

O Rio

Por outro lado, a presença do Rio conduz a outros símbolos e relações das comunidades com a água. Bachelard (1997) afirma a supremacia da água doce: [...] *supremacia imaginária da água das fontes sobre as águas do Oceano*. (p. 158), mas a água que ele trata é a água pura, da necessidade da degustação como signo dessa pureza: [...] *água que refresca, a água que dessedenta*. (p. 162). Já a água do Rio de Dentro (Canal do Ararapira) é salobra, não contendo a imensidão do mar e seus símbolos decorrentes, nem a pureza da *água das fontes*. A presença do sal na água do rio é resultado das marés, e da proximidade com o oceano. Essa evidência não retira a importância simbólica e cotidiana do Rio (Canal do Ararapira), pois a origem do istmo da parte sul da ilha é consequência do transporte de sedimentos, que se acumulam próximo ao Pontal do Leste (Figura 9):

Os rios constituem os agentes mais importantes no transporte dos materiais intemperizados das áreas elevadas para as mais baixas e dos continentes

⁹ Cf. Silva, 2000, p. 35 - 36.

para o mar. Sua importância é capital entre todos os processos morfogenéticos. (CHRISTOFOLETTI, 1974, p. 53)

A ilha ao sul continua a crescer, e as crianças têm conhecimento disso e da responsabilidade do rio neste processo (Relatos Ampliados). Desse modo, o rio é o “*criador*” da ilha, e as questões da origem das sociedades e do espaço são a essência de qualquer mito fundador, daí a relevância do papel do rio como símbolo.

Na foto a seguir (Figura 12), visualizamos as crianças brincando no “Rio de Dentro”, demonstrando as relações delas com o rio, momento comum no cotidiano das crianças da comunidade Pontal do Leste.

Figura 12 - Foto: Crianças Brincando no Canal do Ararapira



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

O rio tem a propriedade de ligar as comunidades insulares com outras comunidades e com o continente, sendo então uma via móvel (QUEIROZ, 2002), espaço vivido no cotidiano, propiciando o transporte de pessoas e mercadorias, a comunicação e o comércio – venda de peixe e crustáceos, além de um barco supermercado que atende semanalmente as comunidades. É através do rio que as relações sociais e culturais com outras comunidades também se tornam possíveis, como a procura pela esposa ou marido, outro símbolo importante em qualquer cultura, o casamento e todas as relações familiares envolvidas.

Outro importante aspecto do rio é a pesca, que segundo informações dos próprios moradores, declinou acentuadamente nos últimos anos, sendo ainda comum a pesca com tarrafa nas margens do rio, praticada tanto pelos pescadores mais experientes como pelo mais novos. Essa pesca é sempre observada tanto pelas crianças como pelos adultos, e quando os adultos observadores são pescadores ou ex-pescadores, sempre dão opiniões e discutem sobre o tipo de peixe e a sua quantidade. Essas discussões são acompanhadas

pelas crianças e, em alguns casos, estas se arriscam no arremesso da tarrafa, sempre sob os olhos e opiniões dos mais velhos (Relato Ampliado). O rio, quase sempre, é a primeira etapa do aprendizado dos mais jovens em relação à arte da pesca, o que acontece pelo *savoir-faire* dos mais velhos, que estão sempre abertos às crianças da comunidade.

A calmaria do rio é outro fator da sua representação, enquanto o acesso ao oceano é tumultuado, devido às ondas e marés, o rio propicia a possibilidade de nados mais calmos, sendo possível até a sua transposição às margens opostas, tendo assim a preferência das crianças para suas atividades lúdicas, em relação ao oceano. Essa calmaria, somada com a salinização de suas águas, permite a criação de mexilhões, atividade introduzida recentemente para suprir a diminuição da pesca. Muda a paisagem do rio, muda sua representação, agora como produtor e não apenas como fornecedor.

A figura 13 mostra esse tipo de produção (Mexilhão), que ocorre próximo às margens do canal na comunidade, alguns metros abaixo da entrada principal, onde os barcos são fundeados. Temos ao fundo uma visão parcial da comunidade Barra do Ararapira, no Estado do Paraná.

Figura 13 – Foto: Comunidade Barra do Ararapira e Criação de Mexilhão



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

2.4 PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA

Buscamos a percepção e interpretação ambiental no imaginário insular, por considerar a ilha e, em especial, a água que a rodeia um lugar privilegiado nas diversas construções simbólicas dos caiçaras, além da importância no contexto de Unidade de Conservação da Natureza. Consideramos as águas, o rio (canal) e o oceano, *locus* de práticas sociais e simbólicas de comunidades de pescadores que deles tiram sua subsistência (DIEGUES, 2000, p. 5). A antropóloga Simone C. Maldonado nos esclarece ainda mais sobre a relevância e complexidade da percepção ambiental sobre o elemento água, no caso específico da autora a percepção ambiental durante a pesca marítima:

[...] A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos. (2000, p. 60)

O estudo da percepção, tarefa complexa que envolve um enorme número de variáveis, aqui se torna ainda mais complexa, pelo elemento principal não ser o solo em si, mas a água, elemento mutável no tempo e no espaço, relacionado à finitude do espaço sólido da ilha, levando ao Oceano ou ao Rio os espaços vividos, os lugares e os mitos. Outra questão a ser abordada é a necessidade de um olhar holístico, abrangendo o maior número possível dos aspectos da vida ilhéu:

[...] Esta concepção totalizante ainda subsiste entre as populações humanas marítimas que mantêm contato estreito com o mar e dele tiram subsistência, apresentando uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos (ventos, marés, reproduções dos cardumes) que hoje começa a ser explorado pela etnociência marítima. De outro lado, as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar. (DIEGUES, 1998, p. 70)

Um aspecto relevante na percepção é o fato dela não ser somente dos objetos em si, mas de um mundo de sentidos e significados (VIGOTSKI, 1998, p. 44). Assim, descobrimos o nosso mundo pelos sentidos, considerando-se aqui os sentidos tradicionais: químicos (olfato e paladar); mecânicos (tato, audição) e luminosos (visão), e é através dos receptores sensoriais que esses sentidos trabalham: *“A informação que penetra pelos sentidos ‘materializa-se’ em substâncias químicas e em modificações neuronais que armazenam fisicamente a significação simbólica das recepções sensoriais”* (MORIN, 1999, p. 81). Nas sociedades insulares e marítimas se destaca a “visão” (DIEGUES, 1998, p. 77),

característica básica e necessária para a prática da pesca, envolvendo localização e distância, por exemplo, dos cardumes migratórios, como o das tainhas.

A percepção utiliza desse processo neuro-sensorial, dando sentido ao percebido, apossando-se e transformando-o em seu principal fruto, ou seja, a representação. Voltamos a utilizar as palavras de Morin (1999, p. 120), para definirmos o processo da percepção:

Dialógico, pois é o fruto de uma dialógica entre o aparelho neurocerebral, logo o espírito, e o meio exterior, logo o mundo;
Autogerativo, pois constitui um circuito construtor (no qual cada momento é ao mesmo tempo gerado e gerador, efeito e causa);
Holoscópico pois produto das visões panorâmicas que invadem o horizonte mental e tiram do olhar, da audição, do olfato, a forma, as formas e a consistência do mundo exterior; é igualmente, pode-se supor, hologramático nos modos de inscrição e rememoração.

Simmons (1993, p. 76) nos elucida e define o termo “percepção” na citação a seguir. Discorre sobre a importância da percepção visual, mas considera de grande valia os outros sentidos (audição, tato, paladar, olfato), onde se destaca a relação da percepção com a cognição, intrínseca a todo o processo perceptivo:

[...] we start with the way in which an individual makes an environmental construction through the processes of perception and cognition. Perception is the term given to the neurophysiological process of the reception of stimuli from a person's surroundings. In this process, sight is generally thought to be the major element, but other senses such as hearing and smell may also play their part.¹⁰

Com base nas afirmações acima, a percepção se constitui num ciclo que começa nos estímulos dos receptores sensoriais, codifica, transforma, organiza, traduz, e os retraduz. No centro o ciclo é seletivo, pois uma parte dos dados sensoriais são eliminados na percepção. Aditivo, pois as informações são completadas a partir da inteligência e da memória. Corretivo, pois o cérebro modifica o que é percebido, dando-lhe o aspecto necessário para sua tradução simbólica (MORIN, 1999, p. 120). Temos no final do ciclo da **percepção a representação**, “*construção tradutora, cujo produto seria, como o da tradução, um ‘análogo’ do traduzido*” (ibid, p. 121), uma analogia que contém o mundo exterior que alimenta e re-alimenta o ciclo. “*A representação é o ato constitutivo idêntico e radical do real e do imaginário*”. (ibid, p. 123)

¹⁰ Tradução Livre do Autor: [...] nós começamos com a maneira pela qual um indivíduo faz a sua construção ambiental de acordo com os processos da percepção e da cognição. A percepção é o termo dado ao processo neuro-físico-social da recepção dos estímulos dos arredores de uma pessoa. Neste processo, a vista é pensada geralmente para ser o elemento principal, mas outros sentidos tais como a audição e o olfato também podem fazer sua parte nesse contexto.

O processo de percepção comporta também o “eu percebo”, e se tratássemos do olhar, seria como um terceiro olho, ligação do Espírito com o Mundo, e assim buscamos esse devaneio em Merleau-Ponty:

Diremos, então, que há um olhar do interior, um terceiro olho que vê os quadros e mesmo as imagens mentais, como se falou de um terceiro ouvido que capta as mensagens de fora através do rumor que elas suscitam em nós? Para que, quando tudo se resume em compreender que nossos olhos de carne já são muito mais do que receptores para as luzes, para as cores e para as linhas: são computadores do mudo, que têm o dom do visível como se diz que o homem inspirado tem o dom das línguas.” (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 90).

Acrescentamos ao processo (ciclo) da percepção um outro fenômeno de vital importância para o processo, a intuição: “A sensação (isto é, a percepção sensorial) nos diz que alguma coisa existe; o pensamento mostra-nos o que é esta coisa; o sentimento revela se ela é agradável ou não; e a intuição dir-nos-á de onde vem e para onde vai.” (JUNG, 1987, p. 61)

Avançando na questão sobre percepção, ela envolve toda a biosfera, ou seja, envolve a paisagem e a própria existência do Homem como parte da Natureza e agente do pensamento que constrói a percepção e, posteriormente, a interpretação. Simmons (1993, p. 81) traz a seguinte consideração:

Perception is an attribute of the whole biosphere (as a whole) rather than any species within it. These multiple forms of perceptual experience may collectively, it is argued, constitute a single global experience that has its own power of sensing and, perhaps most importantly, of creating.¹¹

A percepção acontece em uma determinada escala (TUAN, 1980, p. 17), dependendo da cultura da pessoa envolvida. No caso da cultura insular, onde a pesca é fator determinante, a visão é um sentido privilegiado, principalmente para localização de cardumes. Deste modo, o espaço percorrido pela visão ganha magnitude principalmente quando se refere ao mar, e a criança acaba somando essa percepção a sua (geralmente dos mais velhos), principalmente pelo *savoir-faire*. A importância da visão para a percepção é descrita por Tuan (1980):

Dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominante um animal visual. Um mundo mais amplo se lhe abre e muito mais informação, que é espacialmente detalhada e específica, chega até ele

¹¹ Tradução Livre do Autor: *A percepção é um atributo da biosfera inteira (ao todo) melhor que qualquer espécie dentro dela. Estas múltiplas formas da experiência perceptiva acontecem coletivamente, discutido-os, constituem uma única experiência global que tem seu próprio poder de detectar e, talvez o mais importante, de criar.*

através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato. (p. 7)

O processo cognitivo deve ser elucidado por estar relacionado diretamente com a percepção, consistindo na interiorização da experiência pessoal e dos valores, através do consciente e do subconsciente, de maneira a ordenar e justificar as ações futuras, entre elas a percepção e a representação ambiental, que a partir da cognição são repletas de significados e simbolismos, diretamente ligados à cultura envolvida. Segundo Simmons (1993, p. 76), podemos definir essa relação da seguinte forma:

Cognition is the wider personal context of perception. It is not necessarily immediate in the same way, since it constitutes the means of awareness that intervenes between past and present stimuli and the behavioural responses of the present and the future. It cannot therefore be easily disentangled from perception although the latter is sometimes regarded as a subset of cognition. The whole complex of cultural response such as memory, experience, values, evaluation and judgement are present in the processes of cognition with the result being a construction of environment which is perhaps analogous to a map of a landscape: a representation but not the terrain itself. Thus environmental cognition can refer to elements in the environment, to events, to patterns and concepts, and to elusive qualities such as sentiment, personal meaning and collective symbolism.¹²

A percepção envolve um sentimento com o espaço, que utiliza, além dos sentidos a imaginação. Em sua obra de 1952, “A Poética do Espaço”, Gaston Bachelard (1978) cunhou o termo *Topofilia*, utilizando-o para conceituar uma relação de sentimento com o Espaço, mais precisamente o Lugar. Esse conceito é novamente trabalhado por Tuan (1980, 1983), mas sua origem é bachelardiana¹³:

Nossas pesquisas mereceriam, sob essa orientação, o nome de **topofilia**. Visam determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados. Por razões muitas vezes bem diversas e com as diferenças que comportam os vários matizes poéticos, são **espaços louvados**. A seu valor de proteção, que pode ser positivo ligam-se também valores imaginados, e esses valores são, em pouco tempo, valores dominantes. O espaço compreendido pela imaginação não pode ficar sendo o espaço indiferente abandonado a medida e reflexão geométrica. É vivido. E é vivido não em sua positividade, mas com todas as parciaisidades da imaginação. (BACHELARD, 1978, p. 196).

¹² Tradução Livre do Autor: *A cognição é o contexto pessoal mais largo da percepção. Não é necessariamente imediata na mesma maneira, desde que constitui os meios da consciência que intervêm entre o passado e o presente e as respostas comportamentais do presente e do futuro. Não pode consequentemente separar-se facilmente da percepção embora o último seja considerado às vezes como um subconjunto da cognição. O complexo do todo da resposta cultural tal como a memória, a experiência, os valores, a avaliação e o julgamento estão dentro dos processos da cognição com resultado, uma construção do ambiente que é talvez análoga a um mapa de uma paisagem: uma reapresentação mas não a própria realidade. Assim a cognição ambiental pode levar aos elementos do ambiente, aos eventos, aos testes padrões e aos conceitos, e às qualidades, tais como o sentimento, o significado pessoal e o simbolismo coletivo.*

¹³ Esse termo referindo-se ao autor Gaston Bachelard, é utilizado por Edgar Morin (1999, p. 31).

Temos também em Tuan (1980, p 107) uma outra definição do conceito de topofilia:

A palavra "topofilia" é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

O meio ambiente não necessariamente é a causa principal da topofilia, nem mesmo o Oceano ou o Rio por si só, mas toda a simbologia pertencente a essas representações, que em conjunto produzem uma ligação emocional. O meio ambiente fornece o estímulo sensorial (TUAN, 1980, p. 129), que dá início ao processo de percepção, e somando-se a isso as experiências, vivências e a própria cultura, temos a produção de imagens (que são derivadas do entorno) e representações que envolvem o sentimento pelo lugar.

Apontamos, nesse contexto, para a relação direta e determinante da percepção com a tradicionalidade e, mais especificamente com a cultura de quem percebe. Morin (2005) faz clara essa afirmação: *"A percepção das formas e das cores e a identificação dos objetos e dos seres obedecem à conjunção de esquemas inatos e de esquemas culturais de reconhecimento"*. (p. 21). Deste modo, toda percepção é ligada diretamente à cultura, que por sua vez é *"co-produtora da realidade que cada um percebe e concebe"* (MORIN, 2005, p. 25). Assim, os aspectos culturais derivados das tradições e conhecimentos (*savoir-faire*) causam e/ou modificam as percepções, também alterando as interpretações do meio ambiente. Morin (2005, p. 26) nos auxilia no entendimento da relação cultura e conhecimento, ponto de maior interesse nesta pesquisa:

Os homens de uma cultura, pelo seu modo de conhecimento, produzem a cultura que produz o seu modo de conhecimento. A cultura gera os conhecimentos que regeneram a cultura. O conhecimento depende de múltiplas condições socioculturais, as quais, em retorno, condiciona.

Quanto à percepção da criança, ela utiliza-se, além da sua cultura, também da memória, unindo fatos passados com o presente, sem contudo ter uma distinção clara, como pode ocorrer com os adultos. O pensar da criança, antes de qualquer coisa, depende de sua memória, como aponta Vigotski (1998):

[...] A memória da criança não somente torna disponível fragmentos do passado como, também, transforma-se num novo método de unir elementos da experiência passada com o presente. (p. 48).

Para as crianças, pensar significa lembrar; no entanto, para o adolescente, lembrar significa pensar. (p. 67).

Assim, devemos salientar que a criança distingue-se do adulto também por utilizar a fala para apropriar-se do espaço, e deste modo percebê-lo: *“A criança começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala”*. (Vigotski, 1998. p. 43). Essa fala, além de auxiliar na apropriação do espaço pela percepção, torna-se a representação deste espaço, que mais tarde pode vir a se tornar uma representação concreta, como o desenho infantil (objeto desse estudo). O mesmo autor elucida sobre as representações das crianças: *“As suas representações gerais do mundo baseiam-se na lembrança de exemplos concretos, não possuindo, ainda, o caráter de uma abstração”* (p. 67).

Tuan (1980) aponta a proximidade da criança com o mundo vivido, e suas relações espaciais:

É difícil para um adulto recapturar a perdida vividez das impressões sensoriais (exceto ocasionalmente) como a frescura de uma cena após a chuva, a fragrância penetrante do café antes do desjejum, quando a concentração do açúcar no sangue está baixa, e a pungência do mundo durante a convalescência após uma longa doença. Uma criança, de cerca de sete ou oito anos até os treze, catorze, vive a maior parte do tempo, neste mundo vivido. Ao contrário do infante que está aprendendo a andar, a criança mais velha não fica presa aos objetos mais próximos nem aos arredores; ela é capaz de conceituar o espaço em 'suas diferentes dimensões; gosta das sutilezas na cor e reconhece as harmonias na linha e no volume. Ela tem muito da habilidade conceitual do adulto. Pode ver a paisagem como um segmento da realidade "lá de fora", artisticamente arranjado, mas também a conhece como uma força, uma presença envolvente e penetrante. Sem a carga das preocupações terrenas, sem as cadeias da aprendizagem, livre do hábito enraizado, negligente do tempo, a criança está aberta para o mundo [...]. (p. 65)

A preferência ambiental da comunidade e das crianças representa a soma de sua cultura e seu meio físico (insular). Desta forma, as percepções e, conseqüentemente, suas interpretações expressas em suas representações mostram as preferências e os valores atribuídos aos lugares.

Neste contexto, atentamos que nosso objetivo não é fazer um estudo de percepção pura, mas sim uma Geografia da Percepção, que tem objetivos mais específicos, como aponta Paul Claval (1983), *“[...] ela tenta [a Geografia da Percepção] descobrir aquilo que une o homem à terra, e o que o enraíza, o que dá a sua vivência uma densidade particular”* (p.252). Assim, pretendemos utilizar desse ramo da Geografia para entender a ligação simbólica e cotidiana dos ilhéus com seu espaço, seja ele terrestre ou aquático, sendo este último nosso principal foco.

2. 4.1 A PERCEPÇÃO DA ILHA NO DESENHO INFANTIL: A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA

Para a interpretação do processo de percepção, e sua representação, recorreremos nesta pesquisa a uma fonte já muito trabalhada em algumas ciências, a exemplo da Antropologia e da Psicologia, o desenho, restringindo-nos ao desenho infantil, pelo seu valor onírico e simbólico, e ainda pela facilidade das crianças se expressarem por representações. Além disso, o desenho estimula o desenvolvimento intelectual da criança, como coloca Goldberg et al (2005, p. 97), consistindo num contraponto à comunidade participante da pesquisa:

O desenho infantil é um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento integral do indivíduo e constitui-se num elemento mediador de conhecimento e autoconhecimento. A partir do desenho a criança organiza informações, processa experiências vividas e pensadas, revela seu aprendizado e pode desenvolver um estilo de representação singular do mundo.

A criança, por meio do desenho, interage com o meio ambiente, experiencia novas realidades e as compartilha com o mundo. Sendo assim, considera-se o desenho como um meio para o exercício da imaginação, expressão e construção da subjetividade da criança em desenvolvimento, num processo que une a relação criança – meio ambiente e o desenvolvimento cognitivo.

Nossa principal linha teórica, no que concerne a este tema, consiste na psicologia histórico-cultural, tendo como maior expoente o russo Lev Semenovitch Vigostski, 1886 - 1934 (1998, 1999, 2003), sendo um dos modos de conceber o desenvolvimento e o conhecimento humanos, que pode fundamentar não só a compreensão da constituição do desenho infantil como também suas interpretações.

Ao usar essa abordagem, pela abrangência do tema tratado, não nos limitamos somente à psicologia histórico-cultural, mas utilizaremos também outro importante ramo dessa ciência, que é a psicologia ambiental.

Grubits (2003), em artigo discutindo a representação da casa através do desenho infantil, cita um estudo da etnóloga N. Bauthéac, realizado no Nepal, a qual re-afirma e justifica a importância do estudo com desenhos, em especial de crianças, e abre possibilidades a este tipo de estudo:

Os desenhos obtidos com crianças taru, aborígenes da região do Terai, celeiro agrícola ao norte do território indiano, mostram que a folha de papel é um espaço aberto e que ela se recobre em todos os sentidos, segundo a cultura e o meio ambiente em que a criança está inserida. As crianças taru, segundo Bauthéac, citada por Wallon e cols. (1990), reproduziram o esquema gráfico tradicional para fazer, nos desenhos de homens e animais, o apoio de dois triângulos, inspirando-se nas esculturas decorativas das casas taru. (apud GRUBITS, 2003, p. 98)

O desenho infantil, como uma brincadeira, permite à criança representar o mundo adulto. Essas atividades não são instintivas, como propõe Facci (2004): “*As brincadeiras das crianças não são instintivas e o que determina seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo dos objetos humanos [...]*” (p. 69), e é nessa percepção que se apóia esta pesquisa.

Sem pretender dar conta de todas as questões conceituais, é necessário estabelecer os períodos do desenvolvimento da criança, e para isso nossa base são as idéias elaboradas por Vigotski (1998, 1999, 2003), que influenciaram a psicologia russa. Os estágios de desenvolvimento possuem uma certa seqüência no tempo, mas não são imutáveis (FACCI, 2004), sendo a principal influência nesse desenvolvimento as condições sociais, que segundo Facci (2004, p. 69), exercem influência tanto sobre o conteúdo concreto de um estágio individual de desenvolvimento como sobre o curso total do processo de desenvolvimento psíquico como um todo. Podemos dividir essas etapas em: pós-natal (02 meses -01 ano); infância precoce (01 ano-03 anos); idade pré-escolar (03 anos-07 anos); idade escolar (08 anos-12 anos); puberdade (14 anos - 18 anos). Nosso estudo contempla a idade pré-escolar e a idade escolar. Facci (2004, p. 69-70) argumenta sobre as características das fases trabalhadas:

No período pré-escolar, o que se constata é que as necessidades básicas da criança são supridas pelos adultos, e as crianças sentem sua dependência com relação a eles. O seu mundo divide-se em dois círculos: um criado pelos pais ou pelas pessoas que convivem com elas, sendo que essas relações determinam as relações com todas as demais pessoas; o outro grupo é formado pelos demais membros da sociedade. Portanto, a vida da criança muda muito quando ela entra na escola, onde a relação com os professores faz parte de um pequeno e íntimo círculo de seus contatos. A passagem da criança da infância pré-escolar à fase seguinte está condicionada, então, pela entrada da criança na escola e a atividade principal passa a ser *o estudo*. Conforme Leontiev (1978), o próprio lugar que a criança ocupa com relação ao adulto se torna diferente. Na escola, a criança tem deveres a cumprir, tarefas a executar e, pela primeira vez em seu desenvolvimento, tem a impressão de estar realizando atividades verdadeiramente importantes.

A transição de uma etapa de desenvolvimento infantil para outra é caracterizada por crises. Estas surgem no limite entre duas idades e assinalam o fim de uma etapa precedente de desenvolvimento e o começo da seguinte.

Na linha histórico-cultural não é comum muitas divisões, mesmo assim, Vigotski (2003, p. 98 - 99) ainda dividiu em quatro etapas o desenvolvimento do desenho infantil:

En los primeros dibujos vemos meras representaciones esquemáticas de seres humanos limitadas a dos o tres parte del cuerpo. Paulatinamente,

estos esquemas se van enriqueciendo con algunos detalles, surge o dibujo radiográfico en que se refleja toda una serie de particularidades [...].

En el segundo escalón volvemos a encontrar representaciones radiográficas [...] la representación mixta esquemático-formalista, vemos intentos de dar más verosimilitud a la representación del objeto, el esquema se entremezcla ya con aspectos o formas reales.

[...] los dibujos pertenecientes al tercer escalón, brindan los contornos planos de la imagen reflejando verazmente los aspectos propios del objeto que presentan. Pensé a algunos errores, como la violación de la proporcionalidad y de las medidas, el dibujo de los niños se hace realista, reflejan lo que ven transmitiendo la postura, el movimiento, tiene en cuenta el punto de vista del observador, ya no queda en absoluto nada del esquema.

Finalmente, en el cuarto escalón encontramos la imagen plástica que recoge y refleja la forma del objeto representado, como el retrato del niño durmiente hecho por un muchachito de 13 años.

O desenho para a criança é como uma brincadeira, um jogo, que é ligado a sua realidade, representando algo. Portanto, o desenho é realista, mas não só representa o real imediato do pensamento racional, acrescenta a isso as influências culturais e o pensamento simbólico, parte integrante de suas tradições, principalmente no caso de sociedades tradicionais e neo-tradicionais. Merleau-Ponty (1990, p. 220) elucida-nos a diferença entre o desenho da criança e do adulto, considerando essa diferença como aspecto positivo para reflexão do conhecimento tradicional, nesse caso pertencente às crianças:

Seu desenho é ao mesmo tempo mais subjetivo e mais objetivo que o do adulto. Mais subjetivo porque ele libera-se da aparência; e mais objetivo porque tenta reproduzir a coisa como ela é realmente, enquanto que o adulto só a representa num único ponto de vista, o seu.

Para a criança, o desenho é uma expressão do mundo e não uma simples imitação, pois ela se expressa ao colocar na folha de papel todo o seu imaginário, suas representações oriundas da percepção do seu meio. A potencialidade do desenho infantil vai ainda mais longe, como nos mostra Merleau-Ponty (1990, p. 223), ao afirmar que “o *desenho infantil prolonga a percepção infantil*”, e é nesse contexto que trabalhamos.

Tratamos o desenho infantil, neste estudo, como “representação simbólica”, pois o símbolo comporta uma relação de identidade com o que simboliza, suscitando a sua presença concreta (MORIN, 1999, p. 173), tecendo uma teia de significados do pensamento objetivo e subjetivo. A importância do desenho como símbolo realiza-se por ser materialização de uma cultura, e neste sentido Durand (1988) nos instiga a essa afirmação, quando se refere ao símbolo da seguinte forma:

[...] A simbólica se confunde com o desenvolvimento de toda a cultura humana. Na irremediável ruptura entre a fugacidade da imagem e a

perenidade do sentido que o símbolo constitui, precipita-se a totalidade da cultura humana, como uma mediação perpétua entre a Esperança dos homens e sua condição cultural. (DURAND, 1988, p. 110).

A representação, por sua vez, é uma imagem do real, que ao mesmo tempo corresponde a esta, e igualmente é uma rememoração que forma na realidade uma “*imagem-fantasma*” (MORIN, 1999, p. 174).

Consideramos o desenho como representação simbólica, por analogia à imaginação simbólica de Durand (1988, p. 109), “*transfiguração de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato*”. A representação possui no seu significante a concretude do real e do imaginário, indo da realidade racional à simbólica.

Ferreira (2005, p. 59) relaciona as imagens com os desenhos das crianças:

Imagens essas que são representações mentais daquilo que a criança conhece e tem registrado na memória. Imagens que estão representadas, de forma relativa, nas figurações. O objetivo figurativo testemunha os objetos da cultura da criança, constitui o lugar de encontro de forças ativas e é resultado de “recortes” perceptivos da realidade que a criança conhece. O desenho da criança, resultante de uma atividade mental e manual, é um objeto emergido do imaginário, do percebido e do real. Como jogo de encontro e combinação desses três elementos, o desenho torna-se objeto de investigação na exploração dos modos de pensar da criança. [...] . Imaginando, figurando, interpretando e falando a criança compõe seu desenho e cria um modo de comunicar seus pensamentos.

No livro “*Comprensión del Arte Infantil*”, Stern (1962, p.14) refere-se à criança como aquele que é dotado de capacidade de expressão total, ela sente, experimenta e se expressa: “*De una aventura vivida en común, el niño retiene detalles que el adulto, captando la relación de causa a afecto, dejará escapar.*” .

A memória, função mental mediada por signos, está vinculada à cultura da criança, desempenhando, em suas atividades mentais, um papel preponderante na organização das demais funções. A criança pensa lembrando. Lembranças e recordações compõem seu pensamento. A criança desenha pensando e, dessa forma, tal atividade vai organizando e sendo organizada por sua memória. Vigotski (2003) esclarece o uso da fantasia, da realidade e da experiência, sendo estas extraídas da memória:

La primera forma de vinculación de fantasía y realidad consiste en que toda elucubración se compone siempre de elementos tomados de la realidad extraídos de la experiencia anterior del hombre [...]. (p. 16).

La segunda de las formas en que se vinculan fantasía y realidad es ya más complicada y distinta, no se realiza entre elementos de construcción fantástica y la realidad, sino entre productos preparados de la fantasía y determinados fenómenos complejos de la realidad [...]. (p. 19).

Isto resulta numa dependência entre a realidade e a experiência. Na primeira forma a imaginação se apóia na experiência; no segundo caso o contrário acontece, com a experiência se apoiando na fantasia (VIGOTSKI, 2003, p. 20). Existe ainda uma terceira forma, que envolve a questão emocional, é a emoção determinando a imagem e suas representações (VIGOTSKI, 2003, p. 21 - 22), essas relações se apoiando na memória, movendo a criação humana.

Não pretendemos executar um estudo sobre o processo de composição da imaginação, mas sim uma interpretação sobre sua forma materializada, o desenho, representação que consideramos aqui como simbólica. Isso não nos libera de refletimos sobre essa análise de forma a subsidiar nossa interpretação aqui proposta. Encontramos a questão da percepção presente nessa situação, pois é a base da experiência, resultando daí os primeiros saberes que a criança adquire, principalmente sobre o espaço, em especial o *vivido* e o lugar, este por sua vez repleto de significados. E esse conhecimento vai se acumulando e se modificando com novas percepções e novas formas de perceber e experienciar o entorno:

“Dijimos ya que la función imaginativa depende de la experiencia, de las necesidades y los intereses en los que aquélla se manifiesta [...] Depende también de los conocimientos técnicos, de las tradiciones, es decir, de los modelos de creación que influyen en el ser humano”. (VIGOTSKI, 2003, p. 36).

Neste sentido, Vigotski (2003, p. 37) também leva em conta o meio ambiente, referindo-se a ele como fator de grande importância para a atividade criadora como um todo.

Quanto aos conhecimentos prévios das crianças, relacionados com o *savoir-faire* da comunidade, e que elas detêm consigo, podemos relacioná-los com a capacidade criadora das crianças, a qual se encontra relacionada diretamente com a riqueza do meio em que elas vivem. Avançando, a experiência humana se constrói nesse espaço vivido, assim o desenho infantil produzido pela criança/artista também representa esses conhecimentos e essas experiências, enriquecidas pela relação com a água (oceânica ou fluvial), tornando-se um conhecimento tradicional infantil.

Na interpretação do desenho infantil, recorreremos principalmente à Psicologia, que tem os instrumentos necessários para tal ação e análise interpretativa. Essa mesma ciência, nas palavras de Di Leo (1985), nos mostra sua importância e valor em relação a outras formas de expressão e ao adulto:

A pessoa ignora, pelo menos durante a infância, que a idéia é impregnada com símbolos inconscientemente expressos na produção gráfica – daí sua artificialidade de se separar em partes do que é, na realidade, um todo com aspectos inter-relacionados. Ao escrever, como ao falar, se é limitado pela

inabilidade de apresentar o todo simultaneamente. Apenas as artes visuais podem oferecer o todo de uma só vez. [...] (p. 43).

Melhor que a fala, os desenhos podem expressar sutilezas do intelecto e afetividade, que estão além do poder ou liberdade de expressão verbal. (p. 13)

A interpretação do Desenho Infantil não pode, de forma alguma, fugir da realidade e do contexto da criança. O desenho, como símbolo, depende da cultura em que o artista (crianças) está inserido e de sua própria história pessoal:

Assim como o conteúdo manifesto em um sonho torna-se significativo, quando relacionado com as associações pessoais de quem sonha, assim também os símbolos, consciente ou inconscientemente desenhados, encontram significado apenas quando vistos no contexto da história pessoal do desenhista. (DI LEO, 1985, p. 18)

Desta forma, as especificidades da cultura insular, representadas através do Desenho Infantil, sendo este oriundo da percepção ambiental, foram interpretados segundo as teorias do conhecimento e os devaneios que elas trazem consigo. Bachelard (1978, p. 229) discute a questão do desenho quando se refere a casa e o devaneio em seu entorno:

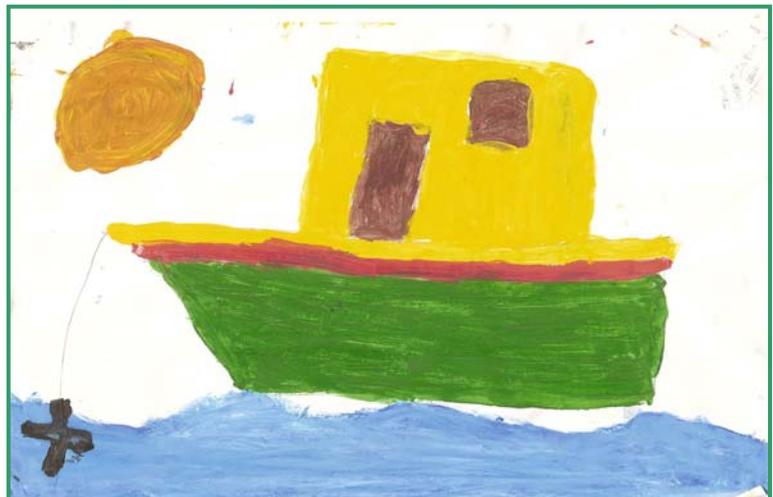
Inicialmente podemos desenhar essas casas antigas, dar-lhes conseqüentemente uma representação, que tem todo o caráter de uma cópia do real. Tal desenho objetivo, desligado do devaneio, é um documento rígido e estável que marca uma biografia.

No entanto, mesmo se essa representação exteriorista manifesta apenas uma arte de desenho, um talento de representação, não deixa de se fazer insistente, convidativa, e o julgamento do bem que nos proporcionou, ou do bem que nos fez, ganha continuidade na contemplação e no devaneio, o devaneio volta a habitar o desenho exato. A representação de uma casa não deixa por muito tempo um sonhador indiferente.

Com base nessas considerações, desenvolveremos, no próximo capítulo, uma análise dos desenhos das crianças da comunidade, de forma a subsidiar a discussão da pesquisa e visualizar possibilidades de conservação dos recursos hídricos.

3

Mar de Fora
Rio de Dentro



3 - MAR DE FORA E RIO DE DENTRO

*Eu fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver, e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ah meu Deus eu sei, eu sei
Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita*

Artista: Gonzaguinha¹⁴; Música: O que é, o que é.

Art is more powerful than knowledge, because art is life while knowledge invariably ends in destruction.¹⁵

Friedrich Nietzsche¹⁶.

Considerando a criança como ator privilegiado das relações sociais e simbólicas, que constroem o modo de vida ilhéu, é a partir dela que propomos uma análise das interpretações ambientais dos recursos hídricos (incluindo sua valoração), que visem sua conservação e proteção, e em conjunto o respeito à continuidade das tradições da cultura caiçara. Pretendemos assim unir o conhecimento tradicional ao conhecimento científico, de modo a aproximarmos as políticas conservacionistas de ações que obtenham validade tanto sob o olhar ambientalista como social. Para alcançarmos esse objetivo, desenvolvemos nossa análise calcados na análise do Desenho Infantil, meio privilegiado de nos aproximarmos das percepções e interpretações ambientais das crianças.

Dividimos este capítulo da seguinte forma: O desenho como Representação Simbólica, agregando valor e significado para as expressões das crianças. Após conceituarmos esse tipo de representação, executamos uma análise quantitativa, de modo a subsidiar a análise qualitativa que ocorreu com o emprego da teoria já exposta e das categorias de análise. Dividimos, para a análise qualitativa, dois tópicos principais: Mar de Fora e Rio de Dentro. Essa divisão teve fundamento somente para a realização da análise, pois ambos os elementos são indissociáveis e integrantes de um mesmo todo. Assim, unimos essa totalidade numa análise conjunta, o Encontro das Águas.

¹⁴ Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior

¹⁵ Tradução Livre do Autor: *A arte é mais poderosa do que o conhecimento, porque a arte é vida e o conhecimento termina invariavelmente na destruição*

¹⁶ Apud Simmons, 1993, p. 117

3.1 O DESENHO COMO REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA

O instrumento principal de nossa análise do espaço insular, o desenho infantil, é considerado neste trabalho como representação simbólica das relações cotidianas e míticas das crianças em seu modo de vida neotradicional. Pretendemos, com essa forma de tratar o desenho, desenvolver uma análise que nos aproxime da realidade percebida e interpretada pela criança ilhéu no que tange ao seu espaço vivido e aos seus lugares.

A representação simbólica contida no desenho é objetivo próprio da criança, pois ao desenhar representa algo, não como o adulto com seu olhar objetivo, mas com a subjetividade inerente a sua cognição, atribuindo assim valores ao espaço e aos diferentes objetos representados. Ferreira (2005, p.16), ao estudar a imaginação e a linguagem no desenho da criança, elucida esta questão da seguinte forma:

As imagens figurativas, indicadoras e testemunhas do valor simbólico e cultural do desenho, têm significados atribuídos pela própria criança que desenha, e esta tem a intenção de representar simbolicamente alguma coisa, dirigida por uma série de representações e crenças advindas de seu meio cultural. A atividade do desenho pode indicar os múltiplos caminhos que a criança usa para registrar percepções, conhecimentos, emoções, vontade, imaginação, memória no desenvolvimento de uma forma de interação social, apropriada a suas condições físicas, psíquicas, históricas e culturais.

Neste sentido, a criança elabora suas representações a partir das suas experiências, e estas se dão, sobretudo, nos espaços vividos. Sob esta ótica, Ferreira (2005, p. 23) salienta essa questão da seguinte forma: *“O desenho de uma criança é a representação da experiência que a criança tem com o objeto em particular, na qual deixa transparecer suas emoções”*. Consideramos esse “objeto” como os diferentes itens da cultura, neste trabalho a cultura caiçara: embarcações, instrumentos de pesca, festas, construções humanas, brinquedos etc. Todos estes objetos se materializando no espaço vivido e no lugar.

Essa representação advém, em primeiro lugar, da percepção: *“[...] desenhos configuram-se [...], como expressão da percepção que as crianças têm dos ambientes que habitam”*. (GOLDBERG, 2005, p. 97-98). Assim, entendemos por desenho infantil uma forma de representação simbólica, que mantém estrita ligação com a percepção, sendo essa sua própria gênese, mas não seu modo de expressão último: *“[...] Portanto, é só com certa defasagem que o desenho corresponde à visão da criança e seria falso crer que o desenho resulta de uma simples transferência do espaço perceptivo. Existe criação e interpretação”*. (MÈREDIEU, 2004, p. 42)

A percepção do espaço pela criança difere da percepção do adulto, no sentido que o adulto preocupa-se com a organização espacial, já a criança tem uma relação mais afetiva com o espaço. Sua representação não se interessa pelo mundo exterior, mas preocupa-se em representar seu mundo real, que é repleto de sentimentos e fantasias, oriundos da sua imaginação, que por sua vez formam-se no meio ambiental e cultural do qual a criança participa.

De acordo com a perspectiva de Vigotski (1998), existe ainda a questão da diferença etária na elaboração e construção dos desenhos, considerando-se que essa diferenciação acontece entre crianças mais novas e crianças mais velhas. Para a análise do desenho infantil, devemos destacar o que nos aponta o autor sobre essa questão:

As crianças pequenas dão nome a seus desenhos somente após completá-los; elas têm necessidade de vê-los antes de decidir o que eles são. À medida que as crianças se tornam mais velhas, elas adquirem a capacidade de decidir o que vão desenhar. (VIGOTSKI, 1998, p. 37).

Neste contexto teórico, consideramos que as crianças menores (idade pré-escolar 03 anos – 07 anos) não desenhavam com um objetivo definido em mente, desenhavam segundo suas sensações, nomeando e representando após o desenho pronto. Não consideramos com isso que fuja da sua própria cultura ou influências ambientais, mas ao contrário, nomeia o que desenha com o que conhece, segundo seus conhecimentos anteriores, incrustando valor representativo e simbólico ao desenho, produto do imaginário, constituinte de seus saberes. No outro extremo temos as crianças em idade escolar (08 anos – 12 anos), que desenhavam já decididas o que irão representar, desenhando objetos mais cotidianos, utilizando-se de seus saberes e sua técnica para sonhar no seu espaço de papel. Esta relação entre idade e desenho também ocorre com a fala; no primeiro caso ela está no final do processo, no segundo no seu início, quando a criança já nomeia antes o que vai desenhar. Quanto à fala da criança no processo de criação do desenho, mais uma vez citamos Vigotski (1998):

A fala da criança é tão importante quanto a ação para atingir um objetivo. As crianças não ficam simplesmente falando o que elas estão fazendo; sua fala e ação fazem parte *de uma mesma função psicológica complexa*, dirigida para a solução do problema em questão. (p. 34).

Inicialmente a criança desenha de memória. Se pedirmos para ela desenhar sua mãe, que está sentada diante dela, ou algum outro objeto que esteja perto dela, a criança desenhará sem sequer olhar para o original; ou seja, as crianças não desenhavam o que vêem, mas sim o que conhecem. (p. 148)

Notamos que, quando uma criança libera seu conhecimento de memória através do desenho, ela o faz à maneira da fala, contando uma história (VIGOTSKI, 1998, p. 149). Deste

modo, entendemos o desenho também como uma narrativa, principalmente do modo de vida da criança. Desta forma, o desenho, além de meio de representação do entorno, é o meio de comunicação próprio da criança, como aponta Goldberg (2005, p. 102), quando discute a importância do desenho para a criança e o seu desenvolvimento cognitivo e social:

O desenho é um importante meio de comunicação e representação da criança e apresenta-se como uma atividade fundamental, pois a partir dele a criança expressa e reflete suas idéias, sentimentos, percepções e descobertas. Para a criança o desenho é muito importante, é seu mundo, é sua forma de transformá-lo, é seu meio de comunicação mais precioso. Nele estão muitos de seus medos, de suas vontades, de suas carências e de suas realizações. Tudo o que está ao redor interage, criando um sistema de representação muito rico e de extrema relevância para a criança.

A representação simbólica no desenho infantil não expressa a percepção pura da criança, mas sim suas formas de interpretação, de acordo com seus conhecimentos e saberes sobre a sociedade e o meio (espaço vivido). As crianças não se preocupam em copiar e representar exatamente as coisas, sendo muito mais simbolistas (principalmente as em idade pré-escolar ou em sua transição para a idade escolar) do que naturalistas. O símbolo é tão presente no desenho que as crianças, em idade pré-escolar, consideram o desenho como a própria coisa representada simbolicamente.

SÍMBOLO

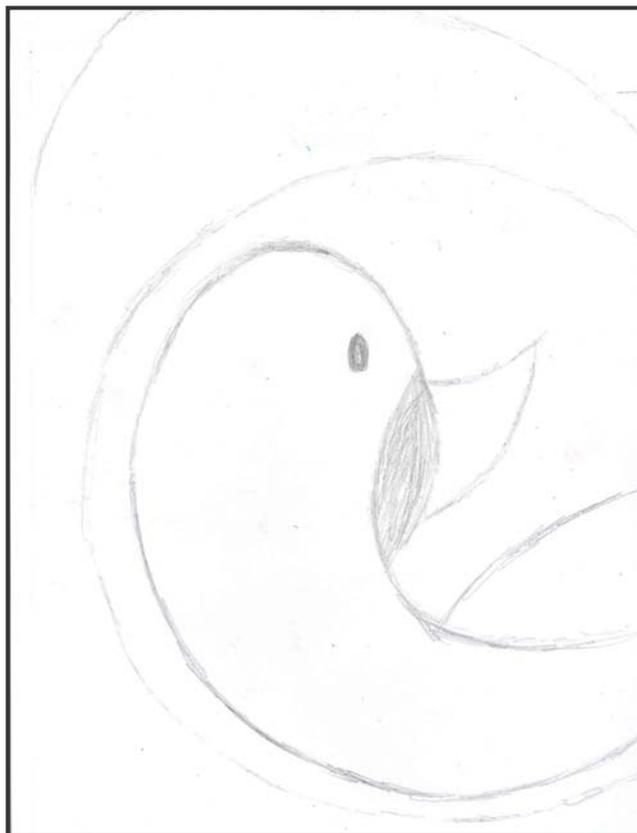
Cabe a discussão do símbolo em si, pois o conceito *representação simbólica*, concernente ao desenho infantil, envolve na sua gênese o símbolo, e no decorrer da análise demonstraremos a relevância destes símbolos no universo da cultura caíçara. Ao citarmos Durand (1988, p. 14), entendemos o conceito de símbolo da seguinte maneira:

Em outras palavras, pode-se definir o símbolo, conforme A. Lalande, como qualquer signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo de ausente ou impossível de ser percebido; ou então, conforme Jung: “A melhor figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não se saberia logo designar de modo mais claro ou característico”.

Os signos existentes nos desenhos das crianças remontam ao percebido, ao conhecido, tendo por trás o respaldo de toda uma cultura e um *savoir-faire*. Os signos representados pelas crianças nos dizem mais do que o diretamente representado.

O desenho ao lado (Figura 14), nos leva à idéia de um pássaro, como realmente representa. Essa ave faz parte da cultura caiçara, relacionando-se com seu conhecimento sobre a fauna e seu espaço; a ave em questão indica a presença ou não de peixes, ou seja, tem um valor prático e simbólico muito grande. O valor desse conhecimento oriundo das crianças torna-se evidente quando se recorre ao conhecimento científico, lembrando-nos de que essa ave, uma *Pterodroma magentae* - Petrel Taiko, é originária da Oceania, e encontra-se na situação de criticamente ameaçada em relação a sua possível extinção, e as informações sobre sua migração ainda são incertas (AVEBASE, 2006). Ainda assim, uma criança de 11 anos a representa, e com o cuidado que a

Figura 14 - Desenho: Ave Taicu (Taiko)



Autor: Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 2005

espécie necessita, tanto do ponto de vista da sua extinção como do seu valor simbólico e prático, já que a ave na representação está envolta e protegida pelas linhas circulares. A imagem a seguir mostra a ave em seu ambiente (Figura 15):

Figura 15 - Foto: Ave Petrel Taiko



Fotografia: Gavin Woodward, 2006.

(Disponível em: <http://www.taiko.org.nz/Taikohome.html>; acesso: 03/02/2006)

Entendemos com esse exemplo, de acordo com Durand (1988, p. 13 - 14), que é necessária a imaginação, essa por sua vez simbólica, para construir o sentido dos objetos desenhados pelas crianças: *“A imaginação simbólica propriamente dita, quando o significado não é mais absolutamente apresentável e o signo só pode referir-se a um sentido, não a um objeto sensível”*. O símbolo constituído a partir da imaginação se materializa como representação concreta de um sentido abstrato, no caso da ave do desenho anterior (Figura 14). Só o fato de se conhecer uma ave rara, e sua relação com a pesca, já implica num todo maior que sua representação concreta, e ainda, somando o cuidado ao desenhar e representar, temos um referencial de saberes e sentimentos ligados ao valor atribuído ao pássaro. O sentido da representação aparece na representação simbólica:

[...] o símbolo, em última análise, tem valor apenas em si próprio. Não podendo figurar a infigurável transcendência, a imagem simbólica é *transfiguração* de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato. O símbolo é, portanto, uma representação que faz aparecer um sentido secreto; ele é epifania de um mistério. (DURAND, 1988, p. 15).

Sem pretender abarcar todas as questões conceituais sobre o símbolo, é impreterível um entendimento de suas concretudes e suas abstrações, ainda na visão de Durand (1988, p. 16), que ilumina a questão sobre a parte concreta do símbolo:

A metade visível do símbolo, o “significante”, estará sempre carregada do máximo de concretude e, como diz muito bem Paul Ricoeur, todo símbolo autêntico possui três dimensões concretas: ele é, ao mesmo tempo “cósmico” (ou seja, retira toda a sua figuração do mundo visível que nos rodeia); “onírico” (enraíza-se nas lembranças, nos gestos que emergem em nossos sonhos e constituem, como bem mostrou Freud, a massa concreta de nossa biografia mais íntima); e, finalmente “poético”, ou seja, o símbolo também apela para a linguagem, e a linguagem mais impetuosa, portanto, a mais concreta.

De fato, Durand expõe profundamente as dimensões do símbolo, que consideramos presentes também nos desenhos. A linguagem, no nosso caso, é o próprio desenho, que é elaborado pela criança utilizando-se do “cósmico” e do “onírico”, como salienta o autor. O cósmico está presente pela insularidade e maritimidade inerentes da cultura ilhéu, o onírico se faz pela ilheidade dessa cultura, suas tradições e seus saberes. Durand (1988, p. 17) relaciona essa questão com a Arte, e atribui valor simbólico a esses elementos: *“Uma pintura ou uma escultura de valor simbólico é aquela que possui um conteúdo além [...]”*, e desta forma, consideramos, como tudo aquilo que (re)conduz a um significado mais amplo e necessariamente maior que o simples signo representado. Deste modo, levamos a uma reflexão do desenho infantil repleta de valor simbólico, derivando-se

da cultura caiçara, e sobre os signos dos desenhos das crianças. A esse respeito Ferreira (2005, p. 17) tece as seguintes considerações:

Os signos, presentes no desenho da criança, agrupam-se e aproximam-se, permitindo ao intérprete uma percepção aberta e combinatória, levando em conta que as imagens figurativas do desenho da criança não são colocadas numa relação com o mundo concreto exterior, porque elas se apresentam não como aquilo que a criança vê, mas como aquilo que a criança conhece e imagina. Tal conhecimento e tal imaginação, constituídos socialmente, permitem a criação do real possível, do real imaginário, de realidades que são explicitadas pelas palavras da criança/autora e não pelas figurações em si mesmas.

As crianças desenham coisas oriundas do seu próprio repertório de conhecimentos, ligados sempre a sua cultura, desenhando objetos reais, porém seus significados vão além do real imediato, tendo sentido e valor emocional e social, com enorme riqueza de “*detalhes e multiplicidade de pontos de vista*” (GRUBITS, 2003, p. 98). Ferreira (2005, p. 30) descreve essa questão e leva-nos à reflexão do valor do próprio desenho como fonte de informação:

Desenhando os *objetos reais*, a criança expressa o significado e o sentido das coisas que vê. Portanto, o que ela desenha não é a realidade material do objeto, mas a *realidade conceituada*. É essa realidade percebida. A figuração da criança mostra que as coisas estão representadas no desenho de forma significativa e com sentido expreso. As figurações apresentam o mundo dos significados.

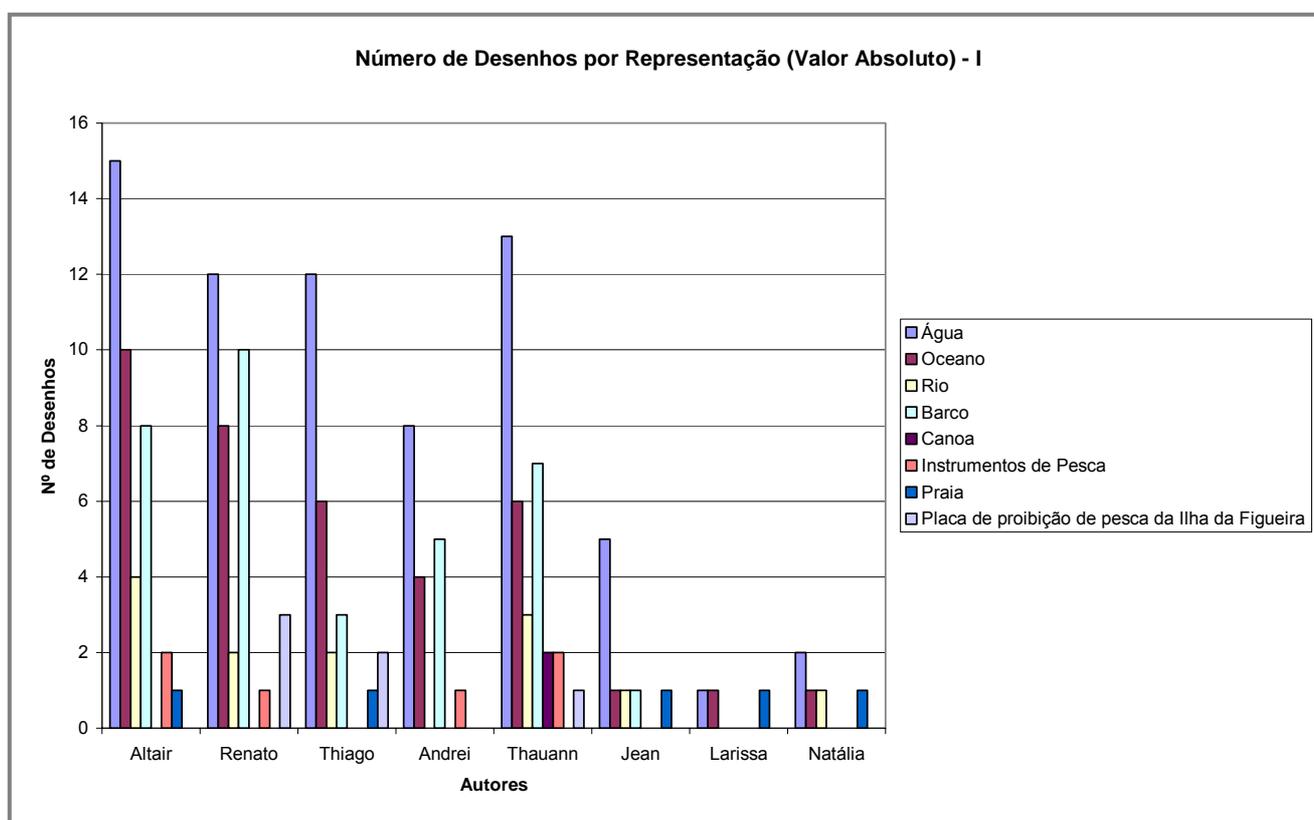
As interpretações do meio ambiente das crianças são repletas de significados, já que são construídas e se estruturam a partir de sua cultura e do seu modo de vida. Assim, a criança desenha o que conhece, percebe e interpreta, principalmente aquilo que se ressalta mais em seu imaginário, sejam fatos ou elementos ambientais que despertam maior interesse e possuem significados importantes nas concepções dos autores que tratam do tema das representações simbólicas. Entendemos que as representações constituem-se em símbolos por remeter a um conhecimento e compreensão mais amplos do que o signo representado, conhecimento este ligado ao modo de vida ilhéu e seu conhecimento tradicional caiçara, que é parte integrante do desenvolvimento cognitivo das crianças/autoras participantes da pesquisa.

3.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DO DESENHO INFANTIL

Para a análise quantitativa, trabalhamos com o universo total das crianças da comunidade Pontal do Leste, com um total de 90 desenhos, distribuídos de forma não igualitária pelos autores, estando relacionados com a produção de cada um. Essa análise privilegiará o conjunto das informações na totalidade dos desenhos analisados.

Nesse sentido decompomos os desenhos em itens mais significantes, sobretudo do espaço ilhéu e marítimo, itens relacionados ao modo de vida insular, considerados pelos autores nas suas representações simbólicas. Estes itens, bem como seu aparecimento nos desenhos, estão expressos nos gráficos a seguir (Gráficos 1; 4; 5; 6; 8):

Gráfico 1 – Número de Desenhos por Representação



Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Os itens selecionados para o gráfico 01 estão ligados diretamente à presença ou não do elemento água, notando-se que este elemento é mais representado pelos autores do sexo masculino do que aqueles do sexo feminino, sendo essa relação mantida quando falamos em proporção (Gráfico 3). Para os itens que têm ligação direta com a água, a diferença de gênero se mantém, enquanto a diferença etária entre as crianças do sexo masculino não interfere no número de referências do elemento água e suas diversas

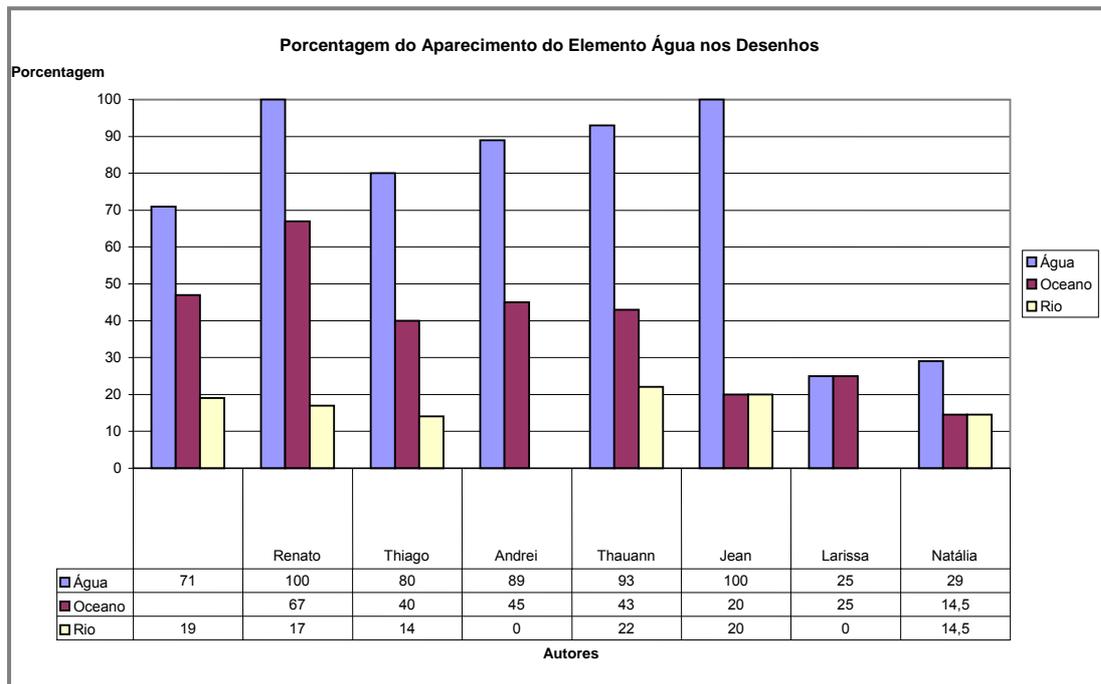
representações, tendo em vista que tanto os mais velhos (Altair e Renato) como os mais novos (Andrei e Thiago) estabelecem significado e valor, principalmente ao “Oceano” (Gráfico 2), que neste caso é mais representado pelas crianças mais velhas (Altair, Thauann e Renato). Outro item que se destaca é a “Placa de Proibição de Pesca na Ilha da Figueira” (Figura 16), local apontado pelos autores como de maior quantidade de peixes e “tubarões”. Mais que a placa, é a relação simbólica com o espaço vivido que acaba por influenciar e modificar as relações com este espaço. A presença de tubarões, como as crianças indicam em seus desenhos e narrativas, coíbe a pesca e restringe a permanência neste local, ou seja, a placa em si remete à proibição, mas a proibição já existia e continua existindo simbolicamente. A questão fica evidente quando levamos em conta a pouca ou insuficiente fiscalização do local, mas, mesmo assim, a área é conservada pelos moradores dos arredores.

Figura 16 - Desenho: Ilha da Figueira e Barco de Pesca (placa de proibição de pesca ao fundo)



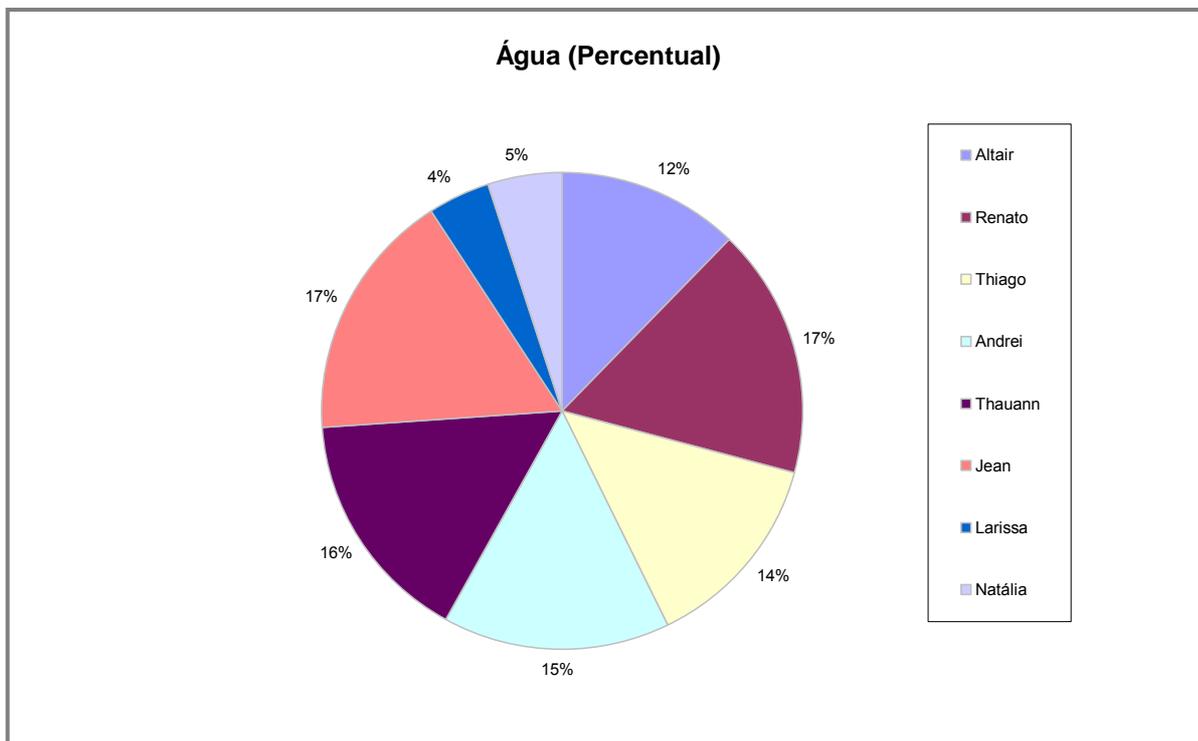
Autor: Thiago, 9 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005.

Gráfico 2 – Porcentagem do Aparecimento do Elemento “Água” nos Desenhos



Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

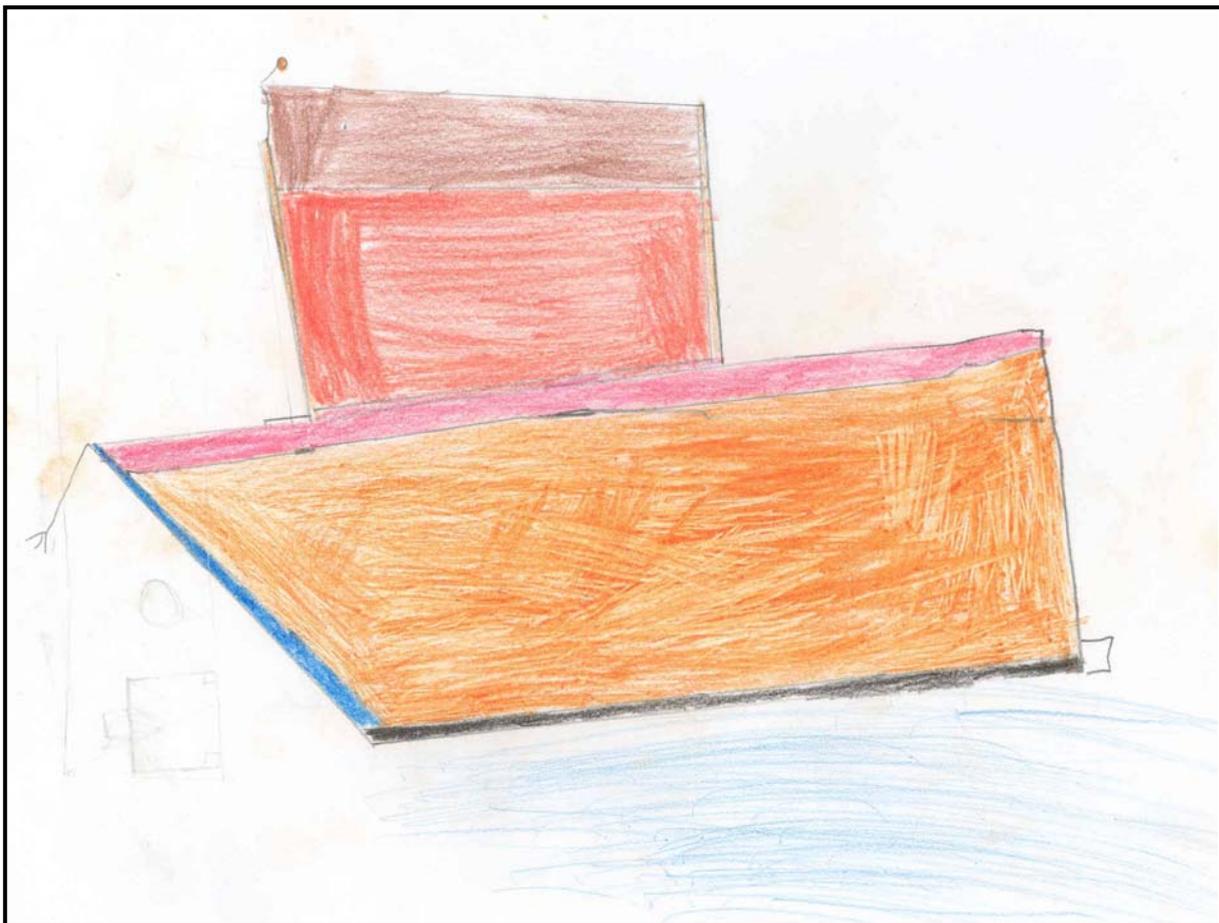
Gráfico 3 – Percentual da Representação do Elemento “Água” entre os autores



Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Os Gráficos 2 e 3 reforçam a relação mais próxima dos meninos com a água, principalmente a oceânica, como demonstra o gráfico 2, mas o aparecimento do “Mar de Fora” é comum a todos os autores. A questão do item “água” ser maior que a soma das águas do Oceano com as do Rio é causada pela ausência de identificação da água em alguns desenhos. As crianças simplesmente representavam a água, sem distinguir sua origem, e isso não constituía problema nenhum à navegabilidade das suas embarcações representadas (Figura 17).

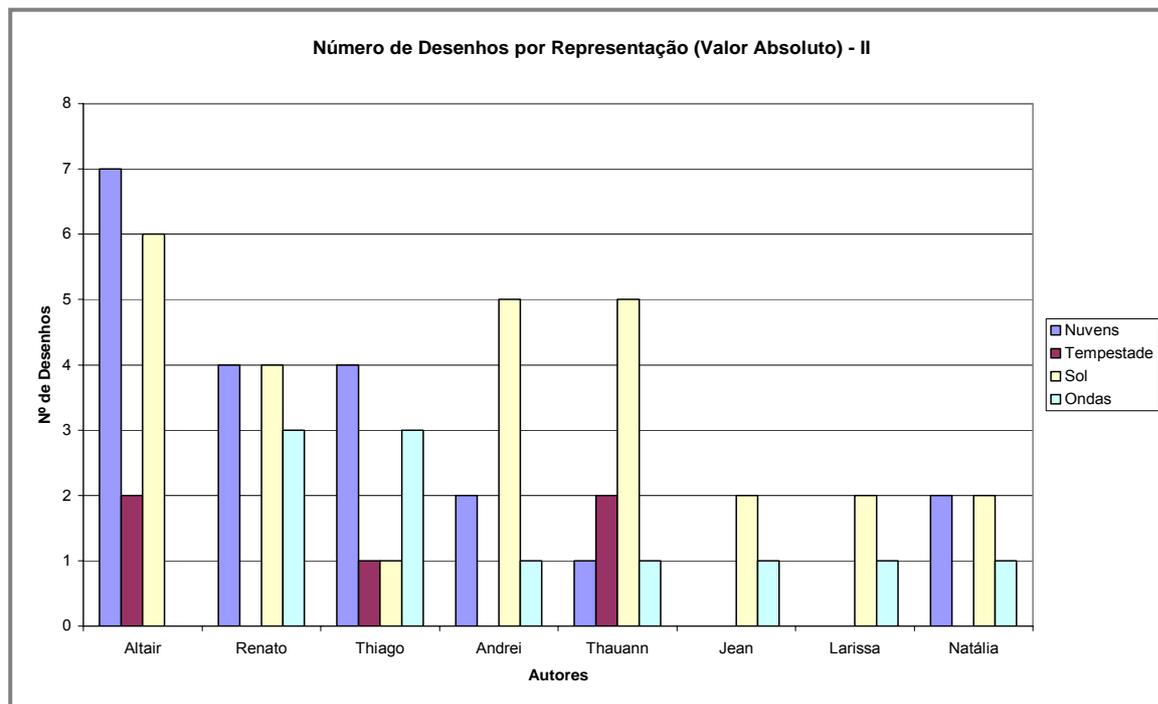
Figura 17 - Desenho: Barco



Autor: Andrei, 7 anos, Comunidade Pontal do Leste, 08/2003

A representação anterior (Figura 17) mostra uma embarcação onde o elemento que a sustenta é lembrado, sendo a água representada por linhas curvas horizontais (azuis) a água é necessária para a existência do próprio barco, que sem ela não teria o mesmo valor, mas a distinção Oceano e Rio não é imediatamente necessária à representação do barco.

Gráfico 4 – Número de Desenhos por Representação



Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

O gráfico 4 liga-se aos comentários tecidos sobre o elemento água nas suas diferentes formas: Oceano e Rio, pois os fatores climáticos determinam não só sua utilização, mas também sua percepção, e esta, por sua vez, altera-se frente a fatores distintos. Deste modo, foram privilegiados nesse gráfico elementos ligados à dinâmica das águas, pois o clima é fator determinante nessa dinâmica, como os ventos (massas de ar), ondas, chuva, agitação das águas, visibilidade (nuvens), entre outras influências que interferem diretamente no acesso ao oceano e mesmo ao rio, e que também são alteradas com as mudanças climáticas. Nesse contexto, existem fatores climáticos que facilitam esse acesso, como dia limpo (sol) e poucos ventos, principalmente no acesso ao oceano. Outro elemento condicionante que tem influência climática é a maré, cuja origem é ligada à gravitação lunar, e talvez por essa complexidade não foi representada nos desenhos recolhidos pela pesquisa.

Novamente, esses itens estão ligados ao masculino. O clima, nesse caso, limita ou facilita o acesso direto ao “Mar de Fora” e ao “Rio de Dentro”, influenciando diretamente as atividades práticas da comunidade, como a pesca, que por sua vez encontra-se relacionada ao universo masculino, prática que as crianças caixaras almejam dominar. A questão climática exemplifica-se na seguinte representação (Figura 18):

Figura 18 - Desenho: Furacão no Mar de Fora



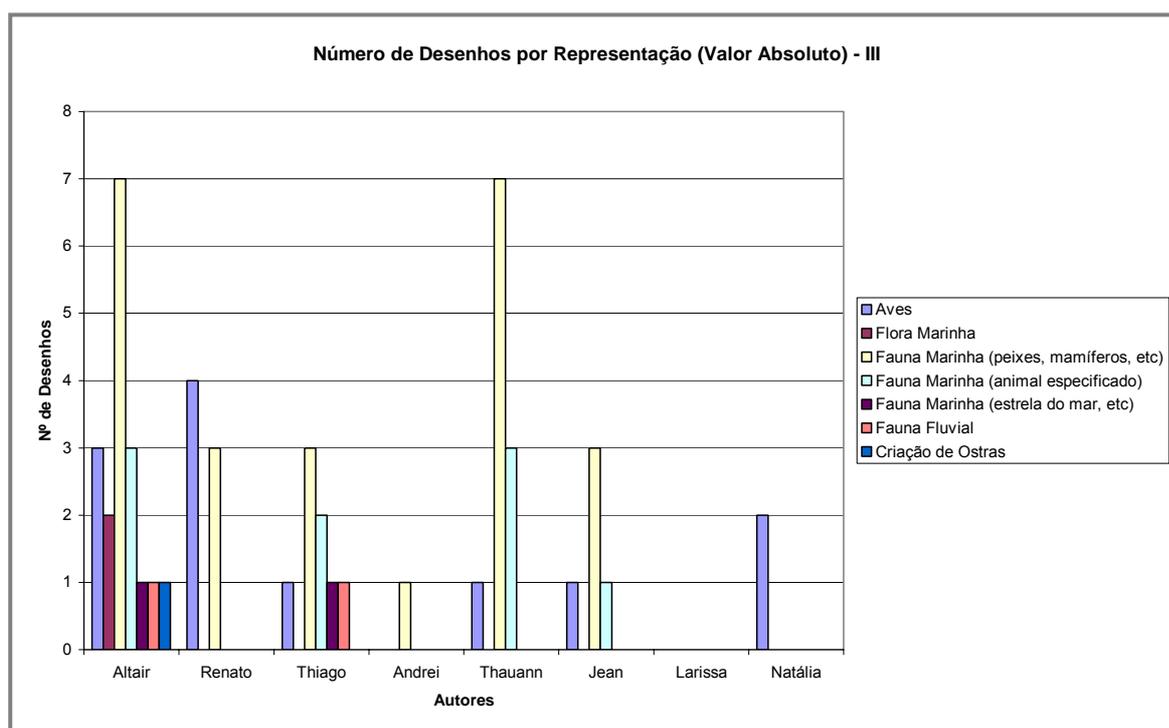
Autor: Altair, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

Este evento climático visualizado pelas crianças e relatado pelos mais velhos mostrou-se bastante significativo, considerando-se o “furacão” um fenômeno capaz de modificar todo o cotidiano da ilha, obrigando os pescadores a ficarem em terra, representando um perigo simbólico a aspirações dos futuros pescadores, além de representar um risco ambiental natural pouco visto na ilha. Foi somado ao saber ambiental das crianças em relação aos riscos causados. Podemos avançar no conceito científico para relacionarmos com o saber tradicional, a respeito desse fenômeno climático. Na verdade, trata-se de um ciclone extra-tropical formado por encontro de massas de ar (massa de ar polar e massa de ar tropical quente e úmida), num centro de baixa pressão, formado pelo encontro dos ventos oriundos das massas de ar: *“Um ciclone extra tropical em geral é um fenômeno de latitudes médias e altas que se propaga até latitudes tropicais, associado comumente a frentes frias e ondas baroclínicas em altos níveis da troposfera”*. (METEOROLOGIA, 2006). Podemos ainda aprofundar o conceito:

Ciclone Extratropical - Fenômeno que apresenta temperaturas baixas no seu interior (núcleo frio por volta de 24°C) e ventos girando no mesmo sentido desde a superfície até os altos níveis. Sistema de área de baixa pressão atmosférica em seu centro ou ciclone de origem não tropical. Geralmente considerado como um ciclone fronteiro migratório encontrado nas médias e altas latitudes. Também chamado de extratropical baixo ou tempestade extratropical

Deste modo, é possível relacionar o conhecimento tradicional, apresentado através de uma representação simbólica, com o conhecimento científico. O desenho, nesse caso vai além da simples forma do “furacão”; os saberes empregados na sua construção dizem respeito ao conhecimento climático da região, bem como as implicações inerentes ao fenômeno (já apontadas), que se aliam aos saberes da ciência, e são de grande importância na aquisição de informações sobre mudanças climáticas em escala local e subsídio a planejamentos de contenção de possíveis impactos ocasionados pelo fenômeno apresentado.

Gráfico 5 – Número de Desenhos por Representação

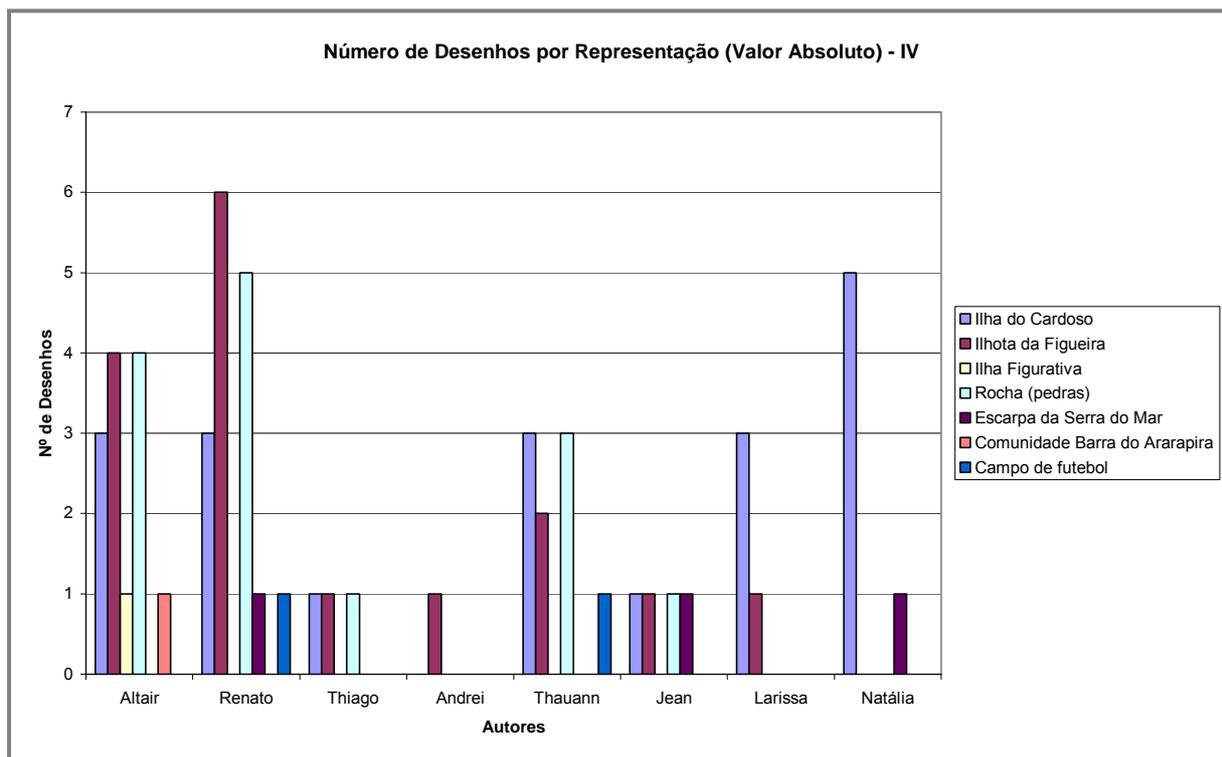


Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Outros itens considerados, e igualmente relacionados com o ambiente aquático, principalmente se considerarmos a água como recurso natural (tendo utilidade simbólica, mas principalmente valor econômico), são os itens referentes à fauna e flora marinha e fluvial (Gráfico 5). Consideramos as representações que expressavam saberes sobre esses itens, que demonstram de forma direta os conhecimentos das crianças. A fauna marinha

tem um destaque acentuado (Altair e Thauann) e aparece nos desenhos de todas as crianças do sexo masculino, sendo o autor Altair o único a reunir todas as representações, seguido por Thiago. Novamente aqui a diferenciação por gênero se fez presente. Larissa não representou nenhum tipo de fauna ou flora e Natália representou pássaros, mostrando que o conhecimento faunístico e florístico ligado à valorização do ambiente aquático não é representativo quantitativamente nas representações femininas.

Gráfico 6 – Número de Desenhos por Representação



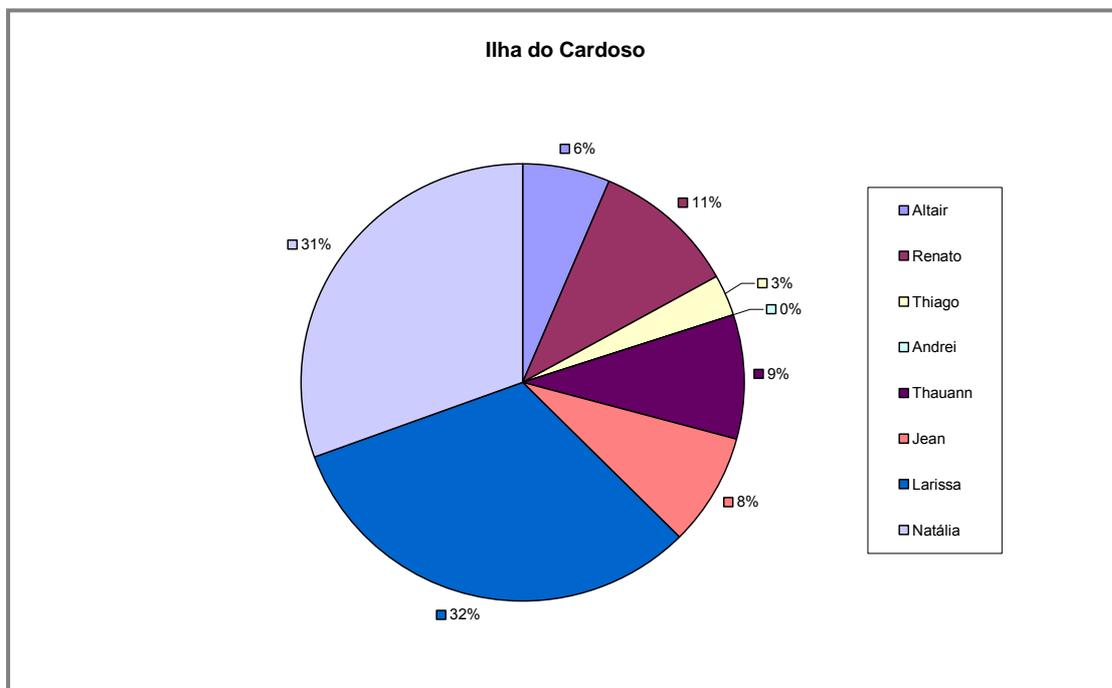
Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

O gráfico anterior (6) demonstra a incidência de desenhos que refletem o espaço terrestre. Ressalta-se que a representação da Ilhota da Figueira se destaca entre o sexo masculino, chegando por vezes a ser mais representada que a própria Ilha do Cardoso (Altair e Renato), ou seu aparecimento se iguala (Thiago, Thauann, Jean). No caso de Andrei, somente a representação da Ilhota da Figueira aparece no gráfico. Essa análise reforça a importância da Ilhota da Figueira no contexto da valorização ambiental do oceano, pois mesmo sendo um espaço terrestre, é ponto de referência prático e simbólico das atividades tradicionais realizadas no “Mar de Fora”.

Avançando na análise, no gráfico anterior podemos identificar o aparecimento da representação Ilha do Cardoso, que se destaca nos desenhos das autoras Larissa e Natália, principalmente considerando o número menor de desenhos realizados pelas meninas em

relação aos meninos. Podemos aprofundar a questão com a interpretação do gráfico a seguir (Gráfico 7)

Gráfico 7 – Aparecimento da Representação “Ilha do Cardoso” nos Desenhos



Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Visto que no gráfico sete (7) temos o aparecimento da representação “*Ilha do Cardoso*”, percentualmente em relação ao total de desenhos individuais, temos a possibilidade de uma reflexão sobre o aparecimento da ilha nos desenhos de cada autor. Dessa forma, as meninas desenharam mais a Ilha em relação a outros elementos, representando muito mais o espaço terrestre do que o espaço aquático, como fica evidenciado no desenho seguinte (Figura 19):

Figura 19 - Desenho: Paisagem da Ilha



Autora: Natália, 5 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

Natália desenhou o que conhece, integrando a percepção de vários elementos componentes da paisagem vivenciada cotidianamente, como fica evidente quando comparamos com a fotografia a seguir (Figura 20):

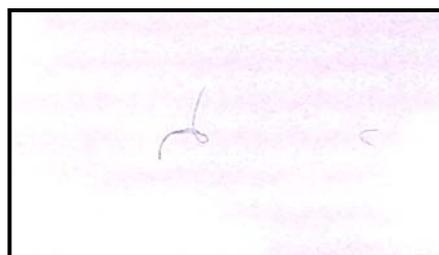
Figura 20 - Foto: Casas e Vegetação da Comunidade Pontal do Leste



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 02/2006.

Figura 21 - Foto: Pássaros

A fotografia acima mostra a comunidade Pontal do Leste: as casas se situam entre as árvores, que são oriundas da intervenção antrópica. Na fotografia ao lado, temos um segmento da foto acima com aumento de 600%, onde podemos visualizar os pássaros que são comuns à ilha.

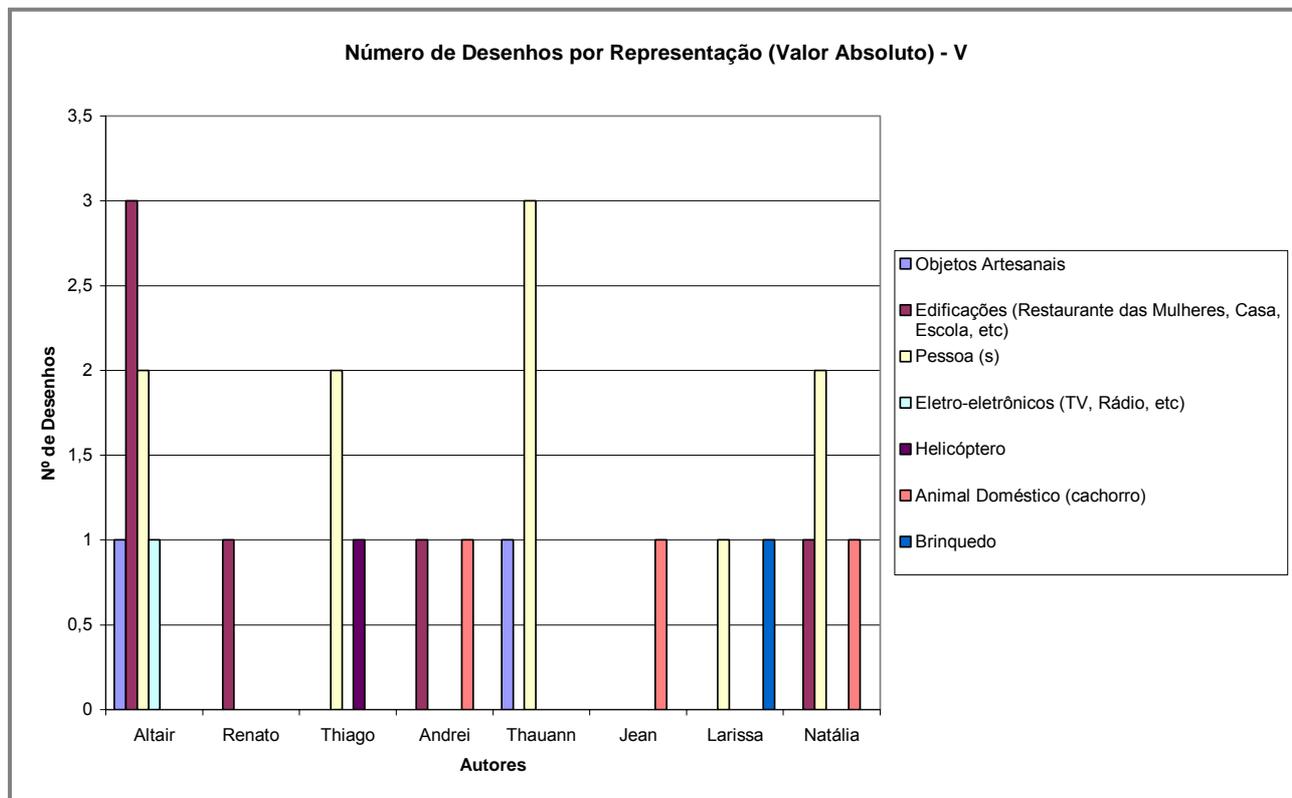


Avançando na questão, o desenho da autora Natália representa a ilha, principalmente o local onde se situam as casas da comunidade, como na foto acima, onde as casas são cercadas por vegetação antropizada, distinguindo-se da vegetação natural de restinga. As árvores são plantadas pela comunidade como meio de diminuir a incidência dos raios solares e também servem como barreiras contra os ventos, ajudando a manter um clima mais ameno nas casas. Deste modo o espaço vivido das crianças é o espaço marcado pelas relações *com* e *entre* a Natureza, seja ao considerarmos os elementos componentes naturais ou construídos, a exemplo da vegetação de restinga, ou da arbórea, respectivamente.

Essa relação mais íntima e familiar das crianças com o meio ambiente é justificada pelo gráfico 8, onde os itens representativos da vida urbana e dos objetos construídos pelo Homem, que não apresentam uma ligação direta com sua tradicionalidade caiçara aparecem em menor quantidade (valor absoluto) do que os elementos representados nos desenhos e ligados à água e às tradições, como os barcos.

O gráfico a seguir mostra itens que não têm ligação direta com o elemento água, mas que são representativos nos desenhos das crianças, bem como são ligados direta ou indiretamente ao modo de vida ilhéu.

Gráfico 8 – Número de Desenhos por Representação

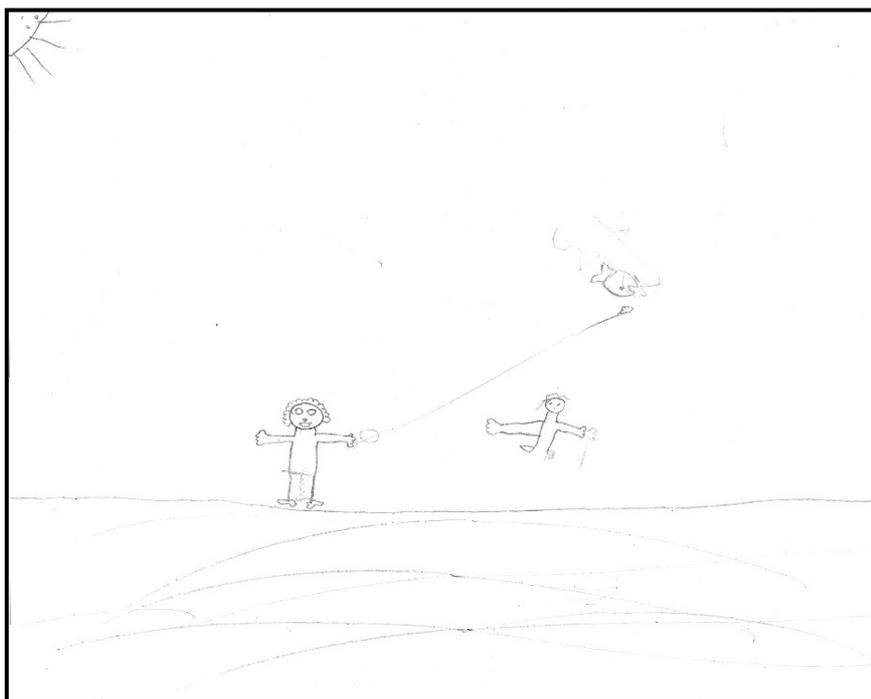


Elaboração: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

No que concerne às pessoas representadas, como nos mostra o gráfico, não aparecem em grande quantidade. Assim, consideramos que são os “objetos” constituintes da paisagem que estão mais presentes no imaginário das crianças, e quando as pessoas são representadas sempre, estão em relação direta com o meio ou com os objetos representados (barcos, praia, rio etc.). Esta relação evidencia-se claramente no desenho de Thauann: *Pessoa Pescando* (Figura 22). Outra questão que pode ser apontada é a pouca presença nos desenhos de algumas das crianças de brinquedos e aparelhos eletroeletrônicos, fato que nos leva ao efeito da influência do sentido de maritimidade, ocasionando um isolamento relativo das crianças, e assim o valor social e simbólico de objetos típicos do mundo urbano não são tão relevantes e significativos quanto aqueles ligados às tradições. Este mesmo efeito (maritimidade) propicia representações interessantes, como no exemplo do helicóptero desenhado por Thiago (Figura 23). Não sendo comum à sua vida cotidiana e ao seu universo imaginativo (pela sua pouca idade), o

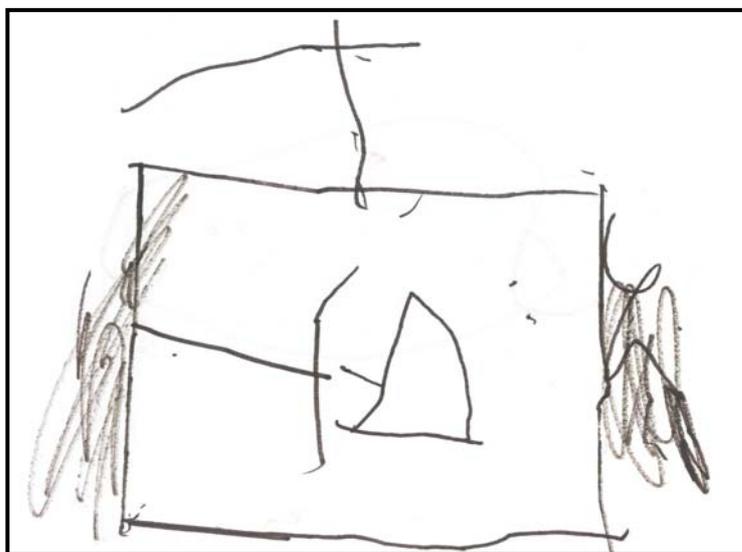
helicóptero demonstra, então, o quão é parcial seu isolamento pela maritimidade, relatividade que abriga a neotradicionalidade.

Figura 22 - Desenho: Pessoas Pescando



Autor: Thauann, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

Figura 23 - Desenho: Helicóptero



Autor: Thiago, 4 anos, comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Os dados discutidos nos apontam algumas pressuposições quanto à questão de gênero. As crianças do sexo masculino têm uma relação muito maior com a água, em especial a oceânica; já as crianças do sexo feminino valorizam muito mais o espaço terrestre, observando-se que isto está relacionado com o modo de vida ilhéu, não cabendo a esta pesquisa a discussão sobre a questão da inclusão da mulher em todas as esferas sociais, mesmo a questão fazendo-se presente nas reflexões do estudo. Para essa questão, consideramos que deva existir uma pesquisa específica.

Outro aspecto que se evidenciou durante a análise dos dados foi a preferência pelo oceano frente ao rio nas representações, principalmente dos meninos, verificando-se o contrário do que acontece no dia a dia das crianças, que preferem o rio para suas brincadeiras. Ao considerarmos estes aspectos, podemos avançar na questão da própria nomeação do Oceano (Mar de Fora) e do Canal (Rio do Dentro), que auxilia-nos a esclarecer essa questão: a preferência das crianças mostra que o Oceano (fora) configurando-se como o local do vivido principalmente no imaginário, que se constitui em lugar dos sonhos e das aventuras para elas, lembrando que a praia é próxima, não tendo o mesmo valor simbólico. Por outro lado, o rio é muito mais próximo no cotidiano, pois é o “Dentro”, estando assim ligado ao sentido de lugar, à pausa no movimento que é o Oceano (TUAN, 1983).

As representações simbólicas das crianças têm um alcance maior do que o apresentado nesta análise quantitativa, mas isto como evidenciamos, será objeto ainda de reflexões posteriores, que abrangem aspectos mais qualitativos sobre as preferências ambientais, fundamentados nos valores atribuídos aos lugares e aos espaços vividos.

3.3 ANÁLISE QUALITATIVA: EMPREGO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Aqui nos encontramos bem no centro da análise da percepção e interpretação ambiental através das próprias representações simbólicas, onde empregaremos as categorias de análise, estabelecidas no capítulo sobre os procedimentos metodológicos (p. 17).

Torna-se necessário avançar nos conceitos fundamentais que orientam a análise e interpretação do ambiente ilhéu, considerando que este espaço pode ser definido pela sua relação com a água, especificamente em relação à comunidade Pontal do Leste, tanto o mar como o rio. Deste modo, retomamos os conceitos expostos por Diegues, que são baseados em definições propostas por Moles, Perón e Coddacioni-Meistersheim¹⁷, definindo insularidade e ilheidade:

insularidade como os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares que podem ser quantificados (distância do continente, etc.);

ilheidade como as formas de representação simbólica e imagens decorrentes da insularidade que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. Ilheidade diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular. (DIEGUES, 1998, p. 93-94, grifo nosso).

A ilheidade, tendo relação com os mitos fundadores, torna-se profunda e complexa, fora do alcance de um trabalho abrangente como o aqui proposto. Assim, nossa preocupação se volta para a relação com o vivido e para os comportamentos motivados pelas relações com a Natureza, em concordância com a citação anterior de Diegues. Deste modo, aprofundamo-nos nos aspectos do espaço vivido representado, que são determinados, bem como dos lugares, pela relação com a água, como símbolo e recurso. Ao usar essa abordagem, não nos limitamos ao estudo da ilheidade, pelo contrário, os conceitos de insularidade (isolamento relativo) e maritimidade (influência do mar) são nosso principal foco de atenção.

Consideramos a relação desses conceitos vindos da Antropologia, com os conceitos essenciais da Geografia Cultural e dos estudos sobre percepção e interpretação ambiental, enriquecedora e uma forma concreta da interdisciplinariedade necessária a este estudo. Deste modo, o espaço vivido e o lugar são definidos em relação à maritimidade, insularidade e ilheidade sem, contudo, propormos uma relação direta e individual, mas sim, uma relação que vise o conjunto e a totalidade que nos permite a abrangência do tema.

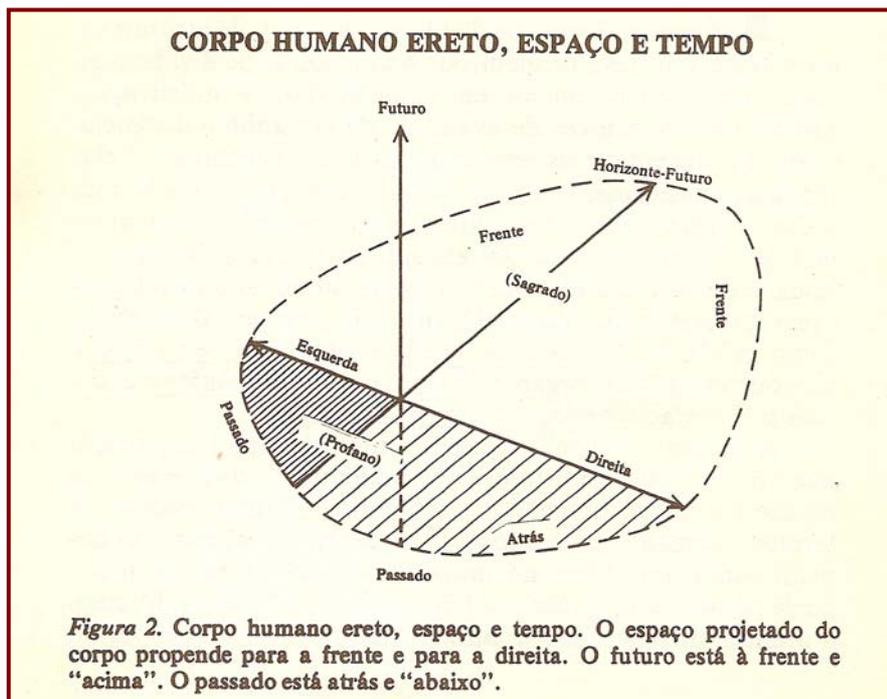
¹⁷ MOLES, A. *Nissologie ou science des îles*. In: L'Espace Géographique, nº4, 281-9, 1982.

PERON, F. *Des îles et des hommes: insularité aujourd'hui*. Rennes Editions de la Cite-Ouest France, 1993.

CODACCIONI-MEISTERSHEIM, A. *Images d'îleité*. In: Lês Îles européennes: politiques insulaires. Corse IDIM, 1989.

Como consequência desta discussão é necessário distinguirmos o Oceano e o Rio, pensando no sentido do sagrado e do profano, do “Dentro” e “Fora”, bem como a própria colocação da conceituação caiçara (Mar de Fora, Rio de Dentro), e desta maneira, baseando-se em Tuan (1983), estabelecermos o Oceano como estando à frente (sagrado) e o Rio atrás (profano, cotidiano) das relações sociais, econômicas e simbólicas, como propõe o próprio Tuan (1983), no esquema corporal a seguir (Figura 24):

Figura 24 - Esquema do Corpo Humano e suas Representações



Fonte: Tuan, 1983, p. 40.

Entendemos que o Profano constitui as relações cotidianas da comunidade, que são estabelecidas no Rio, como o transporte e o comércio (Restaurante das Mulheres, Barco, Supermercado, transporte do peixe para venda no continente). Outro fator que nos leva a essa afirmação é a utilização das margens do Canal pelas crianças, diariamente, para brincadeiras. Somando essas observações, temos que as relações sociais com a Comunidade Barra do Ararapira (em frente à Comunidade Pontal do Leste) acontece por meio do próprio Canal, que estabelece a função de comunicação. Mesmo com toda essa importância sócio-econômica, o “Rio de Dentro” não é o mais representado nos desenhos das crianças, pois seu imaginário é também construído e impregnado pelas imagens do sagrado, não do profano (Figura 24). A relação da comunidade (crianças) com o Canal pode ser visualizada nas fotos a seguir (Figuras 25 e 26). Já a relação econômica é demonstrada através do Barco Supermercado (Figura 27).

Figura 25 - Foto: Crianças Brincando no Canal do Ararapira



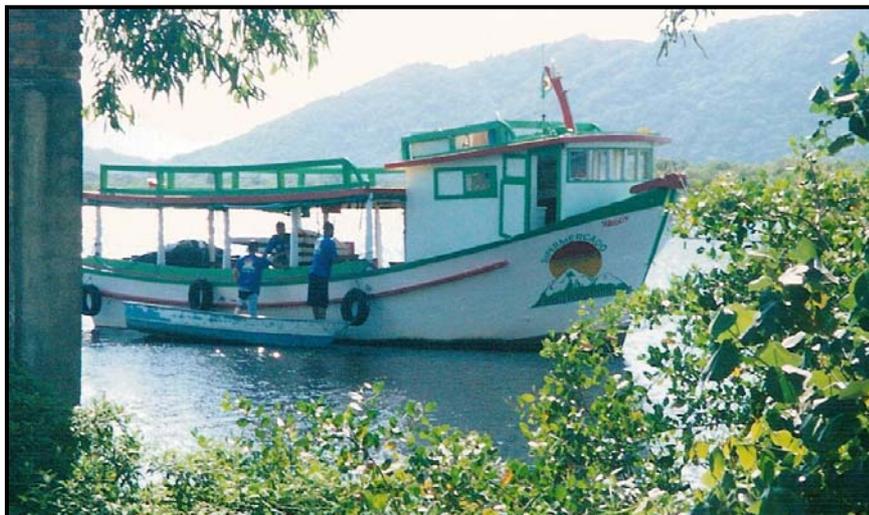
Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 01/2005.

Figura 26 - Foto: Renato e Thiago brincando com o bote no Canal do Ararapira



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 01/2005

Figura 27 - Foto: Barco Supermercado



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

As fotografias (Figuras 25 e 26) mostram as crianças no seu cotidiano, brincando *no* e *com* o Rio. Essa atividade depende do próprio Canal, pois a velocidade da correnteza ou a direção da maré impossibilitam muitas vezes, essas brincadeiras, que são supervisionadas pelos mais velhos, sendo também uma forma de transmissão de conhecimento pelo *savoir-faire* (sobre a dinâmica das águas fluviais). Na fotografia do barco supermercado (Figura 27) temos um exemplo da utilização do Canal no cotidiano das relações econômicas. A embarcação registrada funciona como um supermercado, partindo do município de Cananéia – SP (onde é abastecido), percorrendo todas as comunidades situadas no Canal do Ararapira e proximidades, vendendo todos os produtos comuns a um supermercado do continente.

Por outro lado, temos o simbolismo do “Mar de Fora”, que se contrapõe ao cotidiano do profano, sendo o sagrado rico em simbolismos, configurando-se como um espaço a ser experienciado pelas crianças, principalmente do sexo masculino, que têm seus sonhos voltados para as histórias dos mais velhos, sobre o oceano. Esse valor onírico empregado estabelece um espaço que é também vivido no imaginário, além de ser vivenciado na realidade concreta e objetiva pelas crianças, não de forma comum, mas excepcional, pois quando mais jovens sua participação nas pescas em alto mar é restrita, aumentando sua participação com a idade e os conhecimentos armazenados, sempre com a ajuda dos mais velhos. A relação com o mar é intermediada pelas embarcações, sendo meio essencial para que a percepção ocorra, de modo a podermos relacionar o barco como uma possibilidade e oportunidade do próprio acesso, concreto e imaginário, ao oceano (Figura 28).

O caráter feminino que se emprega ao oceano é outro fator que consideramos, quando observamos que os meninos são levados a representarem o oceano mais vezes, em detrimento do rio. O uso cotidiano do “Mar de Fora” ou principalmente das suas praias não é comum, as crianças não brincam na praia, preferem o rio, pela sua “calma”. Assim, a representação da praia também não é comum nos meninos, eles buscam o “Fora”, além da praia, fato que se apresenta como domínio da insularidade, constituindo-se em elemento secundário na percepção do espaço sagrado do “Fora”. Entretanto aparece nas representações femininas como elemento marcante, ficando, ao nosso ver, as representações femininas confinadas à ilha.

Figura 28 - Foto: Canoa em Frente ao Oceano Atlântico



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

A relação constante das crianças com o meio ambiente aquático (Oceano e Rio), revela a dialética do Profano e do Sagrado, sendo um processo constante que motiva a imaginação, através do equilíbrio e desequilíbrio, como proposto por Vigotski (2003, p.35):

El ser que se encuentre plenamente adaptado al mundo que le rodea, nada podría desear, no experimentaria ningunos afanes y, ciertamente nada podría crear. Por eso en la base de toda acción creadora reside siempre la inadaptación, fuente de necesidades, anhelos y deseos.

O mundo da criança não é estático; existe em constante transformação, no seu cotidiano, com os desequilíbrios que proporcionam à criança, durante os processos de aprendizado e construção do modo de vida, relacionar a tradição caiçara, suas percepções e interpretações de elementos diversificados do meio ambiente (Rio e Oceano, além da

Ilha), e as novas informações oriundas da modernidade. Assim ela representa essa relação em constante equilíbrio e desequilíbrio, de forma simbólica, no desenho infantil.

Não é somente o desenho em si que demonstra o que está representado, a narrativa da criança, antes, durante e/ou depois, como observamos anteriormente, também direciona a sua interpretação:

Considerando a figuração da criança como um "espaço" do simbólico e uma forma de interação que produz sentidos, há de se considerar também as (re)interpretações da própria criança/autora na construção do desenho. Os objetos figurativos do desenho da criança não são considerados 'códigos' em si mesmos. Para serem 'decifrados', há a necessidade do diálogo entre a criança/autora e o adulto/intérprete, como condição fundamental, visto que os significados e os sentidos das figurações são explicitados pelas palavras (FERREIRA, 2005, p. 16)

Nesse sentido, a fala da criança, apontada no diário de campo e nos relatos ampliados, será o nosso fio condutor nesta trilha, que, por intermédio da percepção e interpretação ambiental sob o olhar da cultura caiçara, e através dos desenhos das crianças, busca uma interação entre Maritimidade, Insularidade, Ilheidade, e o sentido e significado do Lugar e do Espaço Vivido.

3.3.1 MAR DE FORA

A expressão da maritimidade é sentida, sobretudo, nos desenhos masculinos, como observamos através da análise quantitativa, fato que consideramos inerente às comunidades tradicionais caiçaras e ao ordenamento das funções sociais e simbólicas com base no gênero, como ocorre em sociedades indígenas, sendo as populações caiçaras originadas em parte dessa última. Essa relação pertinente às diferenças de gênero também é comum nas sociedades urbanas, onde só recentemente vemos as mudanças deste quadro. Assim discutiremos a relação da comunidade com o “Mar de Fora”, baseando-se principalmente nas interpretações ambientais das crianças do sexo masculino, pois as contribuições femininas são relativamente exíguas, embora também serão consideradas na análise, abrangendo assim o máximo possível das representações simbólicas relacionadas à comunidade.

Nesse sentido, o agente principal dessa interação entre seus dimensionamentos econômico, social ou simbólico é o sexo masculino, sendo essa uma questão marcante nesta sociedade neotradicional, devendo ser correlacionada também às tradições herdadas, principalmente sobre navegação (portugueses), que limita o acesso ao mar e, principalmente, às práticas simbólicas à ação e ao universo dos homens.

Nessa perspectiva, buscamos pela relação da comunidade com o Oceano, contudo, a relação com a insularidade é essencial para a compreensão da maritimidade, pois ela ocasiona uma maior ou menor presença das práticas simbólicas e sociais da comunidade, Diegues (1998, p. 67) nos elucida e avança na questão:

As sociedades insulares, particularmente as mais confinadas em áreas de reduzida extensão territorial são, mais que as outras, marcadas pela sua *maritimidade*. A interação econômica, social e simbólica das sociedades insulares com o mar, faz surgir práticas econômicas, sociais e simbólicas particulares ainda mais marcantes que as existentes nas sociedades marítimas litorâneas [...].

A importância da maritimidade como elemento fundador de outras práticas também é apontada por Diegues (1998, p.93), que avança na discussão, considerando que a influência da maritimidade sobre os ilhéus acontece não somente de forma direta, mas através das práticas sociais e simbólicas:

[...] a maritimidade é um elemento fundamental para o entendimento da formação e da reprodução social e simbólica das sociedades insulares. Pode-se dizer que o mar é também o elemento fundador da insularidade e da ilheidade. No entanto, sua influência sobre os ilhéus não se dá apenas de forma direta, mas por meio das práticas sociais e simbólicas.

Ainda dentro deste contexto, ao considerarmos aspectos concernentes ao sentido de espaço e lugar, podemos relacionar também o “Mar de Fora” com o mar aberto, e o “Rio de Dentro” como algo restrito ou fechado, possibilitando a interpretação proposta por Tuan (1980, p.31)

“Aberto” e “fechado” são categorias espaciais significativas a muitas pessoas. [...] O espaço aberto significa liberdade, a promessa de aventura, luz, o domínio público, a beleza formal e imutável; o espaço fechado significa a segurança aconchegante do útero, privacidade, escuridão, vida biológica.

A representação elaborada por Altair (Figura 29) apresenta barcos pescando no “Mar de Fora”, com a ilha da Figueira desenhada à direita, pássaros saindo da ilha e pássaros ao redor do barco que está pescando, com suas redes lançadas ao mar (barco ao fundo) e um barco retornando (frente). O mar torna-se mais agitado quanto mais próximo da ilha e mais calmo ao longe (fora). Deste modo, consideramos que quanto mais distante da ilha, maiores são as valorizações, sobretudo as imaginárias, concernentes a representações de aventuras e beleza. A própria aventura é uma forma de experienciar o espaço, a partir do sentimento, das emoções e da experiência decorrentes. Nota-se que o barco que já deixou de pescar está indo na direção sul ou seja, para a entrada de acesso ao canal do Ararapira e, conseqüentemente, ao porto da comunidade, demonstrando dessa forma o vínculo com a segurança do fechado (Rio de Dentro), sendo para isso necessário passar pelas tribulações das ondas.

Figura 29 - Desenho: Barcos Pescando no Mar de Fora



Autor: Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 08/2003

Este desenho possui uma imbricada complexidade, mostrando os domínios cognitivos do autor (lateralidade, orientação, proporção), e constitui uma demonstração do conhecimento tradicional dessa criança. A fotografia a seguir (Figura 30) ajuda-nos a visualizar comparativamente este conhecimento, assim como a percepção ambiental sobre a dinâmica oceânica e a paisagem, que foram representadas no desenho:

Figura 30 - Foto: Ilha da Figueira (Oceano Atlântico)



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 01/2006

Figura 31 - Desenho: Barco no Mar de Fora



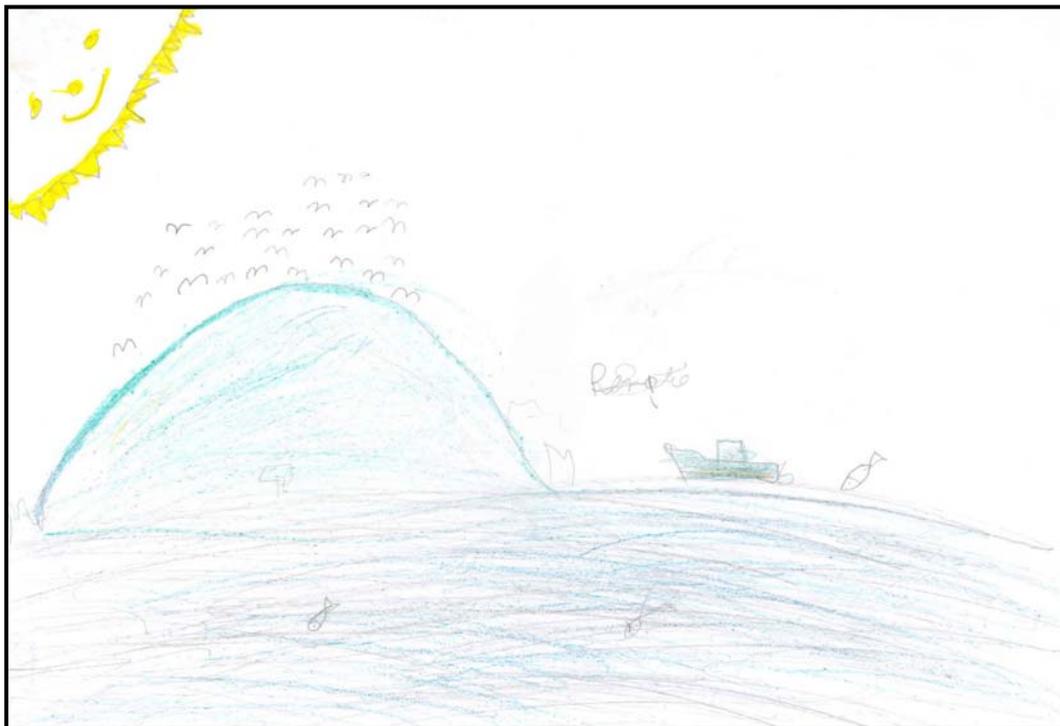
Autor: Altair, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

O mesmo autor, Altair, demonstra sua destreza ao desenhar uma embarcação (Figura 31) cujo cenário mais uma vez faz referência à paisagem do “Mar de Fora”, e ao elemento que o representa, a Ilha da Figueira. Desta vez, o signo principal representado é a embarcação, desenhada com uma enorme gama de detalhes, próprios das embarcações de pesca comercial.

Podemos relacionar, como proposto nas categorias de análise, o espaço vivido com a maritimidade, sendo o barco o meio de experienciar o espaço aquático, tornando este espaço vivido, através de inúmeras práticas sócio-econômicas, ambientais e simbólicas. A valoração das vivências também é notória, manifestando-se principalmente pelas relações simbólicas. Assim essa vivência no “Mar de Fora”, seja ela concreta ou imaginária, culmina na maritimidade, que é uma forma de expandir o espaço insular, que tem como característica sua finitude, em termos de espaço terrestre.

Na representação do autor Renato (Figura 32), as representações são semelhantes aos desenhos de Altair (Figuras 29 e 31), tendo como diferencial a presença marcante de peixes pulando no mar, e a semelhança com a realidade.

Figura 32 - Desenho: Barco Pescando no Mar de Fora



Autor: Renato, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Figura 33 - Foto: Ilha da Figueira e Barco de Pesca



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

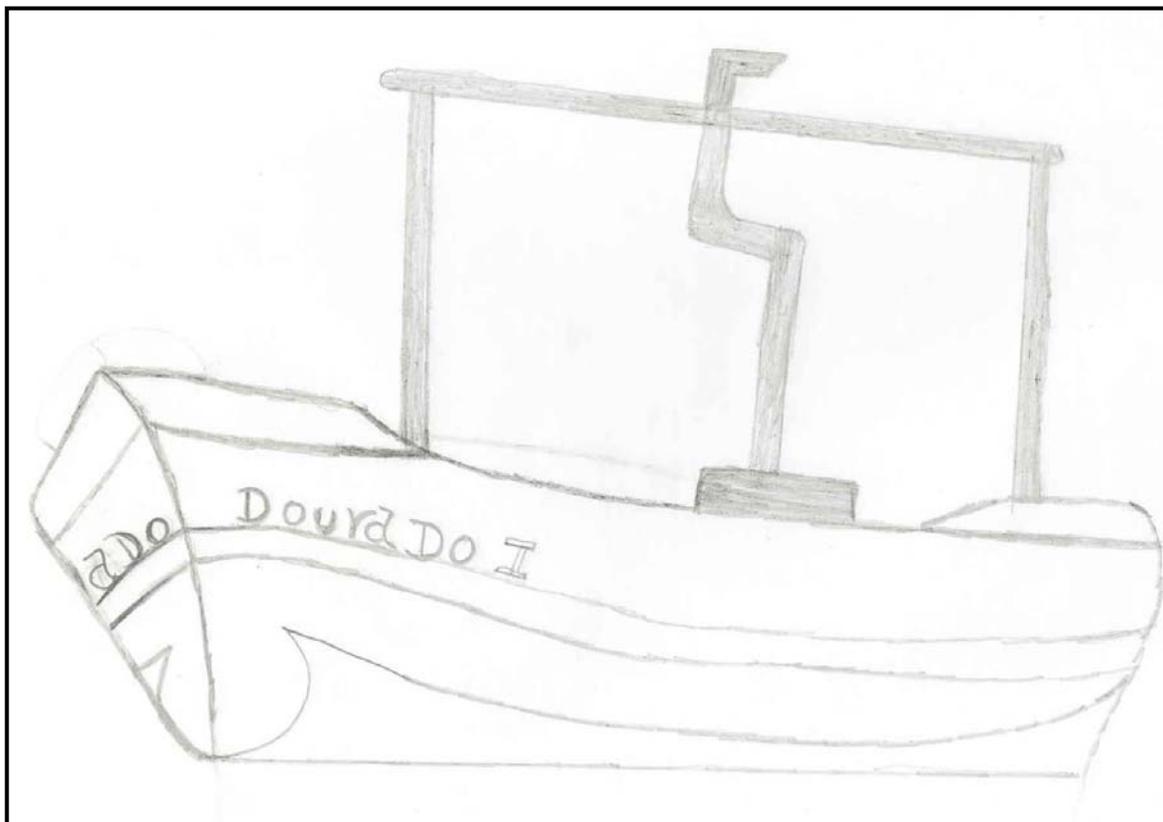
A fotografia anterior (Figura 33) mostra a Ilha da Figueira e um barco de pesca no canto inferior à direita, sendo a pesca nas proximidades desta Ilha prática comum dos moradores da Comunidade Pontal do Leste, principalmente com o uso de redes. Na fotografia seguinte temos um exemplo de barco pesqueiro de moradores da Comunidade, registrando-se que nessa ocasião o pai de Renato e Thiago os levou para pescar no próprio canal do Ararapira: Renato conduziu a embarcação sob os olhos atentos de seu pai, e Thiago ajudou a fundear o barco e pescou juntamente com seu irmão.

Figura 34 - Barco de Pesca (Renato, Thiago e seu pai)



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 02/2006

Figura 35 - Desenho: Barco de Pesca



Autor: Andrei, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

Os barcos representados pelas crianças são o meio de acesso ao Oceano Atlântico (Mar de Fora), daí a importância e a valorização dada a esse meio de transporte e trabalho (Figuras 34 e 35), que comporta uma gama variada de significações, deixando suas funções básicas e incorporando outros elementos subjetivos, não-tangíveis, tais como a aventura, a

emoção, a solidão, o movimento e a pausa. Sobre essas últimas considerações, Guimarães (1999, p.155), ao tecer reflexões sobre o significado de lugar e as relações de identidade e alteridade relacionadas à paisagem, considera que:

Por meio das pausas, curtas ou longas, repentinas ou minuciosamente planejadas e analisadas, o espaço movimentante, desconhecido, sem qualquer aura ou identidade espaciais, vai progressivamente ganhando e assumindo significados.

O barco significa o movimento, pois é através dele que é possível o deslocamento ao Oceano, embora dentro desse movimento também exista a pausa, do e no próprio barco. Quando o movimento é cessado para as atividades pesqueiras, somam-se então a pausa dentro da embarcação com a pausa da própria, atribuindo significado ao espaço em questão: a água. O lugar toma forma, a fauna e flora oceânicas fazem parte integrante da paisagem vivida.

A Ilha da Figueira, signo presente na maioria dos desenhos que se referem ao “Mar de Fora”, é elemento representativo das percepções externas à ilha: as crianças vivenciam essa externalidade, as mais velhas nas suas percepções ambientais constituídas em navegações nas suas proximidades, as mais novas, pelas poucas experiências práticas nesse sentido, têm no imaginário sua fonte de percepção e interpretação da realidade ambiental e seus múltiplos significados. A Ilha envolta na névoa, como o desenho de Thiago (Figura 36), representa muito bem esta relação; a ilha significa um elemento pretendido, mas longe do alcance imediato das crianças mais novas, figurando como espaços experienciados mediante as histórias das crianças mais velhas ou dos adultos, e da paisagem encontrada na ilha, que torna-se vivida também sob a construção de significados a partir dos conhecimentos adquiridos pelas crianças.

O autor Thiago ainda representa, em meio à névoa, uma placa de proibição de pesca, reafirmando sua característica de “proibida” e, por este motivo, distante do seu cotidiano imediato. Consideramos assim um espaço vivido e experienciado no imaginário, tendo sua interpretação o mesmo sentido do “Mar de Fora”, ou seja, atribuição de valor à Ilha da Figueira, como parte do espaço aquático.

Essa ligação pode ser analisada também como a *ilheidade*, conceito já discutido, que nos leva aos símbolos provenientes das relações insulares e marítimas. A consciência da insularidade e suas conseqüências estão dessa forma dentro da representação simbólica construída por Thiago. Essa relação é parte do modo de vida ilhéu, pois é justamente através da tomada de consciência e das experiências ambientais que se constitui a tradicionalidade caiçara. O início desse processo está expresso nos desenhos posteriores (Figuras 36 e 37), sendo que a *ilheidade* é o vivenciado, não necessariamente na

concretude do cotidiano, mas também nas dimensões da psicosfera, sempre presente no imaginário.

Os traços horizontais, na parte inferior do desenho, representam o mar, configurando-se como traços firmes e seguros, demonstrando também a importância do elemento água na construção da *ilheidade* e na construção e estruturação dos respectivos espaços vividos.

Figura 36 - Desenho: Ilha da Figueira



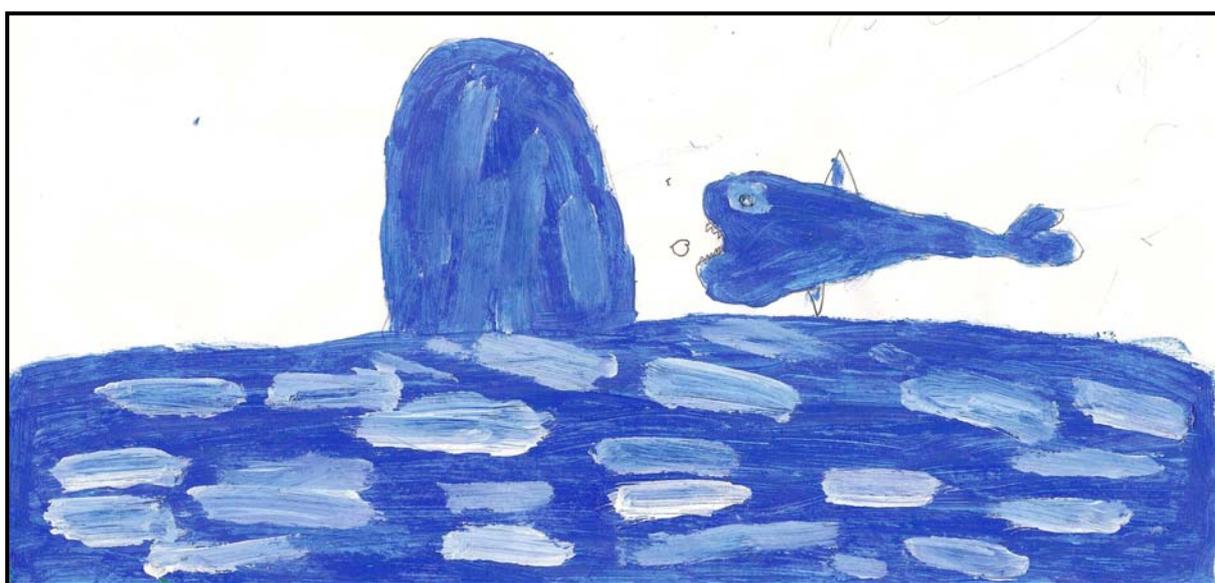
Autor: Thiago, 4 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Nesta perspectiva, a ilha da Figueira e seu entorno marinho tornam-se espaços vividos através da ilheidade e da maritimidade, sendo que essa relação baseia-se nas categorias de análise, pois se faz necessária a correlação das interpretações ambientais para alcançamos uma proximidade com a visão holística que se estabelece nas representações simbólicas das crianças – estas, por sua vez, não executam divisões como

as expostas aqui, seus desenhos são ao mesmo tempo um todo e parte de uma totalidade maior, sua vida.

As mesmas relações e sentimentos indicados mediante a interpretação do desenho de Thiago são encontradas no desenho de Thauann (Figura 37), que introduz um novo elemento ao espaço vivido no imaginário: a aventura e o perigo causados pelo “tubarão”. Thauann não tem tantas experiências como as outras crianças de sua idade, por não mais morar na Ilha, portanto o espaço da Ilha da Figueira é mais experienciado no imaginário, e assim seus sentimentos são como um retrato dessas percepções mais imaginárias que concretas, mais próximas das percepções de Thiago.

Figura 37 - Desenho: Ilha da Figueira e Tubarão



Autor: Thauann, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

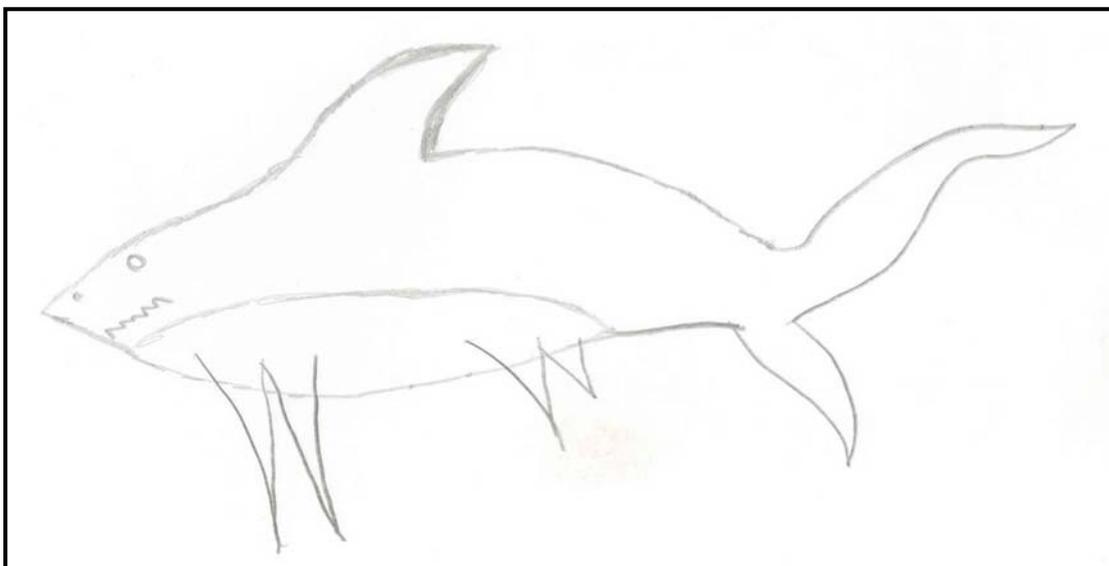
O sentimento demonstrado no desenho acima nos leva ao espaço topofóbico¹⁸, no sentido da ameaça, do perigo e do medo, e também ao espaço topofílico, o sentido do lugar, da aventura e das emoções, do enraizamento, da segurança. Essa atribuição de valor é clara nos desenhos e estabelece para as crianças a referência da sua identidade cultural caiçara, e da sua identidade paisagística e territorial como povo do mar. Isso ocorre como uma reflexão sobre o valor e os significados do espaço, como esclarece Guimarães (1999):

[...] reencontrar o espaço de maneira emocional, interiorizada, nos conduz à reflexão do reconhecimento, do valor e do significado deste espaço e dos lugares para os indivíduos. Na verdade, esta é uma busca da essência do espaço, que, ao ser procurada, transmuta o mesmo em um lugar para cada um de nós. (p. 155)

¹⁸ Cf. Guimarães, S. T. L. Reflexões a Respeito da Paisagem Viva, Topofilia e Topofobia à Luz dos Estudos Sobre a Experiência, Percepção e Interpretação Ambiental, 2002.

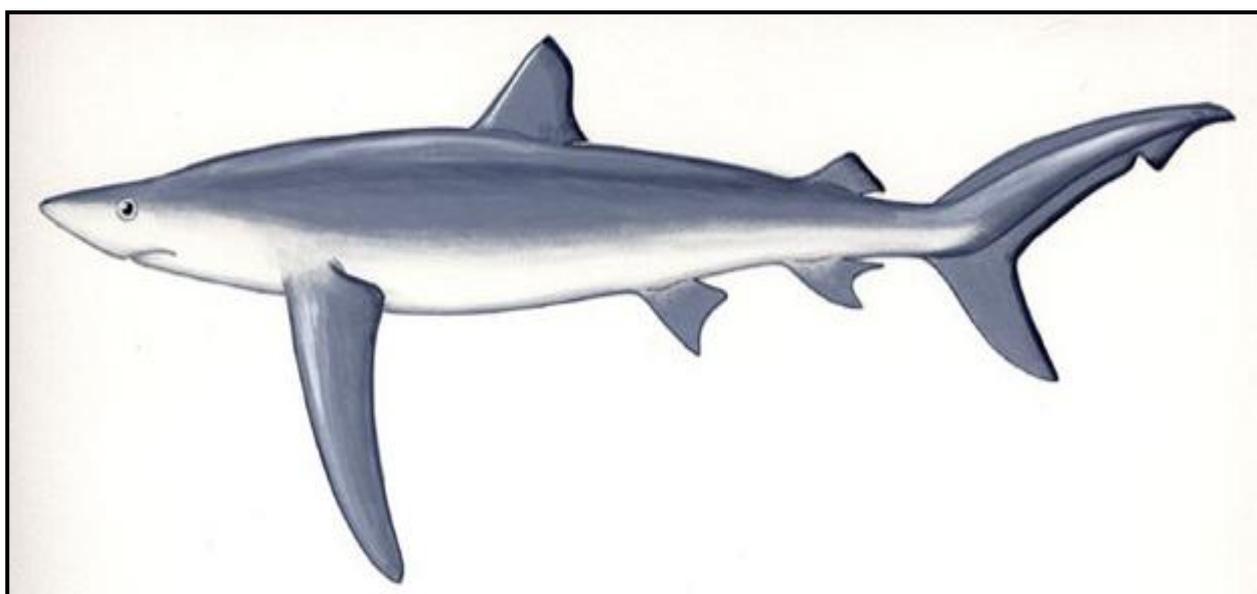
Deste modo, temos que a identidade insular e marítima das crianças está “fundada” na paisagem terrestre e aquática. O espaço é sua referência no estabelecimento do seu modo de vida. Essa referência e experiência construídas no lugar e no vivido decorrem sob certos aspectos, do conhecimento e das reflexões envolvidas na sua aquisição, na apreensão dos seus significados. Neste sentido, a exemplo das observações acerca do tubarão, podemos continuar a discussão a partir do desenho e da figura a seguir (Figuras 38 e 39):

Figura 38 - Desenho: Tintorera ou Tubarão Azul



Autor: Altair, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Figura 39 - Tubarão Azul



Fonte: University of Michigan, 2006

(Disponível em: <http://animaldiversity.ummz.umich.edu>, acesso em: 15/12/2005)

Começemos nossa análise dessa forma de saber ambiental, com alguns dados oriundos da Zoologia, sobre o tubarão representado nas imagens acima (Figura 38 e 39):

Tubarão-Azul (*Prionace glauca*)
Classe: Condriichthyes
Ordem: Carcharhiniformes
Família: Carcharhinidae
Nome científico: *Pseudoplatystoma coruscans*
Nome vulgar: Tubarão-Azul
Categoria: Ameaçada

Esta espécie cresce até 4 metros. Alimenta-se, geralmente, de lula mas ele pode comer qualquer coisa. Habita todos os mares do mundo. São vivíparos. Esses animais geram de 4 a 135 filhotes. O número de filhotes cresce proporcionalmente ao tamanho da mãe, ou seja, quanto mais velha a mãe mais filhotes ela gera. A gestação dura um período de um ano. Fêmeas atingem a idade madura com cinco anos de idade.

O tubarão-azul possui esse nome devido a sua cor azul. Ele possui grandes olhos, e uma longa nadadeira peitoral e cresce até 4 metros. Ele adora o mar aberto e raramente se aventura ficar muito perto da costa ou dos humanos. Eles viajam milhares de milhas por ano, se alimentam de lula e pequenos peixes em qualquer lugar, desde a superfície até 450 metros de profundidade. Apresenta pele lisa, seu corpo pequeno faz com que ele tenha um nado gracioso. Seus dentes são pontudos e serrados. Eles são considerados os menores tubarões entre os ditos "Grandes Tubarões". (Fonte: AMBIENTE BRASIL, 2006).

Altair desenhou o que conhece (Figura 38), o tubarão azul, ou como o nomeia "Tinturera" (nome popular da região litorânea sudeste-sul do Brasil), o qual faz parte das suas experiências e interpretações a respeito do meio ambiente em que vive. Notemos a semelhança dos dois tipos de representação (Figuras 38 e 39), as nadadeiras e a calda têm grande semelhança, e percebemos que esse conhecimento da anatomia é ligado diretamente ao modo de vida caiçara, a do pescador, universo no qual as crianças adquirem esses conhecimentos pelo *savoir-faire*, indo às pescarias com seus pais, ajudando a transportar os resultados da pesca, participando da sua comercialização. A criança participa ativamente de sua comunidade, e assim torna-se parte dela, criando laços através dos conhecimentos e sentimentos pertinentes a sua cultura e a sua paisagem.

Seguindo na questão, a maritimidade que se faz presente e o conhecimento demonstrado só são possíveis pela ação da insularidade, que motiva a extensão da vida em direção ao Oceano, causando a maritimidade, que abarca também os conhecimentos necessários à vida sobre as águas, como as práticas comerciais, artesanais (pesca) e simbólicas.

Esta questão sobre o conhecimento é re-afirmada no desenho seguinte (Figura 41), que além do elemento principal, o peixe (Figura 40), possui a representação da fauna aquática (Figuras 42) e da própria água, pois sua ausência não permitiria a existência desses elementos. Assim a representação da água se dá através de traços claros no sentido horizontal, e pelas bolhas vindas da respiração do peixe.

Figura 40

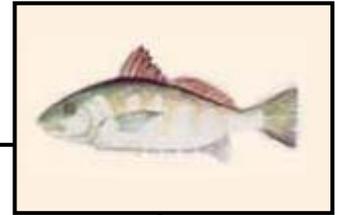
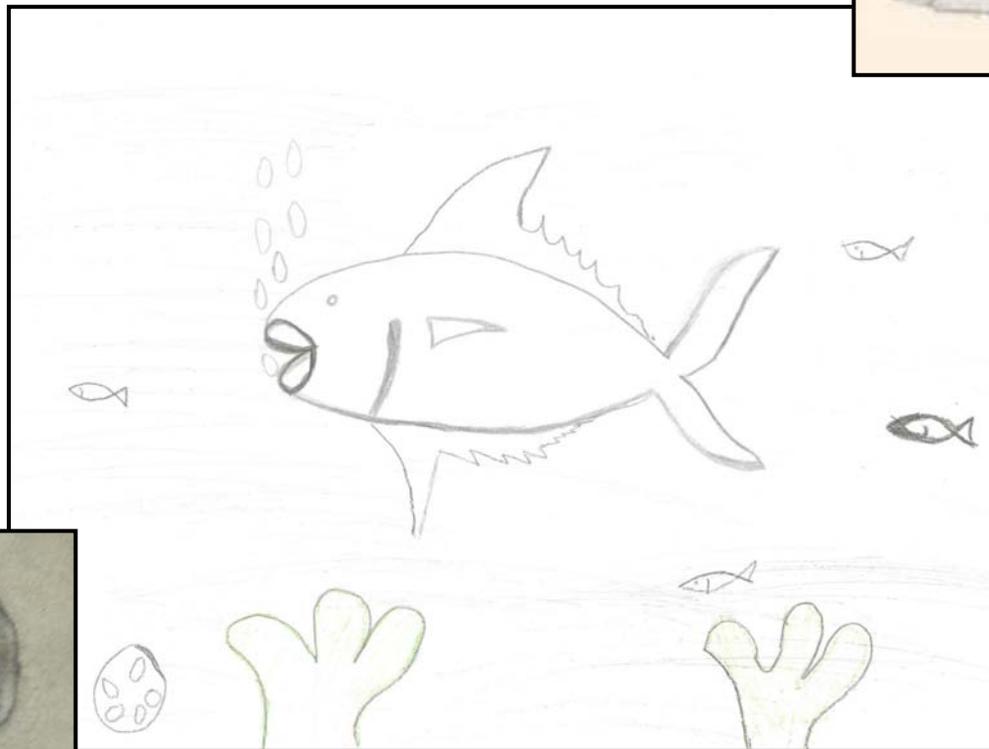


Figura 41 - Desenho: Miraguaça no Oceano “Mar de Fora”



Ver nota¹⁹

Figura 42



Ver nota²⁰

Autor: Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

O desenho nos apresenta o peixe Miraguaça ou Miraguaia, do qual ressaltaremos as características biológicas num momento posterior em outro contexto. Entretanto, destacamos que sua importância no arcabouço de conhecimentos da criança já é clara, e essa representação vem acompanhada de outros elementos além do peixe principal: peixes menores e outros elementos da fauna marinha (algas e Bolacha-do-mar); e o elemento essencial para que essa paisagem imaginativa possa existir - a água - que tem a propriedade da “imaginação material” (BACHELARD, 1997, p.1). Extraímos daí a importância onírica dessa representação, de acordo com a análise de Bachelard (2002, p.15):

Uma imaginação que se liga inteiramente a uma matéria específica é facilmente valorizante. A água é o objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza. Que seria da idéia da pureza sem a imagem de uma água límpida e cristalina, sem esse belo pleonasma que nos fala de uma água pura? A água acolhe todas as imagens da pureza. Procuramos, pois, colocar em ordem todas as razões

¹⁹ Figura 40 – Peixe Miraguaia ou Miraguaça, Fonte: Ambiente Brasil, 2006.

²⁰ Figura 42 – Bolacha-do-Mar, Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 02/2006.

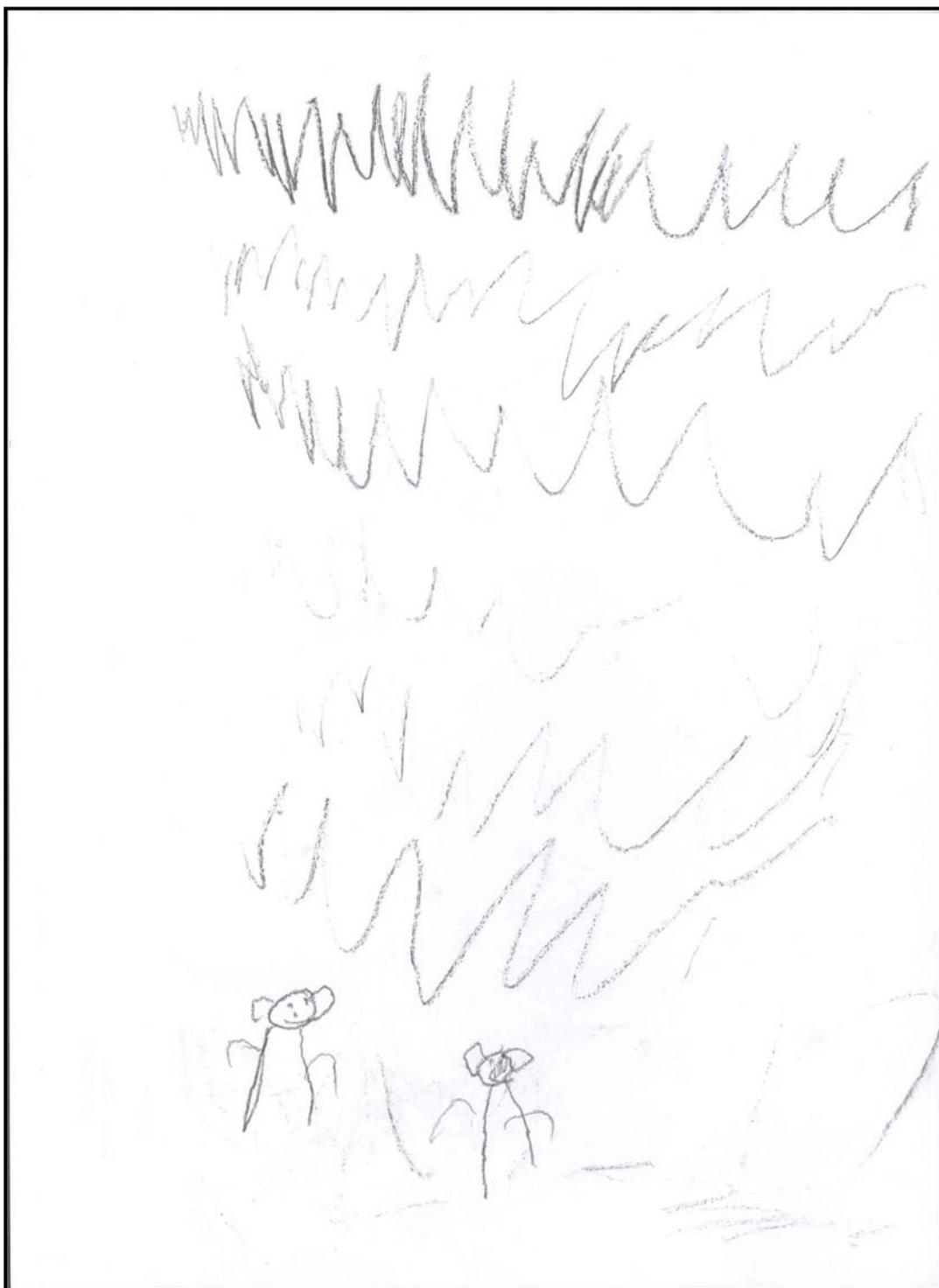
que fundamentam o poder desse simbolismo. Temos aqui um exemplo de uma espécie de *moral natural* ensinada pela meditação de uma substância fundamental.

Á água representada no desenho é límpida e transparente, permitindo a visão através dela. Ao representá-la dessa maneira, a criança, como mostrou BACHELARD, valoriza a pureza e o simbolismo desse elemento material e fundamental. Convém ressaltar o aspecto feminino das águas oceânicas, que soma a valorização da água, atribuindo significado e valor a uma parcela do espaço, valor este onírico, constatando-se assim a relação água e lugar a partir da valoração onírica.

O “Mar de Fora” é representado de diversas formas: indiretamente, através dos peixes e da vida marinha, ou dos barcos pescando; e diretamente, pela presença do seu elemento constituinte, a água, sendo uma realidade complexa e abstrata, ao mesmo tempo em que é física e simples.

Por outro lado, temos as representações femininas do Oceano, que privilegiam a praia em detrimento ao “Fora”, do mar aberto, como no desenho da autora Natália, que representou a si própria e sua amiga, Larissa, também participante da pesquisa, brincando na praia, destacando-se no desenho as ondas (Figura 43), que podemos relacionar com a foto das praias do trecho sul da Ilha do Cardoso (Figura 44):

Figura 43 - Desenho: Meninas Brincando na Praia



Autora: Natália, 4 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Figura 44 - Foto: Praias do Trecho Sul da Ilha do Cardoso



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

Essa representação leva-nos de volta à questão anteriormente mencionada, a de que as meninas geralmente têm preferência paisagística pela Ilha, onde a insularidade é mais forte e prevalece se contrapondo à maritimidade. Como o espaço vivido por elas é muito mais a ilha, quando se referem ao Oceano, remontam à praia. O espaço experienciado constitui muito mais a própria ilha, como espaço vivido, aprofundando a insularidade e contribuindo para a manutenção de seu modo de vida ilhéu. O desenho nos remete novamente ao espaço topofílico e topofóbico; enquanto uma das crianças representadas se diverte, dando risada, a autora representou a outra criança com expressão de medo. Mesmo que esta representação, necessariamente, não tenha sido consciente, demonstra os múltiplos significados do ambiente e das possíveis ambiências da praia.

Toda essa gama de saberes das crianças demonstra o domínio dos seus espaços e sua valoração, principalmente do espaço vivenciado no imaginário, repleto de conhecimentos concretos vindos das experiências ambientais, do *savoir-faire*, e do próprio modo de vida que privilegia a permanência e continuidade destes saberes, mantendo uma relação de proximidade com o meio ambiente, necessária às construções sociais, simbólicas e econômicas.

Mas esse conhecimento não é compartimentado, tem influência e influencia em uma outra dimensão de conhecimentos e, conseqüentemente, essas experiências constroem e estruturam o lugar “Rio de Dentro”.

3.3.2 RIO DE DENTRO

Consideramos o “Rio de Dentro” (Canal do Ararapira) como local privilegiado das relações sociais e econômicas, em cuja área são desenvolvidas as práticas cotidianas ligadas diretamente às práticas simbólicas, sendo o local de saída para o “Mar de Fora”. Representa o início do simbolismo marítimo ao mesmo tempo em que é um espaço vivido diário. Profano no sentido de espaço comum, mas vivenciado e experienciado no modo de vida insular, a riqueza desse espaço é representada na relação do rio com a ilha, com as embarcações fundeadas e o próprio continente nas representações da escarpa da Serra do Mar.

O Rio também é fonte de alimento e a pesca é comum em suas margens e em seu leito principal. Neste sentido, as percepções ambientais relativas ao rio estão ligadas, sobretudo às vivências ambientais e à apreciação da paisagem que [...] *é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos.* (TUAN, 1980, p. 110). Deste modo, é nas experiências passadas que encontramos a valoração do espaço vivido, e, como exemplo, lembramos aqui um evento ocorrido que ilustra essa questão, referente à pesca de um peixe raro no local e que possui grandes proporções, o peixe Mariguaça (conhecido também como Miraguaia). Este peixe que faz parte do imaginário e da vivências das crianças, foi uma pesca concretizada pelos pais de Altair e Renato, que a partir do evento vivenciado elaboraram quadros com as escamas do peixe (Figura 45):

Figura 45 - Foto: Altair e seu Quadro do Peixe Miraguaia



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

Nome científico: *Pogonias cromis*.

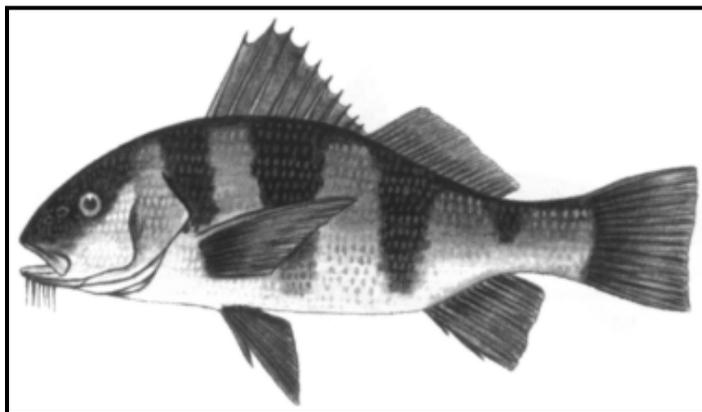
Habitat: Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul (do Amapá ao Rio Grande do Sul). Mais comum nas regiões Sudeste e Sul.

Detalhes: Peixe de escamas.

Espécie costeira; vive sobre o fundo da areia, lodo ou cascalho, principalmente em áreas estuarinas próximas a rochas e em canais. Alimenta-se de moluscos, principalmente mariscos, crustáceos e peixes. Migra para águas mais quentes durante o inverno, época da reprodução, quando pode ser encontrada junto a costões rochosos.

(GUALITORALSUL, 2006).

Figura 46 - Peixe Miraguaça ou Miraguaia



Fonte: Guialitoralsul, 2006

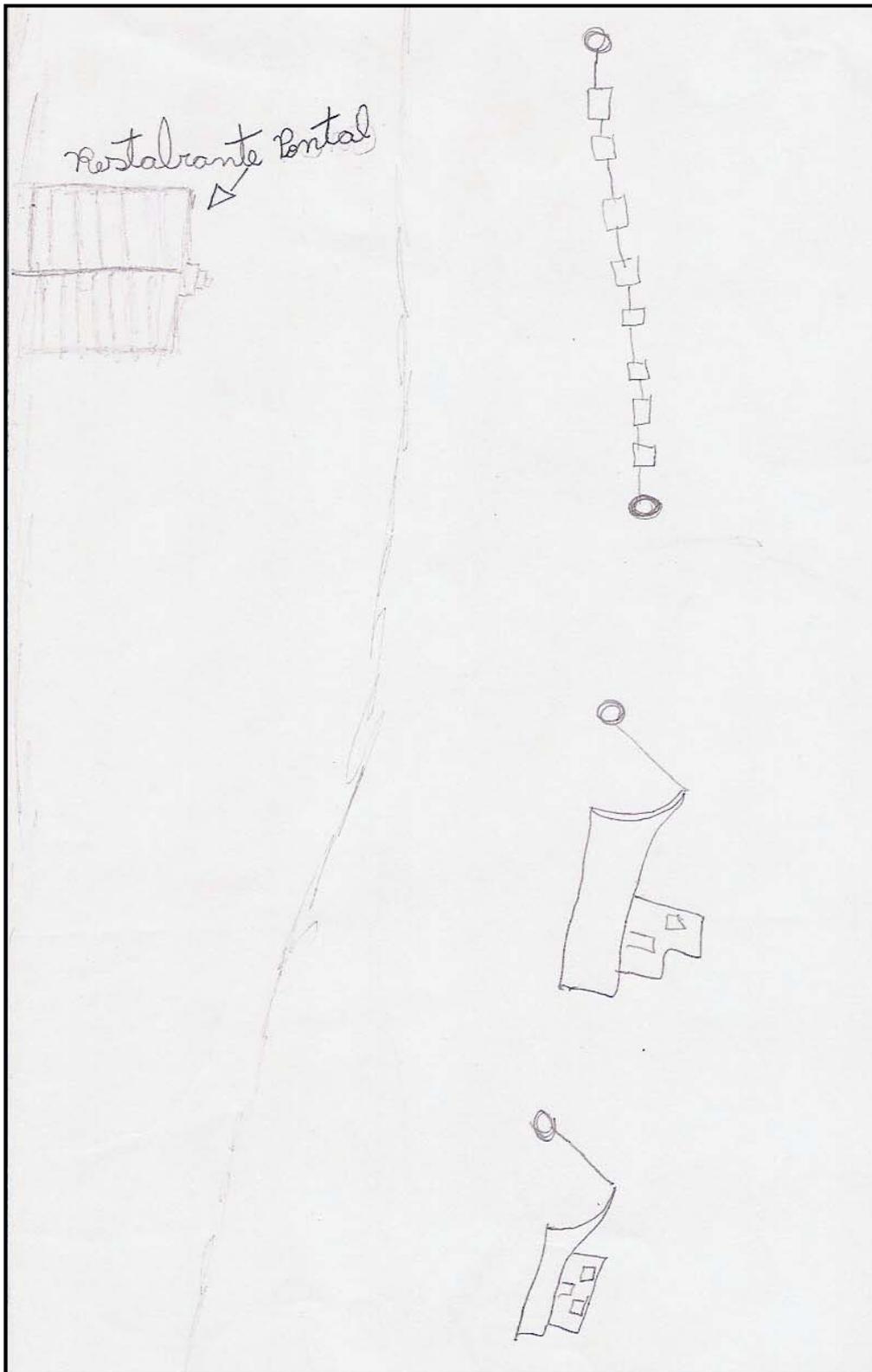
(Disponível em: <http://www.guialitoralsul.com.br/>, acesso em 10/01/2006)

Nesse sentido, o Rio ganha importância como *locus* da apropriação e percepção de fatos cotidianos que vão formar e integrar a memória, ou seja, matéria prima das interpretações ambientais, as quais mantêm relação com os significados, pois “A percepção da criança é configurada pelos significados culturalmente produzidos e seu desenho é indicativo disso”. (FERREIRA, 2005, p. 35).

A representação a seguir (Figura 47), do autor Altair, apresenta a insularidade que a ilha ocasiona, conseqüentemente, o espaço vivido encontra-se em inter-relação com as águas, sendo o espaço vivido e o canal do Ararapira referentes ao mesmo local representado pelo autor, o “porto” da comunidade, onde os barcos são fundeados e as trocas sociais e econômicas ocorrem. Outro elemento que representa o cotidiano da Ilha é a representação do Restaurante da Associação das Mulheres dos Pescadores (na ocasião, em 2005, recentemente inaugurado), proporcionando à comunidade um ponto de encontro entre seus membros, além do aspecto econômico que representou para o orçamento das famílias participantes (Figura 48).

Um outro aspecto que nos leva à reflexão sobre as mudanças na cultura caiçara, que se transforma com a influência da modernidade, através da assimilação de novas técnicas e tecnologias, diz respeito à criação de mexilhões (aqüicultura), sempre representada nos desenhos que se referem ao “Rio de Dentro”. Neste contexto de análise, vemos que o simbolismo em torno desse recurso hídrico modifica-se ao longo do tempo - se antes era fonte de peixes e essencial às comunicações, hoje também é a extensão da ilha em termos de local que necessita de manutenção, como no exemplo de uma área de cultivo agrícola, que outrora era atributo da mulher, já a criação de mexilhões é responsabilidade dos homens, que por sua vez representam suas famílias, significando que esta nova alternativa de sustento e economia direciona a comunidade à neotradicionalidade.

Figura 47 - Desenho: Porto e Restaurante Pontal



Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Figura 48 - Foto: Restaurante Pontal do Leste e Canoas (Porto do Canal do Ararapira)



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 01/2005

A propósito desta nova atividade, a aqüicultura (Figura 49), torna-se interessante sua relação com os meios oficiais, como a Legislação Ambiental, que leva em conta seu nível de transformação (impacto) ambiental, de modo a permitir um manejo que contribua para a conservação dos recursos hídricos. Assim, definimos aqüicultura com base na Legislação Ambiental, que conceitua o termo através do Decreto N° 49.215, de 7 de Dezembro de 2004, Artigo 2° do Governo do Estado de São Paulo, que estabelece a gestão costeira do Litoral norte de São Paulo:

- I - Aqüicultura: cultura de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida;
- II - Aqüicultura marinha de baixo impacto: cultivo de organismos marinhos de interesse econômico, em áreas de até 2.000,00m² de lâmina d'água por produtor, respeitada a legislação específica que disciplina a introdução, reintrodução e transferência de espécies; (SÃO PAULO, 2004)

Figura 49 - Foto: Aqüicultura - Criação de Mexilhão



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 01/2005

Figura 50 - Foto: Porto da Comunidade Pontal do Leste e Barcos Fundeados



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2006.

Essa atividade altera o modo de vida da comunidade (Figura 50), como um todo, constituindo-se, ao mesmo tempo, em algo negativo ou positivo, porém, não se apresenta como propósito deste trabalho, tendo em vista que nosso questionamento gira em torno de como essa atividade altera a percepção ambiental da comunidade, em especial das crianças.

No desenho seguinte (Figura 51), a escuna, uma embarcação bela e de dimensões avantajadas, é percebida por sua imponência, se comparada aos barcos de pesca tradicionais, estimulando as crianças no sentido de aspirarem participar ativamente das relações com a água. Ser capitão de uma embarcação como essa faz parte do imaginário, dos sonhos relativos ao futuro de muitos dos meninos. A representação da escuna é interessante também pelos seus detalhes, como o leme e o casco da embarcação, partes que normalmente não teriam visibilidade direta, mas que demonstram o conhecimento da criança, que para isso utiliza artifícios como desenhar a escuna sobre a água.

Figura 51 - Desenho: Escuna

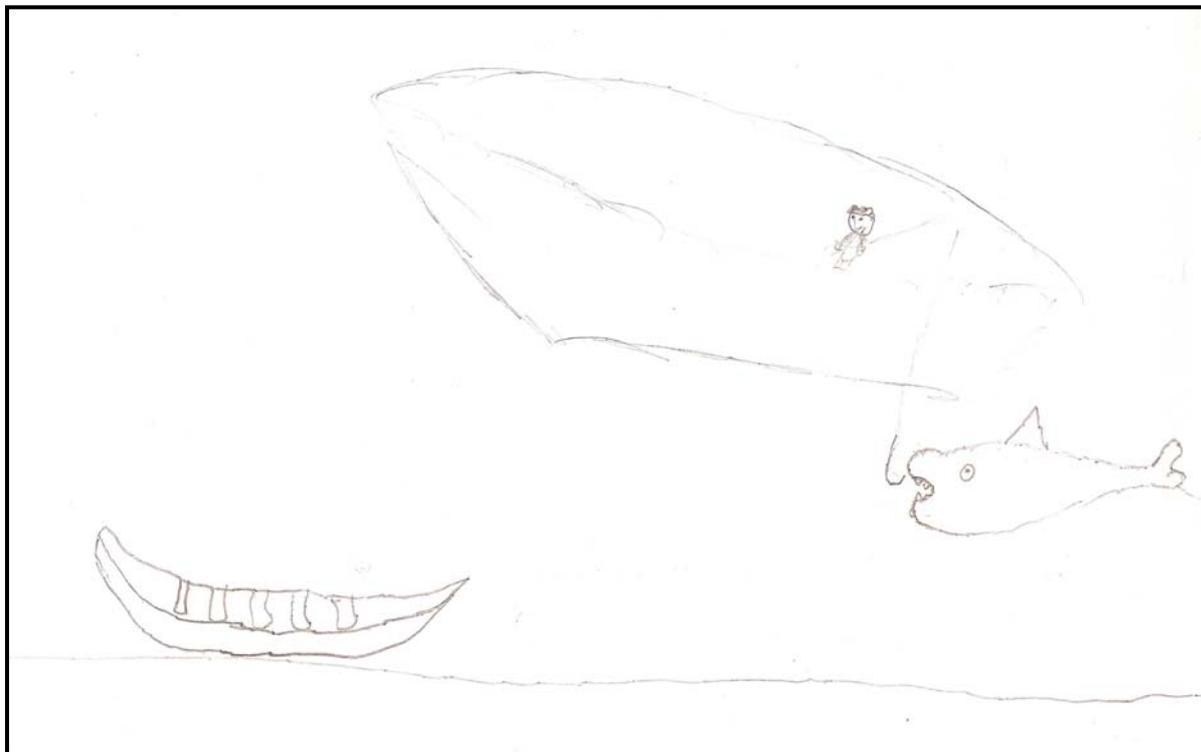


Autor: Renato, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

É interessante ressaltar a canoa, pois esta é um símbolo da concretude da cultura herdada da tradição indígena, contrapondo-se às embarcações mais modernas, principalmente as movidas a motores. Mesmo deixando de ser usada no cotidiano, a permanência do seu simbolismo ainda é muito forte, principalmente para as crianças, que em sua maioria são donas de canoas, ora herdando as canoas antigas do pai pescador, ora construídas especialmente para elas, com participação delas próprias, como é o caso de Altair, que possui uma canoa construída juntamente com seu pai. Destacamos aqui um outro ponto que merece nossa atenção, no que tange às práticas de construção das canoas, que ocorrem sempre na mata (no continente), pois o corte de árvores na ilha é proibido pelo seu *status* de Unidade de Conservação da Natureza. Tal fato impregna muito mais a canoa de simbolismos no imaginário da criança, quase como objeto mediador de um rito de passagem, pois dificilmente é utilizada, visto que atualmente seu uso mais comum é o transporte de pessoas para a comunidade Barra do Ararapira, quando a maré permite, além da pesca no Canal, que apesar de não ser comumente realizada, tem importância especial no modo de vida ilhéu. Outro fato interessante que deve ser ressaltado é que a madeira retirada do continente também pertence a uma unidade de conservação, o Parque Nacional do Superagüi. Assim, o percebido como área proibida é muito mais a ilha do que o

continente, pela distância da mata pertencente à ilha (porção norte), pelos símbolos que a rodeiam, além da fiscalização que se faz mais intensa na PEIC.

Figura 52 - Desenho: Pessoas Pescando em um Barco e Canoa Fundeada



Autor: Thauann, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

Como no desenho de Thauann (Figura 52), o barco que apresenta maiores proporções tem preferência na pescaria, demonstrando maior facilidade na pesca dos peixes “grandes”, como o tubarão representado. As canoas, mesmo com todo o seu simbolismo, são deixadas às “margens”. Um aspecto do relevo inerente ao Canal do Ararapira é a formação rochosa da escarpa da Serra do Mar. Na garatuja a seguir podemos visualizar a percepção e representação acerca de toda a importância e beleza cênica que essa paisagem proporciona, que como a própria autora mencionou no título de seu desenho, *são as montanhas atrás do rio*:

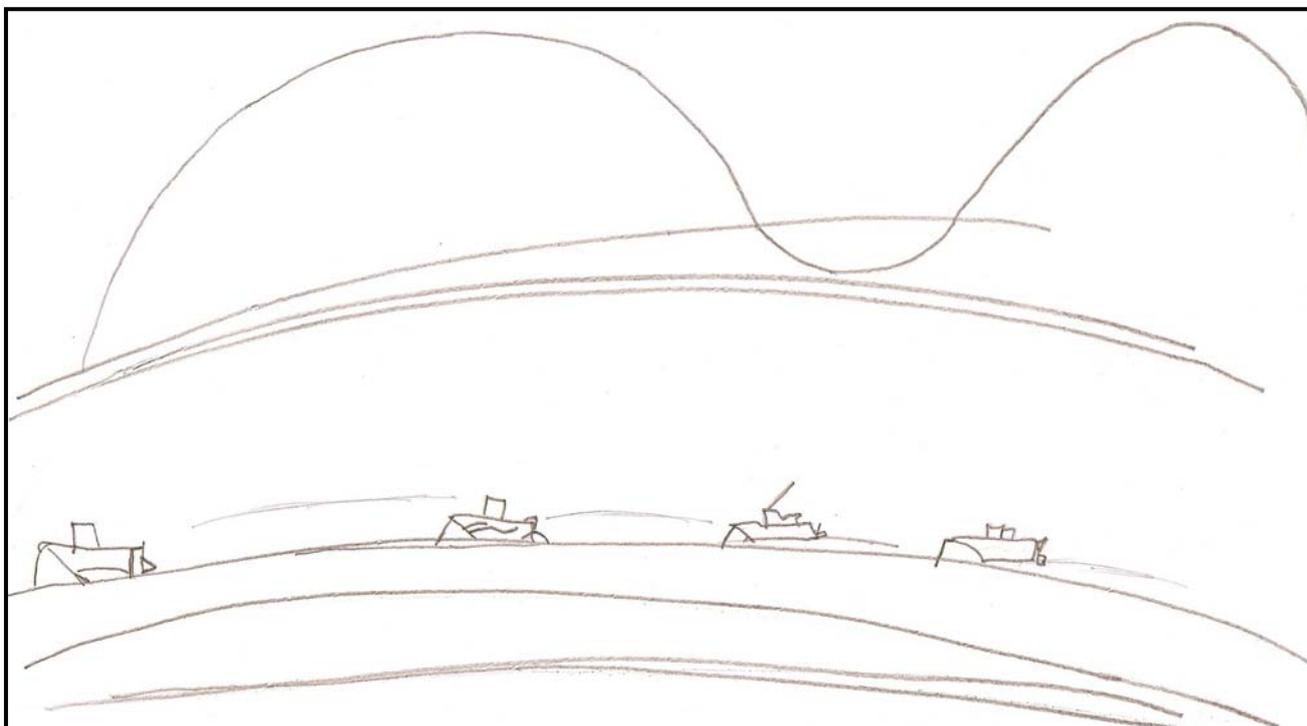
Figura 53 - Desenho: Montanhas atrás do Rio



Autora: Larissa, 4 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

Podemos avançar nesta mesma questão, se compararmos os desenhos da autora Larissa (Figura 53) e do autor Renato (Figura 54):

Figura 54 - Desenho: Rio de Dentro



Autor: Renato, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 01/2005

As formações rochosas são representadas nos desenhos, bem como o próprio Canal do Ararapira, mas o diferencial se configura quando o autor Renato representa os barcos fundeados, e, além disso, representa também diversos tipos de embarcações, remetendo-nos ao seu conhecimento sobre esse assunto. Nota-se que os barcos estão voltados para a saída que leva ao “Mar de Fora”, como na maioria dos desenhos masculinos respectivos às embarcações representadas no canal, levando-nos a crer que a beleza cênica nessa representação é menos importante que na representação anterior (Larissa, Figuras 53 e 55), a qual ressalta com traços fortes e firmes o modelado do relevo e possivelmente a mata (escolha da cor verde). A autora lembra-nos da relevância e valorização da paisagem e dos seus atributos. Já Renato nos leva à valorização do ambiente aquático e dos seus atributos materiais e simbólicos (Figuras 54 e 56).

Figura 55 - Foto: Escarpa da Serra do Mar



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2003.

Figura 56 - Foto: Escarpa da Serra do Mar



Fotografia: Davi Gutierrez Antonio, 2005.

Outro tema de vital importância na análise e interpretação do conhecimento produzido pelas crianças é o da fauna ligada ao “Rio de Dentro”, como por exemplo os botos, que são atração para os turistas e estão presentes no cotidiano das crianças. No desenho seguinte temos uma representação pictórica do boto, observando-se mais uma vez a necessidade da representação total do que se quer representar, fazendo o autor desenhar o “objeto” totalmente fora da água, embora esta não tenha sido esquecida pelo mesmo. Para termos comparativos das semelhanças, temos o mesmo animal da fauna pluvial na foto ao lado do desenho do autor (Figuras 57 e 58).

Figura 57 - Desenho: Boto



Autor: Thauann, 01/2005

Figura 58 - Foto: Boto



Fotografia: Fundación Omacha, Colômbia

(Disponível em:

<http://csiwhalesalive.org/csi03111.html>;

acesso em: 15/03/2006)

3.4 ENCONTRO DAS ÁGUAS

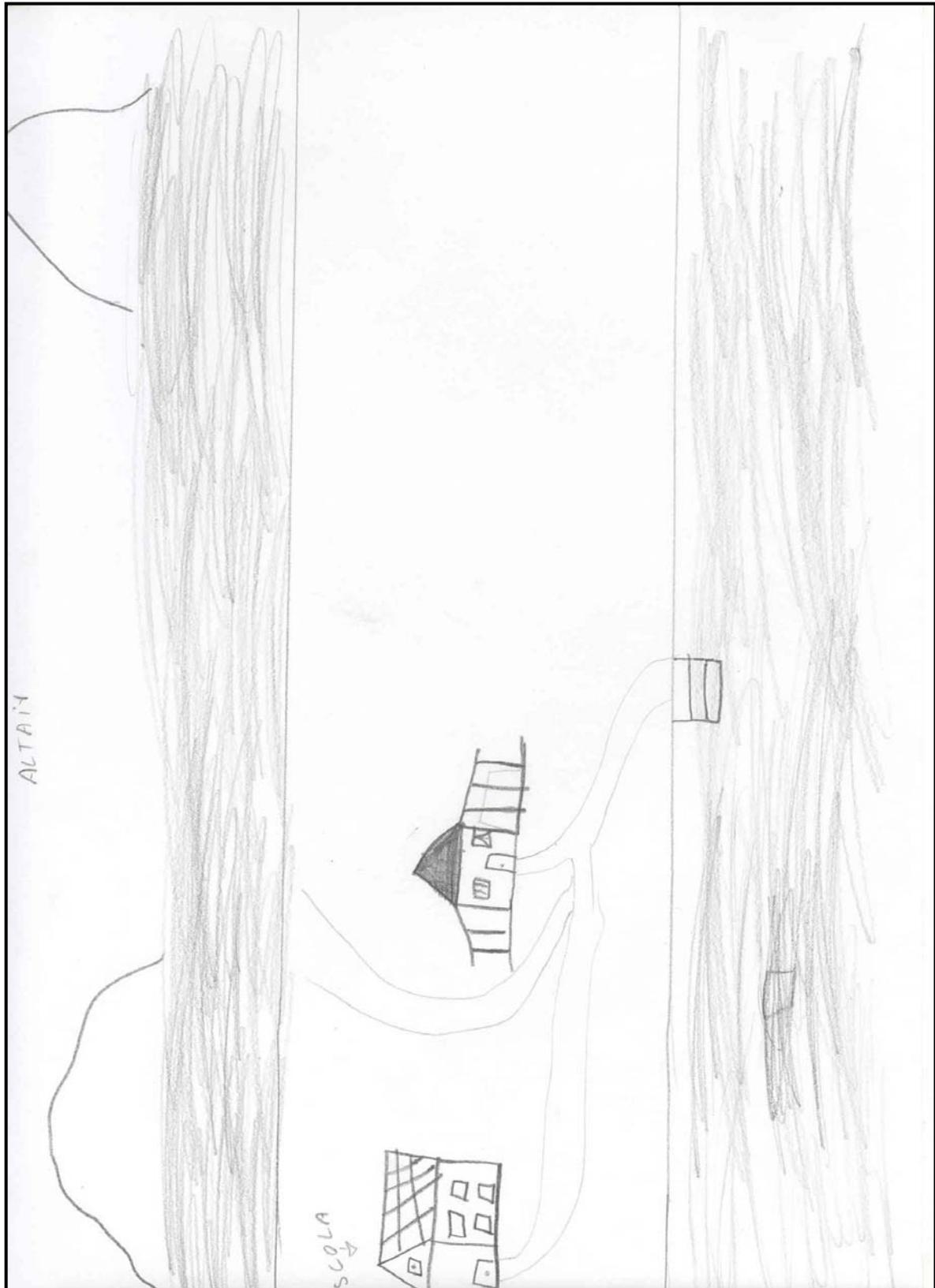
Temos neste momento dois objetivos, que serão realizados conjuntamente. O primeiro de realizar uma reflexão das análises apresentadas anteriormente, sobre as representações que envolvem o elemento água em suas duas formas: o Oceano Atlântico e o Canal do Ararapira. Num segundo momento, realizaremos a análise conjunta de todas as formas de representação (“Mar de Fora”, “Rio de Dentro”, e o Encontro das Águas), de modo a realizarmos uma aproximação com a totalidade inerente ao elemento material água, e distinguirmos os espaços do vivido e os lugares.

Tanto o espaço vivido do “Mar de Fora”, que se torna lugar em suas pausas, como o do “Rio de Dentro”, que constitui a própria pausa, se revestem do sentido de lugar, através dos aspectos que são vivenciados e experienciados na sua integridade, estando intimamente interligados, numa relação simbiótica. Essa relação é representada nos desenhos que apresentam simultaneamente estas duas formas do mesmo elemento (Figuras 59 e 60).

Estes desenhos foram elaborados a partir da solicitação do pesquisador para que as crianças desenhassem um mapa mental referente ao trajeto casa-escola. A união dessas representações (Oceano e Rio) só foi possível através da representação do mapa mental, verificando-se que tanto nos desenhos livres como nos desenhos orientados não houve a união desses elementos. Isso nos leva a ressaltar a importância da análise de mapas mentais em trabalhos de percepção e interpretação ambiental, pois somente assim as crianças puderam unir símbolos que são ligados, mas distintos, numa mesma representação.

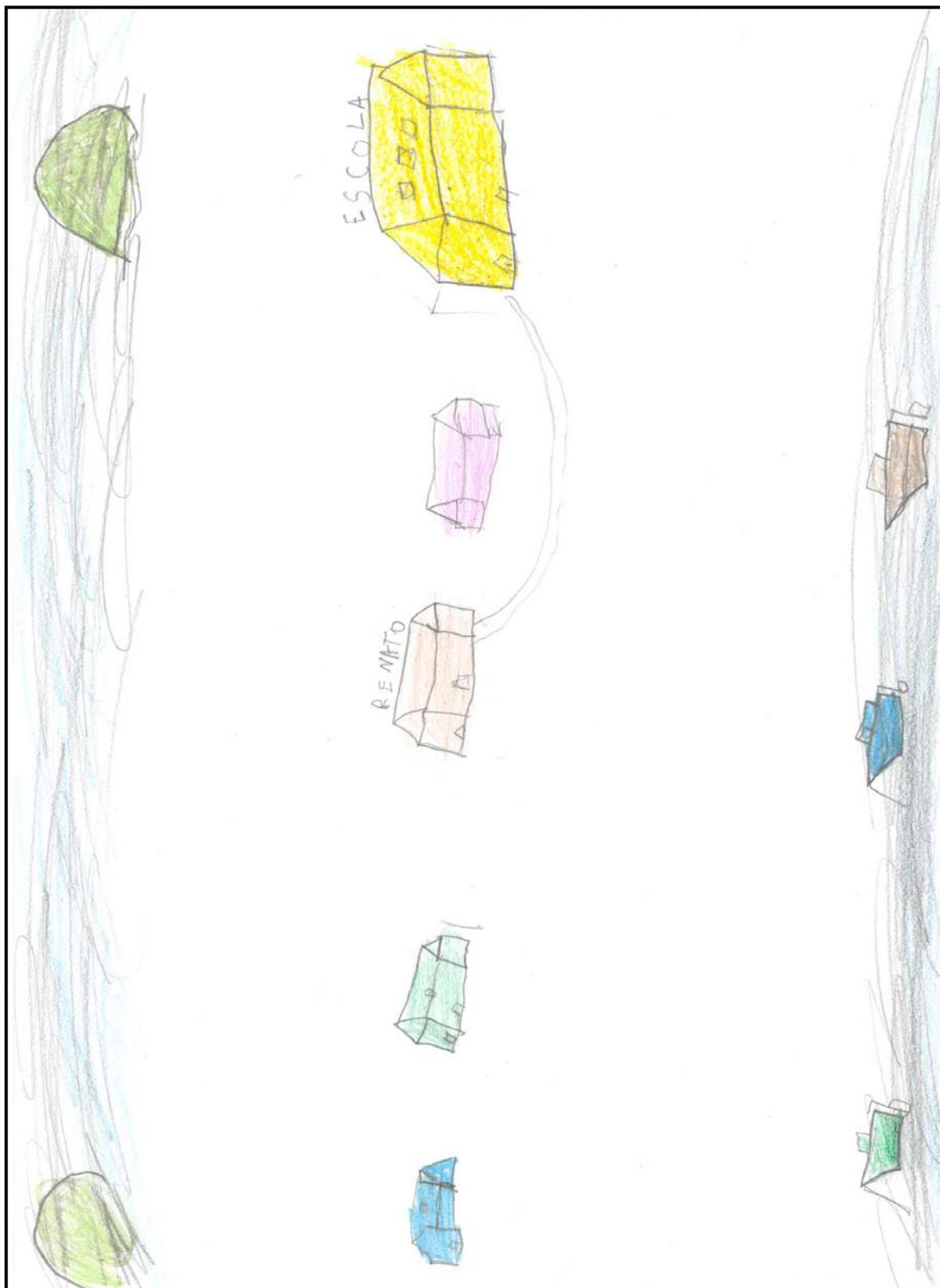
Nos dois desenhos a Ilha é representada como uma faixa retilínea e estreita, que tem suas fronteiras laterais bem definidas, e a porção de superfície terrestre é limitada ao domínio cognitivo que a criança possui do seu território. A ausência de detalhes na representação da Ilha (superfície terrestre), é concernente ao modo de vida ilhéu, pois, através da maritimidade, a Ilha perde força na representação simbólica, principalmente dos meninos, como é o caso dos desenhos. Já a superfície líquida ganha vida, nos traços fortes do desenho de Altair, ou no colorido do desenho de Renato.

Figura 59 - Desenho: Mapa Mental Trajeto Casa-Escola



Autor: Altair, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 08/2003

Figura 60 - Desenho: Mapa Mental Trajeto Casa-Escola



Autor: Renato, 10 anos, Comunidade Pontal do Leste, 08/2003

Nos dois desenhos fica clara a relação do Rio com a pausa – o lugar. No primeiro (Figura 59), o desenho do porto nos traz a idéia de um local seguro de parada. O porto é visto dessa forma, como entrada e saída, mas principalmente como parcela do espaço onde a segurança é maior. No desenho seguinte (Figura 60), os barcos estão no rio, mas fundeados, indicativo das considerações tecidas sobre o primeiro desenho, ou seja, a porção que o porto abrange no rio pode ser interpretada como a pausa, local de parada e segurança, que quando vivenciado e experienciado pela comunidade tem as qualidades do lugar:

EXISTENTIAL INSIDENESS²¹: A situation involving a feeling of attachment and at-homeness. Place is "experienced without deliberate and self-conscious reflection yet is full with significances." One feels this is the place where he or she belongs. The deepest kind of place experience and the one toward which we probably all yearn. (SEAMON, 1996, p. 6)²²

Desenvolvendo a questão, temos que o Rio, mais precisamente na região do porto, faz parte do espaço ilhéu, sendo um alargamento do espaço terrestre, pois a finitude do espaço (insularidade) que poderia restringir a vida e seu desenvolvimento é reduzida pela expansão do modo de vida em direção à água. Assim, a criança sente-se “dentro” do lugar, sendo a água único elemento que pode transformar a metáfora “dentro” em realidade.

Por sua vez, o Oceano, que é simbolicamente mais representativo, é vivenciado no imaginário e nas práticas sociais que acontecem sobre suas águas - espaço do movimento (barcos), É também lugar da pausa (pescaria), local das aventuras, cuja imensidão é fonte de imagens oníricas abundantes em representações simbólicas. Podemos notar essa relação no desenho do autor Altair (Figura 59), onde o caminho que percorre a Ilha se abre ao oceano, abrindo também as possibilidades que o envolve na descoberta de outros horizontes.

Essas considerações são oriundas das representações das crianças, que por sua vez as construíram a partir de suas percepções e posteriores interpretações do meio ambiente que as rodeiam, ou seja, sua percepção não é dissociada da sua forma de reprodução social, principalmente no tangente ao seu modo de vida. A percepção das crianças é direcionada pelo sentido principal, a visão, e esse *status* é assegurado por sua tradicionalidade, onde a visão é o meio essencial para manutenção de sua vida (pescarias).

²¹ Conceitos de *Insideness e outsideness* – Quanto mais o indivíduo atribui significados e importância, sentindo-se parte do ambiente mais converte o “espaço” em “lugar”, onde encontramos o sentimento de “*insideness*”. No sentido oposto encontramos a idéia de “*outsideness*”, que é o sentido de separação e disjunção ou não pertencimento do e no lugar, o que resulta na transformação do lugar em espaço. (Relph, 1976).

²² Tradução Livre do Autor: *Lugar da Existência (Existential Insideness): Uma situação que envolve a sensibilidade da ligação com o lar (homeness). Lugar é “é experimentação sem reflexão deliberada do eu-consciente contudo está repleto com significantes.” Um sentir que este é o lugar onde se pertence. A experiência mais profunda do lugar, é para nós todos, o que provavelmente desejamos. (SEAMON, 1996, P. 6).*

Deste modo, a percepção pode ser associada à própria imagem, estando presente nas representações simbólicas construídas pelas crianças: seus desenhos.

A noção de percepção está comprometida com a noção de imagem. Esta propicia um feixe de significações do percebido. Podemos elevar o sentido do olhar e do desenhar às idéias de “fábrica de imagens”, ou então “fábrica de significações (DERDIK, 1989, p. 112). O desenho “fábrica de imagens” conjuga elementos oriundos do domínio da observação sensível do real e da capacidade de imaginar e projetar, vontades de significar. O desenho configura um campo minado de possibilidades, confrontando o real, o percebido e o imaginário. A observação, a memória e a imaginação são as personagens que flagram essa zona de incerteza: o território entre o visível e o invisível (ibid. p.115). (GOLDBERG, 2005 p.102)

Trabalhando com as imagens, devemos associá-las à questão da estética, dando o aporte necessário à continuidade da discussão:

A palavra estética deriva de *aisthesis* que significa sentir, sendo a raiz grega *aisth* sentir com os sentidos. Mais profundamente, pode-se dizer que se refere à capacidade humana de transcender o olhar imediatista sobre as coisas que compõem o mundo. O uso dos sentidos perceptivos leva o ser humano além de um quadro analítico-racional. O *Homo aestheticus* é alguém que “sente com os sentidos”, que está emaranhado nas teias do mundo a que percebe e que com ele se relaciona de múltiplas formas, marcadas pela afetividade, pela emoção, pela memória e, enfim, por todas as capacidades e dimensões que o constroem além da racionalidade. Não objetiva o mundo, mas o percebe poeticamente. E a poesia que permeia sua percepção deriva justamente de sua imersão no mundo. (p. 1)
O que o artista coloca em sua obra parece ser a emoção vibrante, no momento em que ela é vivenciada, traduzindo-a em dissolução de toda forma e consistência, em luminosidade e fluidez. (MARIN, 2006, p. 182)

Os desenhos construídos pelas crianças e analisados como representações simbólicas possuem estética como qualquer outra forma de expressão artística, e ao considerarmos estética no sentido que Marin emprega, observamos que as representações têm em sua essência a validade necessária à análise do espaço ilhéu. Tuan (1980, p.111) reforça a idéia da importância das representações da criança: “*A natureza produz sensações deleitáveis à criança, que tem mente aberta, indiferença por si mesma e falta de preocupação pelas regras de beleza definidas*” .

Guimarães (2002b, p. 135), ao discorrer sobre a paisagem na sua face experiencial, fornece o aporte necessário sobre a origem das percepções e interpretações, que decorrem das preferências e valores ambientais, sedimentando a importância das análises realizadas:

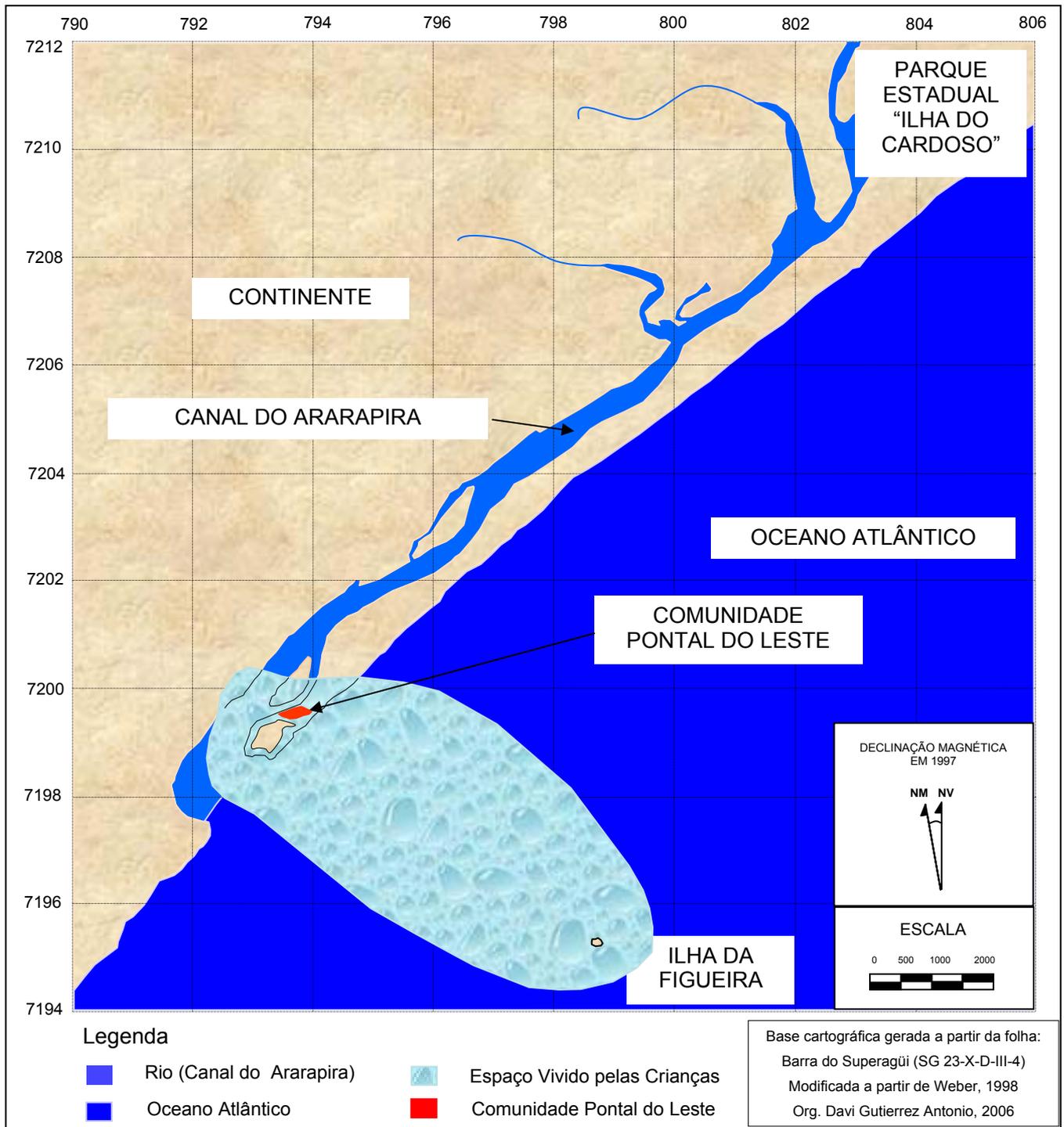
As preferências e motivações paisagísticas decorrentes envolveriam, antes de tudo, elementos pertinentes à experiência ambiental inata ou cultural, de familiaridade ou não, de enraizamento (questões ligadas ao sentido da construção de lugar), de códigos exclusivos à funcionalidade, até aqueles que, ao adentrarem através de profundos significados, resguardam em si universos simbólicos, dimensões não-visíveis, sensíveis, não tangenciadas,

onde mais uma vez, a percepção e a experiência são encontradas em interações provocando novas formas de hierarquização e construção da paisagem vivida.

Assim, temos que as questões levantadas a partir da análise dos desenhos das crianças são oriundas do conhecimento tradicional, ou neotradicional, que as crianças trazem consigo, pois seus desenhos não são cópias da realidade, e sua interpretação é calcada nas informações que possuem e foram transmitidas pela oralidade, pelo *savoir-faire*, pela observação e sobretudo pela participação da criança na cultura caiçara. Deste modo, o desenho como Representação Simbólica é carregado de símbolos e saberes inerentes à cultura ilhéu, envolvendo as relações de maritimidade, insularidade e ilheidade, que caracterizam esse tipo de comunidade neotradicional.

Essas relações, por sua vez, se materializam no espaço, sendo que a maritimidade e a insularidade são passíveis de espacialização, bem como o espaço vivido, e neste sentido a Geografia traz uma importante contribuição para o entendimento e compreensão das relações espaciais. Nesse sentido George (1969, p. 13 e 63) discute e ressalta a importância das imagens cartográficas, como meio de “[...] *localizar no espaço os tempos da vida*”. (p. 63). Assim, ancorados nos princípios básicos da cartografia, é possível a espacialização do espaço vivido (insular ou marítimo) das crianças, a partir de suas representações simbólicas, e desta forma construímos a representação cartográfica a seguir (Mapa 2):

Mapa 2 - Ponta Sul do Parque Estadual Ilha do Cardoso: Delimitação Espacial



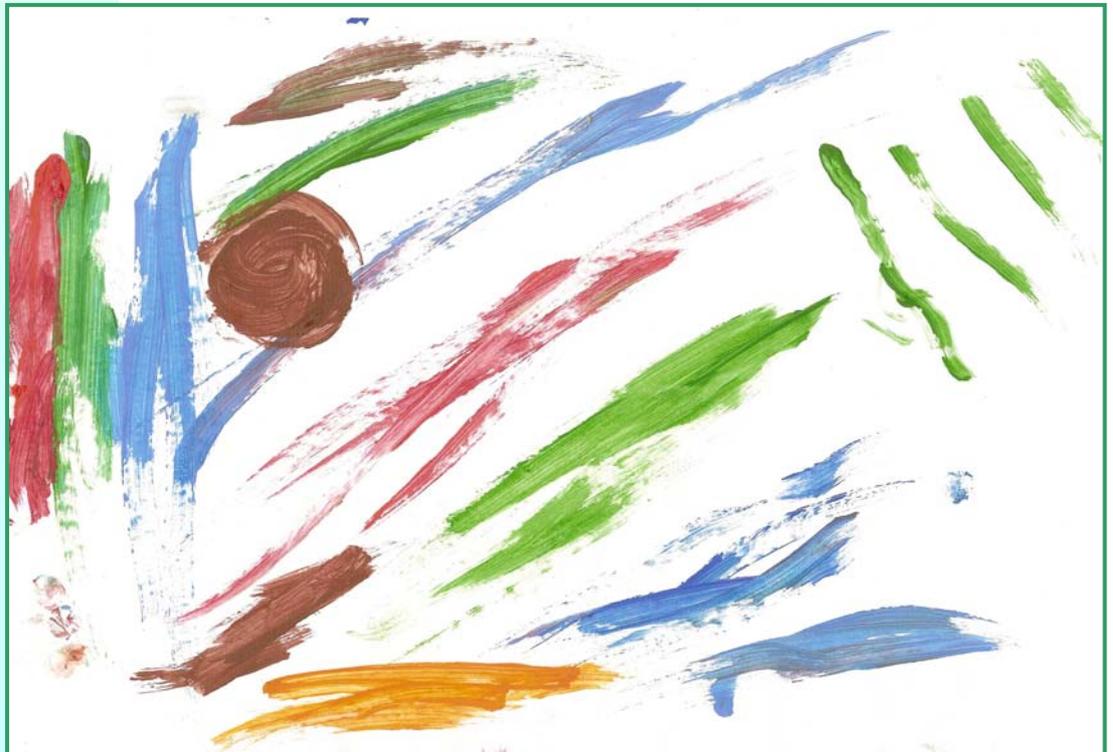
Organização: Davi Gutierrez Antonio, 2006

Visualizamos, com o mapa anterior, a influência da maritimidade em relação ao espaço insular; a finitude do espaço, que propicia o alargamento, a expansão das fronteiras físicas e simbólicas em direção às águas, sejam fluviais ou marinhas, constituindo-se assim no espaço vivido e, por outras vezes, no lugar. Ressalta-se também que a extensão do espaço aquático na dimensão do “vivido” é superior ao espaço terrestre, mesmo sendo este último vivenciado na maior parte do tempo pelas crianças, considerando-se que é no espaço aquático, longínquo e de grande extensão que os símbolos tomam forma, que as aventuras acontecem, que o imaginário navega.

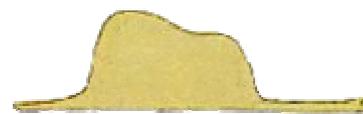
Fundamentados nos aspectos expostos nesse capítulo, através da análise e reflexão das representações simbólicas, construídas a partir dos saberes ambientais e culturais das crianças, somos levados a refletir sobre a relação da valoração do espaço ilhéu vivido, tanto em relação aos seus espaços como aos seus lugares, e o seu significado na conservação dos recursos naturais e culturais. Isso nos leva às questões de como essa paisagem vem sendo conservada - quais as implicações futuras das ações e interferências humanas, e quais as contribuições dos habitantes das comunidades envolvidas no que diz respeito à implementação e à continuidade de práticas conservacionistas. Tal visão nos conduz necessariamente às reflexões sobre as relações e os diferentes olhares pertinentes à valoração e à proteção do meio ambiente, incluindo o papel dos conhecimentos tradicional e neotradicional e a inserção de processos que estimulem a sensibilização e a conscientização ambiental através de programas de educação ecológica, e, sobretudo, que busquem a contribuição do conhecimento tradicional para direcionamentos, visando políticas conservacionistas mais éticas e mais justas em relação à sustentabilidade equitativa e permanente dos recursos de uso comum, no caso em especial, dos recursos hídricos, de forma a propiciar visões onde a chave esteja na *consiliência*. (WILSON, 1999, p.9).

4

*Navegando para a
Conservação Participativa*



4 - NAVEGANDO PARA A CONSERVAÇÃO PARTICIPATIVA



Antoine de Saint-Exupéry

*Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*

Geraldo Vandré

Vislumbramos a conservação participativa no sentido dos atores envolvidos compartilharem o processo de elaboração de medidas e ações conservacionistas de maneira ampla, com a participação dos representantes dos habitantes locais em comitês, órgãos gestores, reuniões setoriais, etc. Mais especialmente, através de uma participação coletiva das comunidades, com atuação e integração de todos os atores locais (crianças, mulheres e homens), envolvendo seus conhecimentos e saberes ambientais, não como informantes que devem apenas revelar seu conhecimento tradicional, mas como cidadãos interessados pela qualidade de seu espaço vivido. Deste modo, os interesses dos formuladores de diretrizes políticas, capazes de intervenções ou de influências que visam ou pretendem visar a conservação e a preservação ambiental, devem considerar os aspectos conservacionistas legais do patrimônio natural e cultural sob uma perspectiva integrada, pois a proteção dessa paisagem é o único meio de proteger também os seus aspectos relacionados às identidades culturais e territoriais, submetidos a contínuos processos de significação e ressignificação concernentes aos seus valores estruturais, setoriais ou subjetivos.

Assim como o processo que antecede a pesca nas comunidades tradicionais — a confecção das redes, preparação das embarcações e a participação coletiva que abarca todo essa atividade, pretendemos colaborar fornecendo subsídios às diretrizes alternativas, contribuindo para a elaboração de planos de conservação e manejo de unidades de conservação ou de outras áreas protegidas, sem, contudo, considerarmos a pesca de fato, bem como a retirada de outros recursos pesqueiros das águas, ou seja, não objetivamos a implementação das ações neste trabalho, mas sim apontar cenários para que outras possibilidades ocorram, de forma a não aproximarmos da realidade ambiental ilhéu, mediante a junção dos conhecimentos científicos e tradicionais, na busca de uma conservação participativa no que concerne aos aspectos teóricos e metodológicos. Neste trabalho,

utilizamos a percepção e interpretação da Natureza, através das experiências ambientais das crianças, como uma forma de indicadores do conhecimento ambiental.

A experiência com a gestão no Parque Estadual “Ilha do Cardoso” (PEIC) de forma participativa já existe, sendo que seu Plano de Manejo contempla estas questões, abrangendo a participação das comunidades tradicionais moradoras da ilha em reuniões setoriais, através do Conselho Gestor do PEIC (órgão consultivo), que tem a seguinte composição: 01 representante de cada comunidade (05 representantes ao total), 04 representantes do Poder Público e 04 representantes do terceiro setor (BRASIL, 2004, p. 131). Deste modo, as comunidades são representadas, inclusive a comunidade participante da pesquisa (Pontal do Leste), e o que se apresenta para análise é até que ponto os representantes neo-tradicionais no conselho gestor representam realmente a comunidade e como podem apreender todo o conhecimento inerente a sua cultura de forma a propor ações mais conscientes e conscienciosas. Assim, buscamos refletir e analisar a questão dos conhecimentos tradicionais aliados ao conhecimento técnico-científico, tendo em vista o estabelecimento de medidas conservacionistas de forma interativa e participativa, através do olhar das crianças, propondo então que, a partir dessa somatória de conhecimentos, as medidas de conservação sejam direcionadas no âmbito do próprio PEIC, assim como em outras Unidades de Conservação (UC), sem, contudo, retirar a importância da participação direta da comunidade nas reuniões gestoras, fato que julgamos essencial e primário para que o tipo de conservação proposta tenha validade e concretização efetiva, pois implica num modo de conviver, facilitando a ações cooperativas mútuas e eqüitativas em todos os níveis e etapas dos processos de decisão.

Entendemos necessária a conceituação dos termos “conservação” e “preservação” da Natureza, bem como suas implicações metodológicas e práticas e sua interpretação legal. Assim, partindo da legislação em vigor, mais precisamente a lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2004), encontramos esta definição estabelecida em seu Art. 2º, inciso II:

Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

Por “preservação” a mesma Lei entende em seu Art. 2º inciso V:

Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (SNUC, 2004)

Nesse sentido, temos que a conservação inclui a utilização racional dos recursos naturais, bem como sua restauração e recuperação, e sob este aspecto podemos lembrar que a cultura neotradicional da comunidade “Pontal do Leste” viveu até recentemente em relativo equilíbrio com o seu entorno, produzindo alterações que não prejudicavam seu modo de vida, realizando a “utilização sustentável”, conservando seu patrimônio natural. É verdade também que as bases históricas para que isso acontecesse mudaram — a modernidade e a pós-modernidade inseriram elementos não presentes anteriormente, não sendo mais possível a manutenção das formas de sustentabilidade dos recursos da forma como vinha ocorrendo. Daí a necessidade emergencial da inserção do conhecimento técnico-científico como condição fundamental para a garantia dos processos de conservação e de preservação, de modo a conciliarmos estes dois níveis de conhecimentos [o tradicional e o científico], visto que, por outro lado, todo o arcabouço de conhecimentos construídos historicamente pelos ilhéus se fazem necessários à conservação, pois como esclarece Begossi (2001, p. 206): “[...] comportamentos culturais tradicionais podem elevar resiliência ecológica, ao prevenir a sobreexploração de sistemas ou ao auxiliar na sua recuperação”.

Outro tema que envolve a discussão é o conceito de preservação, considerado como na lei citada, pertinente aos procedimentos, métodos e políticas que visam a proteção a longo prazo. Assim se torna fecunda a utilização de forma conjunta dos conhecimentos científicos e tradicionais na elaboração e aplicação desses conceitos, bem como sua relação mais próxima com a realidade percebida e interpretada por quem vivencia e tem suas experiências nos locais que são simultaneamente alvos da preservação ambiental. Temos, deste modo, uma participação ativa dos dois lados (moradores tradicionais e pesquisadores/conservacionistas), necessários à elaboração de projetos e à implementação de programas de conservação e preservação ambiental.

Prosseguimos na discussão com a definição da IUCN (1980, apud DIEGUES, 1995, p. 72), sobre conservação:

A conservação se define aqui da seguinte maneira: a gestão da utilização da biosfera pelo homem, de tal sorte que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades e às aspirações das gerações futuras. Portanto, a conservação é positiva, e compreende a preservação, a manutenção, a utilização sustentada, a restauração e a melhoria do ambiente natural. A conservação, bem como o desenvolvimento destina-se aos homens. Enquanto o desenvolvimento procura alcançar as finalidades do homem, antes de tudo mediante a utilização da biosfera, a conservação procura obtê-la por meio da manutenção da referida utilização. Porém, para que não seja contraproducente, o desenvolvimento deverá ser sustentado e a conservação permite obtê-lo.

O conceito proposto pela IUCN aproxima-se da conservação sob a perspectiva de um desenvolvimento ecológico, permitindo-nos compreender que a conservação e o desenvolvimento são muito próximos, bem como a preservação ambiental que atenda às necessidades das gerações futuras, mantendo e priorizando assim os valores de herança e opção relacionados aos recursos paisagísticos naturais e culturais locais, lembrando que somente aliando os saberes científicos e tradicionais podemos nos aproximar de uma realidade ambiental fundada nos princípios e estratégias de sustentabilidade.

Ao considerarmos que o processo de participação não envolve somente participação direta da comunidade nas decisões, mas também a inter-relação do conhecimento dito tradicional com o científico, concordamos com a afirmação de Morin (1999, p. 169), referente às dimensões do conhecimento “*simbólico/mitológico/mágico e empírico/técnico/racional*”, sendo que o conhecimento tradicional comporta o empírico, o técnico e o racional, diferentemente do científico, que não se alia ao simbólico, ao mitológico e ao mágico de forma consciente. Queiroz (2005, p. 190), ao tecer considerações sobre os resultados obtidos na Reserva do Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá (Pará), discute a participação na gestão da reserva, que se revelou importante para a busca da sustentabilidade. De acordo com o autor, ressalta-se, principalmente a questão da comunhão dos conhecimentos:

A participação comunitária na gestão da RDS deve acontecer em vários níveis e sob várias formas: **por meio da agregação do conhecimento tradicional ao científico**, por meio do envolvimento das comunidades em todas as etapas de execução das atividades, e também na determinação a priori (independente da existência de um marco legal mais claro e incisivo) de que a população tradicional local tem prioridade na apropriação dos recursos naturais (ou ao acesso a eles) e na partilha dos benefícios gerados pela biodiversidade. Além disso, este envolvimento também se observa por meio do poder de decisão que as comunidades possuem sobre a gestão dos seus recursos. Todo esse processo participativo é baseado num sistema de capacitação e fortalecimento de lideranças locais, que é realizado através de oficinas de cidadania, cursos de capacitação de liderança e de intercâmbios com outras áreas e instituições para partilha de experiências. (**Grifo nosso**)

Prosseguindo na análise, a somatória, a complementaridade dos conhecimentos se faz necessária à compreensão e interpretação do próprio meio ambiente. Morin (1999) considera a união indissociável desses conhecimentos, assim como Queiroz (2005), que, ao se referir à experiência prática em uma UC que vem apresentando bons resultados, julga necessária a agregação destes dois níveis de conhecimentos, inerentes à conservação.

Diante da busca de alternativas à dicotomia do saber tradicional e o saber acadêmico, Diegues (1995, p.196-197) demonstra essa relação contrária e elucida a questão:

[...] o confronto de dois “saberes”. O tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração “moderna” dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, inclusive, insuficientes).

Diegues, ao apontar a relação das populações caiçaras e o sistema de manejo dos recursos naturais, ressalta que *“em muitos casos, valores culturais e crenças religiosas relacionadas com o meio ambiente têm uma função de conservação importante. Áreas de reprodução de aves e animais são protegidas por tabus, interdições sociais e outras proibições”* (1995, p. 243). Deste modo, fica clara a relação dos saberes locais e a possibilidade destes na conservação e preservação da Natureza. Faz-se necessário voltarmos ao conceito de conhecimento tradicional (também tratado como saber local), no sentido de realizarmos uma inter-relação entre este e a conservação da Natureza, sendo que para essa conceituação e aporte na discussão proposta respaldamo-nos em Diegues (2000, p. 30), em sua discussão e reflexão sobre o papel do conhecimento e do manejo tradicional na conservação:

Conhecimento tradicional pode ser definido como saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração. Para muitas sociedades, sobretudo indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas últimas, não existe classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um *continuum* entre ambos.

A união do conhecimento social, natural e mesmo do sobrenatural, própria e específica das comunidades tradicionais, valoriza a prática de conservação indireta, pois é intermediada por rituais e símbolos, presentes na construção e (re)estruturação de seus espaços e lugares, atribuindo significado e valor, o que permite a preservação dos recursos naturais e, sobretudo, dos recursos hídricos no que tange à comunidade “Pontal do Leste”.

Por outro lado, partilhamos da opinião do autor, que deseja afastar a visão romântica das populações tradicionais, *“pelas quais as comunidades tradicionais são vistas como conservacionistas natas”* (DIEGUES, 2000, p. 41). Deste modo, salientamos que a participação das comunidades e a inclusão de seus saberes na conservação de seu espaço são necessárias, mas não devem ser vistas como fontes únicas de informações, devendo ser associadas aos conhecimentos científicos e técnicos, igualmente importantes nas ações

conservacionistas e preservacionistas. Afastar a “visão romântica” justifica-se também pelo fato das comunidades tornarem-se cada vez mais neo-tradicionais, a exemplo da comunidade participante deste estudo, tendo sua cultura e modo de vida impregnados pelos conhecimentos e experiências propiciados pela sociedade urbana e mundializada, motivo que leva à necessidade de integrar as medidas de conservação da Natureza às ações que visem a continuidade, resgate e valorização da tradicionalidade das comunidades. Consideramos que a própria inclusão dos saberes tradicionais já se constitui parte de um processo de valorização necessário, de um aprendizado permanente sobre a própria comunidade e compartilhado pela mesma.

Neste contexto, destacamos a afirmação da IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza, que preconiza algumas diretrizes sobre o conhecimento tradicional das populações indígenas, que também pode ser avaliada e considerada no que tange aos problemas enfrentados por outras comunidades locais e tradicionais como um todo:

[...] conocimientos tradicionales como su patrimonio intelectual colectivo, un patrimonio que forma parte de su identidad cultural y su cosmovisión y que lo han transmitido, mediante sus propias normas y patrones culturales, de generación en generación. Por lo tanto, han manifestado que los conocimientos tradicionales deben ser protegidos por su valor per se, es decir por la importancia que ello representa para su pervivencia como pueblos. (IUCN, 2006)

Ainda considerando a integração das visões e dos conhecimentos científicos e tradicionais, Diegues (2000, p. 42) nos leva a avançar na discussão, ao trazer a relação entre os cientistas e os saberes locais:

O importante seria integrar a visão dos cientistas naturais e do especialista local: O cientista tem vantagens em dois níveis: no mais global, o uso de sistemas de informação geográfica informatizados e uso de bancos de dados e, no âmbito local, o uso de técnicas taxonômicas. O saber local, por outro lado, acumula conhecimentos por várias gerações sobre ecossistemas e suas variações. Existe pois, grande necessidade de se integrar essas duas contribuições no planejamento e execução de ações conservacionistas.

A Ciência encontra-se em um tempo de mudanças, de contestações, de expansões, e a superação da neutralidade científica, que o positivismo estabelecia, tem que avançar no sentido de aproximar-se da realidade de uma forma mais humanística e dialógica. As vantagens dos cientistas, conforme citação anterior (DIEGUES, 2000, p. 42), têm que se aliar com a proficuidade do conhecimento tradicional, assim, no concernente ao papel da ciência nessa relação, Allut (2000, p. 102) nos alerta sobre a necessidade do saber científico de dialogar com o conhecimento tradicional:

Um dos tipos de saber com que o conhecimento hegemônico (a ciência oficial e a comunidade científica) tem de dialogar se não quiser continuar sendo, como Hegel diria, abstrato, isto é, falseador da realidade, é o conhecimento tradicional.

Esta integração e suas complementaridades não consistem somente em um diálogo, como com um informante, mas sim, em uma união, um diálogo entre os conhecimentos, retornando ao unidual de Morin (1999), e significando o próprio retorno da ciência à realidade. Assim, não visualizamos os saberes locais como somente uma fonte de dados, mas como essencial e inerente ao conhecimento científico, no que se reporta à elaboração de propostas e ações que visem à proteção do meio ambiente e seus recursos, em nosso estudo, especialmente os recursos hídricos.

Deste modo, esse conhecimento construído no espaço vivido e no lugar torna-se necessário para refletimos sobre a questão primordial que permeia todo o nosso estudo - a conservação da natureza, em especial dos recursos hídricos, a partir do olhar e dos saberes das crianças de comunidades tradicionais, considerando a união dos conhecimentos (tradicional e científico) como caminho para se atingir a sustentabilidade, ou para nos aproximarmos de forma coerente e racional dos seus princípios. Diegues (1995, p. 167), ao discutir a questão de áreas naturais protegidas, faz a relação da conservação com a questão do símbolo: *Toda concepção de “conservação” passa necessariamente pela noção de mundo natural. Esse conhecimento, mesmo hoje, não se restringe ao produto da ciência moderna, cartesiana, mas é representado por símbolos e mitos.* Assim, temos que a própria concepção de conservação tem relação direta com o conhecimento tradicional, visto que é mitológico, mágico e simbólico, além de ser também racional e lógico, segundo a realidade tradicional do ilhéu.

Guimarães (2002b, p. 342), ao discutir sobre a percepção e a interpretação ambiental em relação à conservação dos recursos paisagísticos naturais e construídos, refere-se à gestão e ao manejo integrado dos recursos, onde salienta que as bases técnico-científicas devem relacionar-se com o conhecimento empírico das comunidades tradicionais, e assim podemos pensar sobre as possibilidades da sustentabilidade na totalidade do ambiente:

A gestão e o manejo integrado dos recursos paisagísticos não devem ser somente desenvolvidos sobre bases técnico-científicas, mas ainda devem saber reconhecer os fundamentos do conhecimento empírico das comunidades tradicionais e do entorno, considerando tanto os aspectos de natureza biofísica quanto sócio-cultural, sem subestimar quaisquer das faces, preservando a criação e a continuidade dos processos ecológicos e econômicos, tendo em vista, uma perspectiva sócio-ambiental da evolução e da continuidade das transformações, bem como de suas demandas conseqüentes.

Prosseguindo na discussão do tema, podemos relacionar com o Princípio 22º da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992, onde fica estabelecida a relação das populações indígenas e das comunidades locais com o conhecimento e o “desenvolvimento sustentável”:

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável. (p. 158)

Torna-se clara a importância das populações tradicionais, também no contexto internacional, como observado na citação acima, fazendo-se necessário relacioná-las com a conservação dos recursos de uso comum, com especial enfoque nos recursos hídricos. No que concerne à conservação dos recursos hídricos, mais precisamente das áreas costeiras, a Agenda 21, no capítulo 17, área de programas sobre o “Gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas, inclusive zonas econômicas exclusivas”, delimita como objetivo:

17.5. Os Estados costeiros comprometem-se a praticar um gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho sob suas jurisdições nacionais. Para tal, é necessário, inter aliar:
(a) Estabelecer um processo integrado de definição de políticas e tomada de decisões, com a inclusão de todos os setores envolvidos, com o objetivo de promover compatibilidade e equilíbrio entre as diversas utilizações; (MMA, 2006)

O documento “Agenda 21”, de abrangência internacional, estabelece a prioridade do gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras, e para a concretização de seus objetivos é necessário a participação coletiva dos envolvidos de maneira a estabelecermos um gerenciamento realmente integrado, congregando todas as pessoas interessadas e que estejam relacionadas, direta e indiretamente, ao contexto, situando-se mais próximo dos ideais de sustentabilidade pretendido pelo documento.

Voltando a uma escala mais local, apoiamo-nos nos objetivos do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo: Lei n º 10.019, de 3 de Julho de 1998, Capítulo II, artigo 4º, parágrafo V:

Garantia de fixação e de desenvolvimento das populações locais através da regularização fundiária, dos procedimentos que possibilitem o acesso das mesmas à exploração sustentada dos recursos naturais e da assessoria técnica para a implantação de novas atividades econômicas ou para o

aprimoramento das já desenvolvidas, observando-se as limitações ambientais da região.

Visto que a Legislação em vigor no Estado de São Paulo, onde se situa a PEIC, já garante a fixação e a parceria técnica para o desenvolvimento das comunidades locais e aliando a isso o principal documento (Agenda 21) que permeia a discussão sobre conservação/preservação a nível local, regional e global, temos a importância da participação da comunidade local dando respaldo para a discussão desenvolvida neste texto, garantindo a legitimidade das populações em UC's e motivando ações que envolvam as comunidades locais e a ciência. Diegues (1998, p. 121-122) leva-nos ao reconhecimento da valorização das comunidades tradicionais, em especial do caiçara, ressaltando também a necessidade da democracia tanto nas políticas conservacionistas como no reconhecimento dessas culturas tradicionais minoritárias, de forma a terem espaço na conservação da sua localidade e respeito pelas suas tradições.

O reconhecimento recente, cada vez maior, do papel dessa população numa nova visão da conservação ambiental em áreas naturais protegidas, como conservador da biodiversidade, portador de profundo conhecimento sobre o mundo natural tem, por outro lado, contribuído para maior aceitação dessa alteridade. Essa valorização do caiçara, como portador de uma cultura diferenciada é um processo recente que se intensificou com a democratização da sociedade brasileira e com o reconhecimento dos direitos das novas minorias.

Outra questão que se coloca é qual a razão da conservação em si, tema este necessário à nossa reflexão para se evitar uma abordagem relacionada a um cientificismo ingênuo. Assim, a partir das considerações da convenção de Ramsar (Convenção Internacional sobre Zonas Úmidas, Cidade de Ramsar - Irã, 1971), onde se discutiu a conservação das zonas úmidas da Terra, no sentido ecológico e humano, temos:

¿Por qué conservar los humedales?

Los humedales figuran entre los medios más productivos del mundo. Son cunas de diversidad biológica y fuentes de agua y productividad primaria de las que innumerables especies vegetales y animales dependen para subsistir. Dan sustento a altas concentraciones de especies de aves, mamíferos, reptiles, anfibios, peces e invertebrados. Los humedales son también importantes depósitos de material genético vegetal.

Además, los humedales poseen atributos especiales como parte del patrimonio cultural de la humanidad – están asociados a creencias religiosas y cosmológicas y a valores espirituales, constituyen una fuente de inspiración estética y artística, aportan información arqueológica sobre el pasado remoto, sirven de refugios de vida silvestre y de base a importantes tradiciones sociales, económicas y culturales locales. (RAMSAR, 2004 p. 8 - 7)

Devemos salientar que as áreas úmidas, em especial as áreas costeiras como a da nossa pesquisa, são fontes de inestimável riqueza em termos econômicos, ecológicos,

paisagísticos, de biodiversidade e de pluralidade cultural, sendo o recurso hídrico presente em todas essas dimensões e merecedor da atenção que lhe cabe, seja como elemento concreto ou simbólico de uma determinada realidade ambiental.

Com base nessas considerações, temos no estudo da percepção e interpretação ambiental das crianças da comunidade participante da pesquisa uma fonte inesgotável de conhecimentos e representações ambientais referentes aos recursos hídricos. Elegemos o desenho infantil como um meio para alcançarmos esses conhecimentos e interpretações, pois consideramos uma forma privilegiada das crianças se comunicarem, como se mostrou no capítulo anterior. Os saberes que se destacam são inerentes aos conhecimentos das realidades ambientais vivenciadas, ao conhecimento direto e empírico sobre a Natureza, e mais ainda, aos conhecimentos das alterações ambientais provocadas pelo Homem. Assim *“o controle da natureza e o controle do comportamento estão mutuamente ligados, assim como a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem”*. (VIGOTSKI, 1998, p. 73). A relação, ou melhor, a ligação no sentido de **ser parte**, do Homem com a Natureza, gera o conhecimento ambiental das crianças contextualizado nos parâmetros da cultura tradicional caçara a respeito das imbricadas relações entre o coexistir e o conviver. (GUIMARÃES, 2005).

A discussão leva-nos inevitavelmente para o tema referente à construção e atribuição de valores ambientais e preferências paisagísticas, pois o ato de conservar a Natureza passa pelo sentir e pelo significado. Assim Silva (2003, p. 246) caminha para compreensão da relação percepção com a experiência e preferência ambiental: *“[...] que através da percepção visual os indivíduos e/ou os grupos apreendem a paisagem, atuam sobre ela e criam a partir dela, portanto, experienciando-a. A percepção é fundamental para entendermos a preferência, o gosto, os laços afetivos ou não das comunidades com as paisagens”*. Caminhamos então para a relação com o lugar, na acepção do *experienciar* e do *sentir*, pois é no lugar que os fenômenos imateriais e materiais tomam suas concretudes, dando-nos possibilidade de discutir a importância simbólica e social do espaço. Sob esta perspectiva, Ferreira (2003, p. 135) apresenta-nos o lugar e sua ligação com os fenômenos imateriais, intangíveis, objetivando também as relações de tempo/espaço, objetividade/subjetividade e materialidade/imaterialidade, onde as dicotomias se fazem necessárias para o entendimento de como o ser humano conhece, sente e preserva seu lugar:

O lugar é, portanto, o foco onde a razão sensível manifesta-se e se mostra de maneira mais evidente. Além disso, a sensibilidade e a afetividade estão claramente postas como manifestações na relação do *“eu com o lugar”* e do *“lugar com o eu”*. E é no lugar e com o lugar que os fenômenos imateriais de essência geográfica, mostrar-se-ão diariamente, no entrelaçamento do tempo com o espaço, do objetivo com o subjetivo e da materialidade com a imaterialidade.

Ao considerarmos esta abordagem, nos colocamos frente à necessidade de se pensar o lugar como meio de entendimento da sociedade e do próprio espaço. Por isso, torna-se importante levarmos em conta o lugar como parte da vida humana, e assim, como parte de um todo, que se permite conservar do mesmo modo como protegemos a própria existência humana. Seamon (1996, p. 8), ao refletir sobre os aspectos inerentes ao sentido de lugar, destaca as negligências cometidas por cientistas e outros profissionais em relação à compreensão e à relevância do significado do lugar na vida das pessoas:

Unfortunately, the great majority of academics and professionals, as well as the producers of popular media, continue to ignore the importance of place both as a powerful conceptual structure as well as as an integral part of everyday human life. The continuing dissolution of places and insideness may directly explain the erosion of Western civility and civilization.²³

Também Relph (1976, p. 34), confirmando a tessitura de nossas reflexões, quando pondera sobre o conceito de lugar e não-lugar (*place* e *placelessness*, respectivamente), destaca a relação e a importância do lugar para as comunidades, considerando a questão da identidade e dos valores próprios:

The relationship between community and place is indeed a very powerful one in which each reinforces the identity of the other, and in which the landscape is very much an expression of communally held beliefs and values and of interpersonal involvements. [...]²⁴

Deste modo, as percepções e interpretações concernentes ao lugar e ao espaço vivido tornam-se elementos necessários à conjunção dos saberes, em suas diferentes dimensões, sejam estas pertinentes à realidade dos cientistas como das populações tradicionais, e em especial de suas próprias crianças. Ao considerarmos as discussões apresentadas, temos na atividade da pesca artesanal (praticada pela comunidade Pontal do Leste), e demonstrada através das representações simbólicas (desenhos), um meio de realizarmos a junção dos conhecimentos tradicionais e do conhecimento científico, a fim de construirmos um saber ambiental próximo da realidade ilhéu e das perspectivas técnico-científicas. Sob este prisma, a conservação dos recursos hídricos passa pelos dois segmentos de agentes diretamente envolvidos neste processo, os moradores tradicionais e os que desejam a conservação (pesquisadores, poder público, etc).

²³ Tradução Livre do Autor: *Infelizmente, a grande maioria dos acadêmicos e profissionais, e também os produtores de mídia popular, continuam a ignorar a importância do lugar, como uma estrutura conceptual poderosa e também como parte integral da vida humana diária. A dissolução continua dos lugares e do "insideness" pode diretamente explicar a erosão da civilidade e da civilização ocidental.*

²⁴ Tradução Livre do Autor: *O relacionamento entre a comunidade e o lugar é certamente muito forte em que cada um reforça a identidade do outro, e em qual a paisagem é muito mais uma expressão da opinião e de valores comunais apreendidos nas participações intersociais. [...]*

No caso dos recursos naturais cuja existência encontra-se associada aos recursos hídricos, temos o exemplo dos recursos pesqueiros, sendo a pesca artesanal utilizada historicamente pela comunidade, e maximizada pelo grau de maritimidade e insularidade dos habitantes, sendo que podemos definir pesca artesanal e sua importância da seguinte forma:

A essência da pesca artesanal é o conjunto de conhecimentos sobre o meio-ambiente, as condições de maré, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca. Este conjunto de conhecimentos faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais. Esse conjunto de conhecimentos é em geral transferido de pai para filho e guardado ciosamente pelos pescadores [...]. (DIEGUES, 1995, p. 97).

Esse conjunto de conhecimentos, transmitidos mediante as atividades correlacionadas direta e indiretamente à pesca artesanal, é percebido e interpretado pelas crianças, que ao projetarem seus conhecimentos no desenho infantil revelam o seu caráter simbólico, levando-nos ao conhecimento êmico, que por sua vez reflete a visão da criança a respeito do mundo que a rodeia e, em especial, do seu espaço vivido, fatos que levam Seemann (2006, p. 108), a considerar as relações da criança com sua participação na construção do espaço:

Há um consenso que as crianças não reproduzem passivamente estruturas e processos sociais, mas que elas influenciam ativamente suas vidas e a produção do espaço que habitam (BARKER & WELLER, 2003:209). Isso significa que as crianças possuem as suas próprias maneiras de ver o mundo e que esse conhecimento não pode ser avaliado do ponto de vista dos adultos: as crianças **não sabem menos** do que os adultos, mas sabem **algo diferente** [...]. (Grifo nosso)

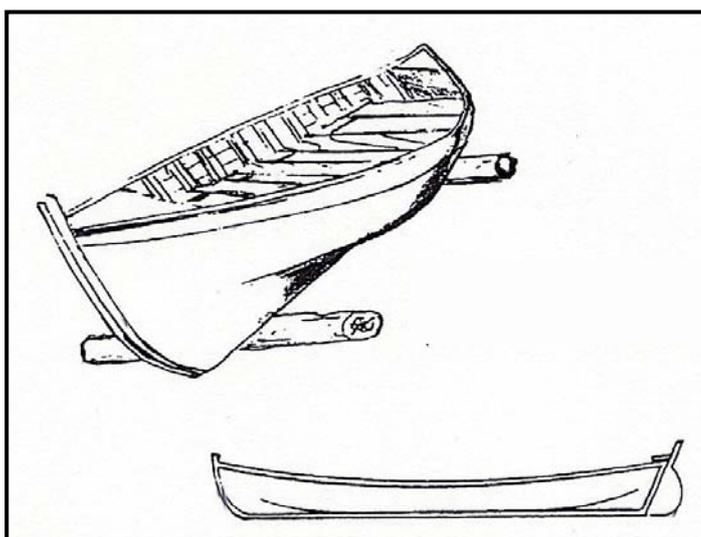
Dessa maneira, a criança tem a oportunidade de participar efetivamente das decisões que giram em torno do seu mundo, como a própria pesca. A soma dos conhecimentos necessários à pesca artesanal e a maneira como as crianças percebem e interpretam o espaço vivido apresentam a mescla dos conhecimentos tradicional e neotradicional apreendidos pela criança, como nos desenhos a seguir:

Figura 61 - Montagem de Desenhos e Barcos de Papel: Barcos Pescando no Mar de Fora.



Autores: Andrei, Thiago e Thauann, 02/2006.

Figura 62 - Embarcação tipo baleeira - sem motor de centro e cobertura



Fonte: Cherques, 1999, p. 86.

A figura 61 mostra uma montagem das crianças com os desenhos e barcos de papel criados e pintados por elas, de acordo com sua aspiração e motivações. Dos três barcos da montagem, o mais à direita tem feições das embarcações utilizadas nas pescas

artesanais (coberto no centro para proteger o motor). Os outros, mesmo seguindo os padrões, diferenciam-se em alguns detalhes, como o achatamento da polpa do barco ao centro, ou do barco à esquerda em que a criança amassou o centro, tornando-o mais próximo do modelo da direita. Todos os barcos têm autores diferentes, bem como os desenhos que serviram como base, que são eles: Thauann, Thiago e Andrei. Na imagem posterior (Figura 62) temos a origem dos barcos utilizados na pesca artesanal, uma embarcação baleeira, onde com a modernização se adaptou um motor de centro e, em seqüência, a cobertura central para protegê-lo. As formas gerais são preservadas nos barcos de papel, bem como suas melhorias.

No desenho seguinte (Figura 63), temos a Ilha da Figueira, que consiste em um maciço de rochas vulcânicas, com uma gruta no seu lado leste, e que abriga inúmeras espécies de aves, além de ser local de reprodução de peixes devido à formação rochosa submersa. Nesta paisagem destaca-se a traineira, barco utilizado na pesca comercial, as aves sobre a Ilha e seguindo as redes da traineira.

As rochas pontiagudas no entorno da Ilha são representadas pelo autor, e a figura 64 mostra bem esse tipo de formação que impossibilita a aproximação de embarcações maiores, possibilitando a reprodução de algas, mexilhões, corais e, sobretudo peixes. A presença de peixes maiores e superiores na cadeia alimentar povoa o imaginário das crianças, a exemplo do tubarão, relação já discutida anteriormente, e que provoca a conservação indireta desse manancial.

A importância da ilha no contexto da preservação das aves é demonstrada na representação pela sua presença marcante, aliada a sua presença perto das redes da traineira, indicativo também de que algumas aves se constituem em indicadores biológicos relativos à presença dos cardumes, sendo necessárias a alguns momentos da pesca artesanal.

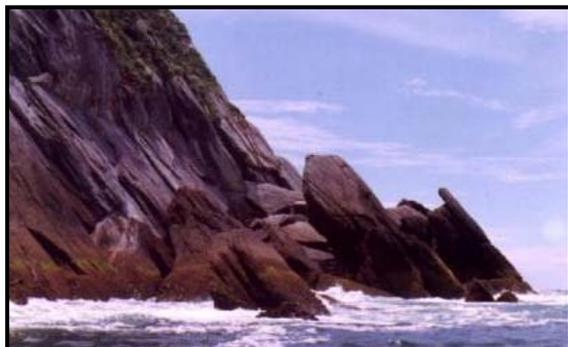
Este espaço vivido no cotidiano e no imaginário é repleto de significados e valores, como a gruta na ilha, que pode ser vista somente pelo seu lado Leste (Figura 65), sendo representada pelo autor pela mudança de tom da cor verde, cor que também demonstra a presença da vegetação original.

Figura 63 - Desenho: Traineira Pescando - Mar de Fora



Autor: Renato, 11 anos, Comunidade Pontal do Leste, 02/2006

Figura 64 – Foto: Rochas na Ilha da Figueira



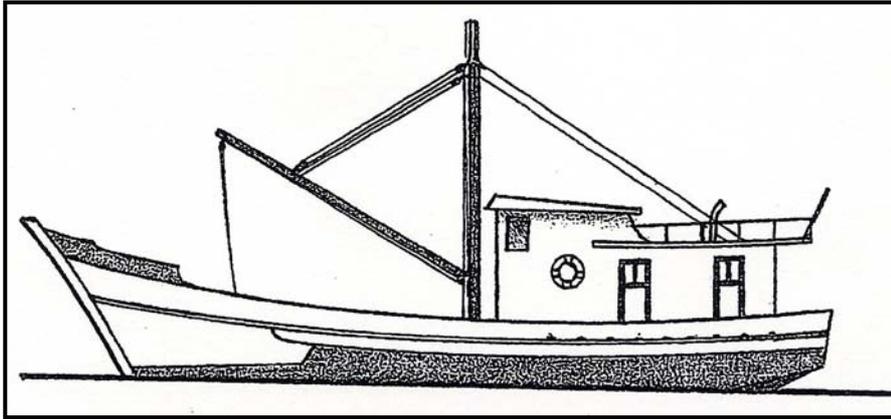
Fotografia: Inge Niefer, 1999.

Figura 65 - Foto: Gruta no lado oposto da Ilha da Figueira



Fotografia: Ibama, 2002.

Figura 66 - Traineira



Fonte: Charques, 1999, p. 508.

Outro ponto de relevante interesse na representação de Renato (Figura 63) é a presença da traineira (exemplo na figura 66), embarcação de pesca comercial, geralmente de empresas do ramo, a qual colabora com o desequilíbrio ambiental dos recursos pesqueiros, por retirar grandes quantidades de peixe. Esta embarcação povoa o imaginário das crianças, como alternativa à pesca artesanal de pequena escala, da qual depende a família, sendo que muitos pescadores acabam por ir trabalhar nas traineiras como alternativa à precariedade das condições econômicas.

As crianças, deste modo, possuem grande conhecimento no que concerne à maritimidade, construída a partir da percepção e da interpretação de suas experiências ambientais, pois toda a informação passa antes pelos sentidos, e depois de processada pela mente, transforma-se em conhecimento. Aliados a estes fatores, temos o conhecimento técnico-científico e seus métodos de controle e gestão dos recursos pesqueiros, gestão essa já realizada pela comunidade, fato observado nos desenhos que destacam a existência de uma distância constante das embarcações com a ilha da Figueira, local de reprodução de peixes.

Uma alternativa às situações de desequilíbrio ambiental causado pela pesca comercial consiste no Manejo de Costa Integrado, através do qual se pretende uma abordagem integrada dos setores ligados à costa:

O Manejo de Costa Integrado [Integrated Coastal Zone Management – ICZM] é uma forma de abordar o desenvolvimento e implementar os usos ambiental, cultural e economicamente sustentáveis da zona costeira. A meta de uma estratégia de ICZM é coordenar todos os usos e atividades costeiras, tanto no setor público quanto no privado, de acordo com um conjunto combinado de políticas e práticas de manejo de recursos. (The Coral Reef Alliance, 2004)

No mesmo sentido e sob certos pontos, complementando, temos o conceito de planejamento ambiental, que se torna relevante para a continuidade das discussões. Assim de acordo com Santos (2004, p. 36):

O planejamento ambiental tem como estratégia estabelecer ações dentro de contextos e não isoladamente. O resultado é o melhor aproveitamento do espaço físico e dos recursos naturais, economia de energia, alocação e priorização de recursos para as necessidades mais prementes e previsão de situações. Trabalha, sim, com o conceito de recurso, que admite o elemento natural como fonte de matéria prima para o homem. Prevê a participação de diversos setores da sociedade, através de seus representantes, tendo a sociedade o direito e o dever de opinar sobre as questões que lhe dizem respeito.

Novamente encontramos na afirmativa de Santos a recomendação relativa à participação dos diversos setores da sociedade, e entendemos, pois, que aí se incluem as comunidades tradicionais. Assim, o planejamento ambiental, como forma de realizar a gestão do espaço natural e sua conservação, tem meios para a implementação destas estratégias, mas quando ocorre em áreas onde existe a presença de comunidades tradicionais, salientamos que o conhecimento tradicional e, conseqüentemente, seus detentores devem participar ativamente das estratégias e ações de cada uma das etapas de planejamento, cabendo ao pesquisadores/cientistas direcionar e orientar as atividades que envolvem a união desses saberes, conciliando a visão técnico-científica e a visão das comunidades.

Essa concepção reforça a importância de pensarmos a conservação pela união dos saberes relevantes à conservação/preservação, mas evitando a “visão romântica” de que as comunidades são conservacionistas por natureza. Nesse caso, a Educação Ambiental da própria comunidade, dos executores das políticas ambientais, é uma forma de construirmos um conhecimento ecológico abrangente e longe da neutralidade ou ingenuidade científica, bem como de estruturarmos programas voltados para os vários segmentos da sociedade, a exemplo dos visitantes, eco-turistas, etc, sendo os saberes tradicionais e ambientais uma forma de sensibilização e conscientização, objetivando a construção de uma cidadania de modo consciente em relação ao meio ambiente.

Deste modo, os estudos sobre a percepção e a interpretação do meio ambiente influenciam direta e indiretamente nossa compreensão do entorno, e as reflexões decorrentes nos levam à conscientização sobre a conservação dos recursos naturais e culturais, tendo a percepção esse papel privilegiado: *“A percepção é parte de um sistema dinâmico de comportamento; por isso, a relação entre as transformações dos processos perceptivos e as transformações em outras atividades intelectuais é de fundamental importância”*. (VIGOTSKI, 1998, p. 44), principalmente quando essas transformações são necessárias à construção do educar ambiental sob uma visão ecológica.

Nossa opção metodológica pertinente à Educação Ambiental baseia-se, sobretudo, na Educação Ambiental Não-Formal, nos moldes da Política Nacional de Educação Ambiental, e assim citamos a referida Lei 9795 de 1999, no seu Artigo 13 que a define:

Art. 13. Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

(Grifo Nosso)

Ao usar essa abordagem, não nos limitamos a essa definição, mas consideramos sua importância como diretriz oficial na elaboração e implementação de planejamentos e programas de gestão ambiental. Consideramos que através de uma educação ambiental consciente podemos levar as comunidades tradicionais a compreenderem o sentido da importância da sua participação na gestão dos seus lugares e espaços vividos, constituídos histórica e culturalmente. Também permite-nos a reflexão no sentido de que as mudanças inerentes à ação da pós-modernidade são inevitáveis e deve-se ter consciência destas para a mitigação dos seus impactos sobre os recursos e sobre a cultura e o modo de vida tradicional, em especial do caiçara, habitante de ecossistemas extremamente valorizados, e, portanto, frágeis, ameaçados diante da cobiça sócio-econômica.

Julgamos assim necessária a manutenção da presença das populações tradicionais no interior das unidades de conservação, mesmo em unidades de Proteção Integral, como o Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, sendo a sua permanência vista como fator positivo e ativo na conservação e não somente como um problema a ser resolvido pelos dirigentes das Unidades de Conservação da Natureza, como em muitos casos tem sido visto e assim tratado, garantindo somente a manutenção de ideologias neo-colonialistas.

Deste modo, acreditamos que os conhecimentos tradicionais das populações locais concernentes ao meio ambiente possam traduzir e refletir um modo de vida que as aproxime de um contato harmonioso e equilibrado com a Natureza, devendo-se aliar a este modo de

vida outros níveis de conhecimento, que por sua vez apresentem os meios técnico-científicos da gestão e do gerenciamento ambiental, visando a conservação e a preservação dos recursos naturais e culturais.

Neste contexto ambiental estão inseridas as crianças da comunidade estudada, o conhecimento inerente ao seu modo de vida tradicional, que por sua vez aproxima as mesmas da Natureza, ritualizando as ações, tornando-as simbólicas, revestindo simples experiências ambientais cotidianas com um caráter inesquecível. Símbolos que garantem uma relativa sustentabilidade dos recursos, indo além de recursos econômicos, pois constituem recursos culturais, paisagísticos e míticos - recursos de uma herança ambiental inestimável.

Ponderamos, nesse sentido, que a criança, além do seu valor social no modo de vida das comunidades tradicionais, detém consigo amplo referencial de conhecimentos tradicionais e neo-tradicionais que a valorizam no sentido de ter a possibilidade de realizar ações que preservem dois aspectos da sua realidade, que são, na verdade, somente um, a Natureza e a cultura tradicional.

Esta relação de se sentir pertencente ao meio ambiente, comum em comunidades tradicionais caiçaras, indígenas, quilombolas, entre outras, se perde a cada dia pela ação mundializadora da sociedade urbano/industrial, seja na forma de ONG's, legislações autoritárias (como o caso do próprio SNUC), empresas e ações governamentais. Estritamente ligado à conservação da Natureza, esse pertencimento impõe-se e media as relações sociais das comunidades, em especial das crianças com o meio ambiente, consideradas as dimensões naturais e construídas, incluindo nestas também aquelas relacionadas à psicosfera, permitindo que se construam meios e ações conscientes e inconscientes de conservação e preservação. Soma-se a isto a ciência, com seu caráter muitas vezes prepotente, frente a esse arcabouço de conhecimentos e proximidades com a Natureza, mas que também dispõe de instrumentos para concretizar ações conservacionistas no contexto destes saberes ambientais.

Nesse sentido, Morais (1992, p. 31) leva-nos à reflexão proposta anteriormente - a relação do Homem com a Natureza, quando comenta a questão do ambiente e do lugar como morada do ser humano:

Ao mesmo tempo em que há uma visível separação entre o mundo da natureza e o da cultura, há uma tal interdependência entre ambos que acaba por evidenciar sua unidade essencial. O ser humano depende da natureza, precisa dela e a ela recorre incessantemente; ele é natureza e faz parte dela.

Assim, temos muito que apreender com as crianças da comunidade em estudo, pois de um lado sua proximidade e familiaridade com a Natureza são um caminho para a

conservação, por outro lado, a sociedade urbana e a ciência afastam-se cada vez mais do natural, muitas vezes decretando sua morte conceitual, vendo-a somente como recurso, sempre no sentido da valoração econômica, chegando mesmo até a exclusão de outras formas de valoração possíveis e desejadas, tanto de natureza subjetiva como objetiva.

No contexto desta pesquisa, ressaltamos a criança como detentora de uma cultura, que, contextualizada no seu modo de vida tradicional ou neotradicional, constrói e desconstrói social e simbolicamente seus conhecimentos, de acordo com seu desenvolvimento cognitivo. E este saber da criança, constituído a partir da percepção ambiental e, conseqüentemente, de suas formas de interpretação e representação, liga-se à conservação da Natureza, e mais precisamente aos recursos hídricos, e ao considerarmos estas perspectivas, apontamos para isso como um estímulo à efetivação de propostas de conservação participativa que envolvam as crianças como atores especiais. Mas qual o real valor da criança, mesmo considerando seu conhecimento (através dos desenhos, por exemplo), na conservação participativa?

O adulto (homem e mulher), quando consciente da tradicionalidade, possui também, em outro nível, a proximidade e a familiaridade com a Natureza, como a criança, sendo seus saberes tradicionais e neo-tradicionais mais consolidados, amadurecidos, ou seja, o participante “perfeito” na conservação (quando do interesse dos grupos tradicionais). Mas, e a criança?

É a criança que está mais propensa a absorver as mudanças impostas pela unificação cultural da globalização, ou pelo avanço das técnicas ligadas às suas territorialidades. Se por um lado essa afirmação pode nos levar a novamente a destacar o papel do adulto, ao considerarmos que a criança pode perder mais fácil e rapidamente seu modo de vida diante dos ajustes e adaptações culturais e sócio-econômicos, e, conseqüentemente, sua tradicionalidade e os conhecimentos a ela ligados; por outro lado, é devido a estas razões que os processos de conservação e educação ambiental têm que ocorrer a curto e médio prazos (justamente em função da rapidez dos processos de globalização), para não se perder esse conhecimento. Não se opondo à participação adulta, acreditamos ser a criança o elo que unirá em seu desenvolvimento cognitivo o conhecimento tradicional e os reflexos da pós-modernidade em suas comunidades, configurando-se estes aspectos como fatores determinantes do *como* será essa união, que influenciará a formação de um futuro adulto consciente das necessidades relacionadas à conservação e preservação do patrimônio natural e cultural, mediante o enraizamento e a valorização de sua cultura.

Hutchison (2000, p. 87), ao discutir o papel da criança na comunidade, com vistas a uma sociedade mais equilibrada socialmente, enfatiza a participação das crianças como um agente de mudança, tecendo a seguinte afirmação:

A flexibilidade da resposta das crianças às mudanças, sua aptidão “natural” de maravilhar-se e sua necessidade de emoldurar uma relação inicial com o mundo poderiam servir, em conjunto, como catalisador para uma reorientação mais abrangente para o mundo natural na população em geral. Certamente, essas capacidades poderiam fornecer o ponto de intervenção crucial para a construção de uma nova relação com a comunidade maior da Terra na próxima geração.

Neste sentido, o autor ainda considera os aspectos referentes à flexibilidade infantil em relação às mudanças, as dimensões afetivas envolvidas e as sensibilidades que fazem das crianças um dos principais focos de interesse em todos estes processos, levando-se em conta o cumprimento dos seus papéis no futuro:

[...] as crianças têm uma posição singular para exercer um papel integral na mundaça do curso da história humana e da Terra. Sua flexibilidade de resposta à mudança, sua tendência de admirar-se, sua curiosidade natural e a necessidade de moldar um relacionamento inicial com o mundo podem, juntos, servir como ponto crucial de intervenção para ajudarmos a próxima geração a construir um relacionamento ecologicamente sensível com o mundo. Ao exercer um papel afetivo na vida das crianças e ao reconhecer a infância como estágio ontológico distinto da vida humana, com possibilidades e com limitações diferentes das da idade adulta, os responsáveis podem oferecer às crianças o apoio que elas precisam a fim de co-construírem uma cosmologia ecologicamente sensível do mundo. (HUTCHISON, p. 160 - 161)

Deste modo, atingimos um ponto central neste trabalho - a conservação participativa tem obrigatoriamente que levar em conta *todos* os envolvidos no processo, de modo participativo, desenvolvendo um trabalho especial e específico com as crianças, de forma a garantir sua real participação nas ações, para que, em decorrência disto, sejam valorizadas como seres humanos, mostrando a importância dos aspectos ambientais natural e cultural, ou seja, de seus lugares e de seu espaço vivido, de suas próprias identidades pessoais e paisagísticas.

Acreditamos, assim, que as medidas para conservação/preservação devem seguir o exemplo das crianças, aproximando-se e reafirmando a união indissociável do conhecimento científico com o conhecimento simbólico/mitológico/mágico, tendo em vista a criança como agente privilegiado nesta mudança, ao ser convidada e estimulada a exercer sua cidadania de modo efetivo e consciente, bem como a cultivar de maneira dinâmica seus mais genuínos valores, podendo então, manter esta visão como norteadora de suas ações futuras, principalmente na participação e conclusão de projetos e políticas conservacionistas que em geral são limitadas às condições de tempo e espaço.

Trilhando a reflexão, a criança ainda traz consigo a lembrança das vivências pertinentes às proximidades com a água, elemento e recurso que vem sendo trabalhado como eixo em toda a pesquisa. Assim, cabe neste momento considerar o valor da água

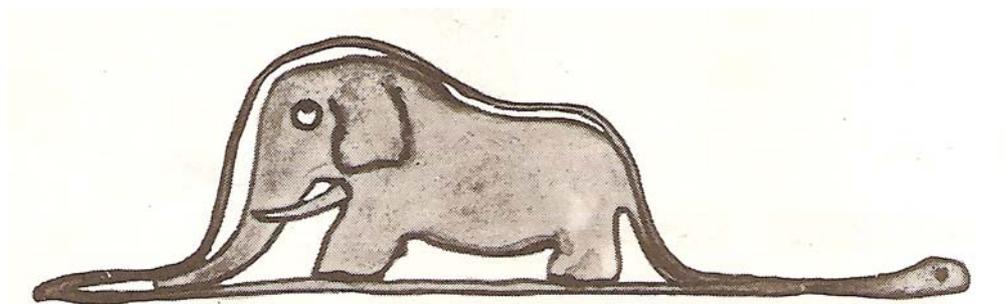
como matéria no seu contexto, recorrendo a Bachelard (1997, p. 109), que ao discutir a união da água e da terra, enfatiza a importância “emoliente” da água, num relato interessante, que serve para contextualizar a idéia principal:

Na massa, a ação da água é evidente. Quando a amassadura continuar, o operário poderá passar à natureza especial da terra, da farinha, do gesso; mas, no início do seu trabalho, seu **primeiro pensamento é para a água**. É a água que constitui seu primeiro auxiliar. É pela atividade da água que começa o primeiro devaneio do operário que amassa. Assim, não é de admirar que a água seja ambivalência, não há ambivalência sem devaneio. Ora, a água é sonhada sucessivamente em seu papel emoliente e em seu papel aglomerante. **Ela desune e une.** (Grifo nosso)

Bachelard discorre, neste trecho, sobre a poesia das águas compostas, ou seja, a união da água com a terra, relatando assim a idéia da água como o “primeiro pensamento”, e seu poder de unir e desunir. É nesse sentido que vemos a importância do estudo do significado da água, pois ela representa a ligação do “Mar de Fora” e do “Rio de Dentro” - da ilha com a terra, e desta maneira ocorre a valoração do elemento e, conseqüentemente, da terra que ela margeia. Assim, a experiência ambiental originada, somando-se a cultura caiçara e ilhéu, direciona a proteção do “primeiro pensamento”, ou seja, da origem, daquela que permite a própria vida e sua sustentabilidade - a *água*. Essas relações com a água acabam também por motivar ações de educação ambiental, sensibilizando para uma visão ecológica concernente à conservação dos recursos naturais, pois ela também permeia todo o imaginário, envolvendo diversos níveis da percepção, experiência e interpretação ambiental, de onde extraímos os valores e podemos vivenciar de maneira familiar, íntima e afetiva a Natureza, e assim protegê-la, pois acima de tudo estamos imersos nela, mais do que isso, *fazemos parte* dela, mesmo sem termos consciência desta realidade.

Essa concepção vem reforçar a importância da criança caiçara, pois ela encontra-se muito mais próxima e ligada à matéria *água*, e seus saberes são o meio pelo qual podemos alcançar uma forma de retorno às proximidades com a Natureza. Através dos seus desenhos essa proximidade foi exposta, revelando-nos como seus símbolos permitiram-nos um outro nível de aprendizado e visões relativas à água e à avaliação dela, na qualidade de recurso hídrico necessário à manutenção da própria vida, seja em seus aspectos mais tangíveis ou não-tangíveis. Deste modo, podemos avançar mais na questão - se essas crianças tiverem a atenção necessária, não só por parte da própria comunidade, mas também dos profissionais e instituições responsáveis pelas atividades e práticas conservacionistas, elas trarão dentro de si essa proximidade de forma mais permanente e resistente, embora flexível, que além de conservar seu espaço vivido e sua cultura, refletirá diretamente no equilíbrio dos níveis de sua qualidade ambiental e de vida, consideradas as complexas e imbricadas relações presentes nestes processos interativos.

Sob a luz destas perspectivas referentes à conservação e preservação ambiental e da compreensão das relações ser humano/meio ambiente, talvez devêssemos olhar essa relação íntima com os *olhos abertos*, propiciando assim mudanças interiores e exteriores, como que através das envolvências e do encantamento do *olhar de uma criança*:



Antoine de Saint-Exupéry (1989, p. 10)

Considerações Finais



5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta última reflexão com as palavras finais de Durand (1998, p.111), em seu livro *A Imaginação Simbólica*: “*Mais do que nunca, sentimos que uma ciência sem consciência, ou seja, sem afirmação mítica de uma Esperança, marcaria o declínio definitivo de nossas civilizações*”. Assim, pretendemos com este trabalho contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais sensível aos apelos e necessidades das comunidades, à suas trocas vitais com o meio ambiente, que leve em conta e valorize as percepções, experiências e interpretações das populações tradicionais, numa relação dialógica, agregando e incluindo os saberes e as pessoas das comunidades que habitam áreas protegidas, especialmente as áreas das Unidades de Conservação.

O estudo dos saberes tradicionais por intermédio das percepções e interpretações ambientais que se materializaram mediante as representações das crianças, ganhando traços formas e significados através dos seus desenhos, se mostrou um valioso meio de nos aproximarmos do modo de vida das populações tradicionais, mas mostrou-nos também que deve ser um meio entre outros, na busca de alternativas que visam uma gestão ambiental participativa.

A utilização do conhecimento de maneira interdisciplinar forneceu-nos o aporte necessário às análises e reflexões, colaborando com a expansão dos limites dos estudos da experiência e da interpretação ambiental sob as perspectivas da visão geográfica, e permitindo-nos um crescimento acadêmico fundamentado na agregação de conceitos, experiências, técnicas, procedimentos metodológicos e interpretações de outras áreas da Ciência, mas que pela natureza do nosso estudo, tornaram-se fundamentalmente essenciais, propiciando um diálogo produtivo.

Pretendemos com esse trabalho, não uma proposta de programas de conservação ambiental, mas abrir uma janela ao mundo e as suas mudanças, propondo que a Ciência, em especial, a Geografia, assuma um papel ativo e proativo de compromisso responsável frente às mudanças impostas ou necessárias, diante das realidades ambientais e exigências emergenciais relativas à compreensão da cidadania planetária, tanto na dimensão local como global do seu sentido de interdependência. E deste mesmo modo, ressaltar o papel e a importância da criança, não como “pequeno adulto”, mas como um ser humano em toda a plenitude de suas limitações, acessos e possibilidades inerentes ao seu desenvolvimento psicossocial, considerando-a *como parte* de um futuro possível e plausível, onde será responsável também pelo futuro da conservação do seu meio ambiente, e por consequência, do seu espaço vivido e dos seus lugares. A máxima que a “*criança é o futuro*”, com seu apelo e uso abusivo, banalizado e irresponsável, acabou por significar uma solução simples e ineficaz pelo uso cotidiano da expressão, mas através do nosso estudo e

experiências consideramos justamente o contrário - é uma resposta complexa aos problemas também complexos que a pós-modernidade nos apresenta, e deve ser visto com responsabilidade e ter reconhecido o seu valor, e sim, “a criança é o futuro”, mas o adulto de hoje tem que garantir as condições para que esses possíveis futuros aconteçam, participando mutuamente de suas vidas, apesar de toda a pluralidade de problemas ambientais de natureza intra e interculturais existentes, cabendo também a Geografia sua parte na complexidade deste todo, ao desvendar novos horizontes para a concretização das promessas de uma ética ambiental através de uma educação ecológica.

Quanto à questão pedagógica que permeou toda a pesquisa, a valorização da criança como sujeito da sua história e também dessa pesquisa, contribui para o enriquecimento das atuais discussões a cerca da importância do papel e da inserção da criança e seu discurso na sua formação cognitiva e no processo do ensino-aprendizagem.

No sentido geral da pesquisa, as possibilidades de avançar na questão são inúmeras, e no intuito de contribuir também nesse sentido, enfatizamos algumas propostas e recomendações para novas pesquisas que tenham a conservação participativa ou o conhecimento tradicional como objetivo:

- ✚ Relação do Conhecimento Infantil como o conhecimento dos mais velhos (adultos e terceira idade);
- ✚ Elaboração de planos de conservação ambiental a partir do conhecimento científico e tradicional.
- ✚ Educação Ambiental Formal e Não-formal em comunidades tradicionais analisando a melhor opção.
- ✚ Investigação dos mitos fundadores através da interpretação do sentido de ilheidade presente nas construções infantis, bem como na brincadeira das crianças.

Esperamos assim contribuir com as atuais discussões em torno da conservação ambiental e do papel da criança, motivando outras pesquisas e aprofundando os questionamentos em busca de uma aproximação mais sensível que nos aponte para melhores índices de na qualidade ambiental e de vida da sociedade como um todo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALLIANCE, Coral Reef **Recifes de Coral e Desenvolvimento Costeiro Sustentável: Planejamento de um Recife Sustentável**, disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0404/ijgp/gj09a.htm>>, acesso em: Março/Abril de 2006.

ALMEIDA, M. G. Em Busca do Poético do Sertão: Um Estudo de Representações. In ALMEIDA, M. G e RATTTS, A. J. P. **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

AMBIENTE BRASIL, disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/>>, acesso em: 02/2006.

ÁLAMO, J. B., HERNÁNDEZ, F. H., LUCIO, J. V. **Viviendo el Paisaje: Guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje**. Madrid, Espanha: Fundación NatWest - FIDA, 1994.

ALLUT, O Conhecimento dos Especialistas e seu Papel no Desenho de Novas Políticas Pesqueiras. in DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**, São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

ANTONIO, D. G. **Relatório Parcial: O Espaço das Águas**. São Paulo: Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IF) / Cotec, 2004.

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____ **A Água e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEGOSSI, A. Resiliência e Populações Neotradicionais: os Caiçaras (Mata Atlântica) e os Caboclos (Amazônia, Brasil). In DIEGUES, A. C. S. e MOREIRA, A. de C. (org) **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

BRANDÃO, C. R. **Diário de Campo: A Antropologia como Alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____ **Pesquisa Participante**. 7ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____ **Repensando a Pesquisa Participante**. 3ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795 de 1999, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>, acesso em: Abril/ Maio de 2006.

BUTTNER, A. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

BUTTNER, A. e SEAMON, D. **The Human Experience of Space and Place**. Londres: Croom Helm, 1980.

CHERQUES, S. **Dicionário do Mar**, Rio de Janeiro: Globo, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____ **Geomorfologia**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1974.

CLAVAL, P. **A Geografia e a Percepção do Espaço**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 45(2), p. 243-255, abril / junho, 1983.

CUNHA, L. H. O. Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. In DIEGUES, A. C. S. **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

D'AMBROSIO, U. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 – **Estudos Avançados**, 6(15) 1992.

DEL ALAMO, J. B. **Paisaje y Educación Ambiental: Evaluación de cambios de actitudes hacia el entorno**. Madrid: MOPT, 1992.

DARDEL, E. **L'Homme et la Terre**. Paris: Universitaires de France, 1952.

DEMANGEON, A. Uma Definição de Geografia Humana. In CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

DEMO, P. **Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante**. In. BRANDÃO, C. R (org) Repensando a Pesquisa Participante. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

Di LEO, J. H. **A Interpretação do Desenho Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 1995

_____ **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 1997.

_____ **Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____ **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

_____ **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed, São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. e ARRUDA, R. S. V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S. e MOREIRA, A. de C. (org) **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S. e NOGARA, P. J. **O Nosso Lugar Virou Parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamangá-Parati-Rio de Janeiro**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 1994.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, mar. 2002, no.115, p.139-154. ISSN 0100-1574.

DURAND, G. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix / USP, 1988.

EMBRAPA, Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>, acessos em Maio/2005 e Janeiro/2006.

FACCI, M G. D. A Periodização do Desenvolvimento Psicológico Individual na Perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostski. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril 2004. ISSN 0101-3262.

FERREIRA, S. **Imaginação e Linguagem no Desenho da Criança**. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

FERREIRA, Y. N. e MARANDOLA, E. O Sensível e a Afetividade nas Fronteiras do Saber: Sobre a Imaterialidade dos Fenômenos Geográficos. **OLAM - Ciência & Tec**. Rio Claro, Vol. 3, nº 1, p. 129-174, Setembro de 2003, Rio Claro, SP.

FLORENCE, M. de **O Desenho Infantil**. 10ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

FRÉMONT, A. **A Região, Espaço Vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FREITAS, M. T. de A. A Abordagem Sócio-Histórica como Orientadora da Pesquisa Qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002 p. 21-39, julho/ 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1969.

GEVERTZ, R. (COORD.) **Em busca do conhecimento ecológico: uma introdução à metodologia**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda. 1983 110p.

GOLDBERG, Luciane Germano, YUNES, Maria Angela Mattar e FREITAS, José Vicente de. O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, jan./abr. 2005, vol.10, no.1, p.97-106. ISSN 1413-7372.

GRUBITS, Sonia. A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicologia em Estudo**, 2003, vol.8, no.spe, p.97-105. ISSN 1413-7372.

GUIMARÃES, S. T. L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre a experiência, percepção e interpretação ambiental. **GEOSUL**, Florianópolis, ISSN 0103-3964, v.17, n.33. jan-jun/2002, pp. 117-141.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepção Ambiental e Conservação de Recursos Paisagísticos em Áreas de Turismo Rural e Ambiental. In: Yoshiya Nakagawara Ferreira (Org.). **Construção do Saber Urbano Ambiental - a caminho da transdisciplinaridade**. Londrina: Humanidades, 2002b, p. 334-345.

GUIMARÃES, S. T. L. Paisagens e Ciganos: Uma Reflexão sobre Paisagens de Medo, Topofilia e Topofobia. In ALMEIDA, M. G e RATTTS, A. J. P. **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

GUIMARÃES, S. T. L.. **Imagens de Lugar: um estudo de percepção, interpretação e representação do meio ambiente**. Relatório Final de Atividades Científicas/FUNDUNESP, agosto 2004.

GUIMARÃES, S. T. L. Dimensões da Percepção e Interpretação do Meio Ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza, *Percepção e Conservação Ambiental: a interdisciplinaridade no estudo da paisagem / OLAM - Ciência & Tecnologia*. Rio Claro: Aleph Engenharia & Consultoria Ambiental Ltda., vol.4, n. 1, abril/2004b, pp. 46-64.

GUIMARAES, S. T. L.: Cidadania Planetária: uma lição de coexistência e convivência através do compartilhar, In: **Anais do Simpósio Comemorativo aos 10 anos do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos, CRHEA-USP, EESC**, São Carlos/SP, 2005, pp. 118-121.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11ª ed, São Paulo: Loyola, 2002.

HUTCHISON, D. **Educação Ecológica: Idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

IUCN – UNIÃO INTERNACIONAL PARA COSERVAÇÃO DA NATUREZA. Conocimientos Tradicionales y el Derecho Consuetudinario, América do Sul, 2006, disponível em: <http://www.sur.iucn.org/publicaciones/documento.cfm?passcoddoc=366> acesso: 10/12/2006

JUNG, C. G. (org). **O Homem e seus Símbolos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

KARMANN, I. DIAS, C. M. e WEBER, W. Caracterização Litológica e Estrutural das Rochas Metassedimentares do Conjunto Insular Cardoso, Sul do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geociências**, 29 (2): 157 - 162, Junho de 1999.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Caderno de Pesquisa.**, jul. 2002, no.116, p.41-59. ISSN 0100-1574.

LABERGE, J. As Naturezas do Pescador. In DIEGUES, A. C. S. **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

LIMA, S. T. **Paisagens & Ciganos**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista - UNESP, Rio Claro, 1996.

LOWENFELD, V. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

LOWENTHAL, D. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica, In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARIN, A. A. e OLIVEIRA, L. C. B. Bases Epistemológicas Comuns e Significados para a Educação Ambiental. Rio Claro: **OLAM, Ciência e Tecnologia**, Ano VI, Vol. 6, nº 1, maio de 2006.

MARTINS, J. de S. *A Criança como Testemunha*, In MARTINS, J. de S. **A Degradação do Outro nos Confins do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSIRONI, M. **Ver pelo Desenho: Aspectos técnicos, Cognitivos, comunicativos**. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1996.

MÈREDIEU, F. de, **O Desenho Infantil**. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MERLEAU-PONTY, M. A Expressão e o Desenho Infantil. In _____ **O Homem e a Comunicação: A prosa do Mundo**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974

_____ **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

_____ **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (coleção os pensadores)

_____ **Merleau-Ponty na Sorbonne**. Campinas – SP: Papyrus, 1990

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Agenda 21, Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>> , Acesso em Maio/2006.

MORAIS, R. **Estudos de Filosofia da Cultura**. São Paulo: Loyola, 1992.

MOREIRA, A. de C. SALES, R. J. R. de. A Cultura Caiçara no Brasil. **Rev. Debates Sócio Ambientais**, mar/jun, 1999, ano V, nº 12.

MORIN, E. **O Método 3: Conhecimento do Conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____ **O Método 4: As Idéias, Habitat, Vida, Costumes, Organização**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2005

NEUVY, G. **L'Homme et L'Eau: dans le domaine tropical**. Masson: Paris, 1991.

NIEFER, I. **Ilha da Figueira**. Guaraqueçaba: Pousada sobre as Ondas, 1999. Disponível em: <<http://www.superagui.net/p110.htm>>. Acesso em: 15 maio de 2006.

NISBET, R. A. Comunidade. In FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. de S. **Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução a Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

NOFFS, P. da S. **Os caiçaras do Toque Toque Pequeno: Um estudo de Mudança Espacial**. 1988. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – Departamento de Geografia. São Paulo: USP, 1988.

OLIVEIRA, R. D. e OLIVEIRA, M. D. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 7ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1988.

PARQUE ESTADUAL “ILHA DO CARDOSO”, **Plano de Manejo do Parque Estadual “Ilha do Cardoso”**, São Paulo: Instituto Florestal / Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2002.

PELISSARI, M. A. “**O Diário de Campo como Instrumento de Registro**”. Fotocópia, Unesp, 1998.

PORRO, A. **O Povo das Águas: Ensaio de Etno-história da Amazônia**. São Paulo: Edusp/vozes, 1996.

QUEIROZ, R. da S. Caminhos que Andam: Os Rios e a Cultura Brasileira. In REBOUÇAS, A. da C. e BRAGA, B. (org). **Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico**, Uso e Conservação. 2ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

QUEIROZ, Helder L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados.**, ago. 2005, vol.19, no.54, p.183-203. ISSN 0103-4014.

RAMSAR, Secretaría de la Convención de, **Manual de la Convención de Ramsar: Guía a la Convención sobre los Humedales**, 3ª ed. ONU: Ramsar, Irán, (1971), 2004.

RELPH, E. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**, Geografia, vol. 7, nº 4, abril, 1979, p. 01 - 25.

_____ **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

RODRIGUES, A. B. E OTAVIANO, C. A. Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 5-14, jan./jun. 2001 p. 35-44.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SÃO PAULO, Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo: Lei n º 10.019, de 3 de Julho de 1998. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/ger_costeiro/costeiro.htm>, acesso em: Abril e Maio de 2006.

SEEMANN, J. Interpretação de Mapas Infantis em Escala Mundial: Reflexões sobre Percepção, Representação e a Geografia das Crianças. **OLAM, Ciência & Tecnologia**, Ano VI, Vol. 6, nº 1, maio de 2006.

SILVA, C. A. O Olhar que Transcende a Visão, Imagens em Busca de Experiências, **OLAM - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Vol. 3, nº 1, p. 246 - 285, Setembro de 2003.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): **Lei nº 9.985, de julho de 2000**; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

SILVA, G. O. Tudo que tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre os Trabalhadores da Pesca em Piratininga - RJ. In DIEGUES, A. C. S. **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

SEAMON, D. A Singular Impact: Edward Relph's Place and Placelessness. **Environmental and Architectural Phenomenology** Newsletter, vol. 7, no. 3 (fall 1996), pp. 5-8, for a special issue on the 20th-year anniversary of the publication of Place and Placelessness.

SIMMONS, I. G. **Interpreting nature: cultural constructions of the environment**. London: Routledge, 1993.

SIMMONS, I.G. **Ecologia de los Recursos Naturales**. Barcelona: Omega, 1982.

SOUZA, A. C. C. , LINARDI, P. R., BALDINO, R. R. Pesquisa-Ação Diferencial. **Relatório Interno** nº 58/00, Rio Claro: IGCE, UNESP, Outubro de 2000.

SOUZA, S. J. **Infância e Linguagem – Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

STERN, A. **Comprensión del Arte Infantil**. Buenos Aires: Kapelusz, 1962.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 12^a ed, São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Notas para o debate sobre Pesquisa-Ação**. In BRANDÃO, C. R (org) *Repensando a Pesquisa Participante*. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. *Educ. Pesqui.*, set./dez. 2005, vol.31, no.3, p.443-466. ISSN 1517-9702.

TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofolia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *Geografia Humanística*, In CHRISTOFOLETTI, A **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 6^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **La Imaginación y el Arte en la Infância: Ensayo Psicológico**. 6^a ed. Madrid / Espanha: Ediciones Akal, 2003

WEBER, W. **Geologia e Geocronologia da Ilha do Cardoso, Sudeste do Estado de São Paulo** Dissertação de Mestrado, USP, 1998, Instituto de Geociências.

WILSON, E. O. **Consiliência: a unidade do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, R. D. **Do Desenho ao Mapa: Iniciação Cartográfica na Escola**. São Paulo: Contexto, 2001;

ANTONIO, D. G. Representações do Meio Ambiente Através do Desenho Infantil: Refletindo sobre Procedimentos Interpretativos. Rio Grande do Sul, Revista Eletrônica **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO**, Novembro / 2005, nº 14, ano III.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BUTTNER, A. Hogar, Campo de Movimiento y Sentido del Lugar, In: Ramón, M.D.G. (org.), **Teoría y Método en la Geografía Anglosajona**. Barcelona: Ariel Geografía, 1985, pp. 227-241.

BRAGA, R. A. P., CABRAL, J.S.P., MONTENEGRO, S.M.G.L. *et al.* Conservação dos recursos hídricos em brejos de altitude: o caso de Brejo dos Cavalos, Caruaru, PE. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, set./dez. 2002, vol.6, no.3, p.539-546. ISSN 1415-4366.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de, OLIVEIRA, Sonia Maria M. C. de, BARCELLOS, Frederico Cavadas *et al.* **Gestão local e meio ambiente**. *Ambient. soc.*, jan./jun. 2005, vol.8, no.1, p.121-140. ISSN 1414-753X.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda e FERRARO JUNIOR, Luiz Antônio. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (relato de experiência do programa Comunidade Ativa). **Educação e Sociedade.**, dez. 2002, vol.23, no.81, p.161-190. ISSN 0101-7330

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2000.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estud. psicol. (Natal)**, jul./dez. 2002, vol.7, no.2, p.371-378. ISSN 1413-294X.

FERRARA, L. D'A. **Olhar Periférico: Informação, Linguagem e Percepção Ambiental**. São Paulo: EdUsp/FAPESP, 1993.

HAM, S. H. **Interpretacion Ambiental: Um Guia Prática para Gente com Grandes Ideas y Presupuestos Pequeños**. Estados Unidos da América: North American Press, 1992.

HEIMSTRA, N.W. & McFARLING, L.H. **Psicologia Ambiental**. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1978.

GIBSON, J. J. **La percepción del Mundo Visual**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Infinito, 1974.

KOHLSDORF, M.E. Percepção da Paisagem e Planejamento da Identidade, **Cadernos Paisagem**. nº 3, 1998, pp.27-34.

MARTINS, H. H. T. de S.. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, maio/ago. 2004, vol.30, no.2, p.289-300. ISSN 1517-9702

MATURANA, Humberto R. **El Sentido de lo Humano**. Santiago: Hachette, 1992.

MAZZOTTI, A. J. A. e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2ª ed, São Paulo: Pioneira, 2001.

MESQUITA, M. G. C. Caiçaras no Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 23, n.º 4 (abril/junho), 1961

MORAES, D. S. de L. e JORDAO, B. Q. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. **Rev. Saúde Pública**, jun. 2002, vol.36, no.3, p.370-374. ISSN 0034-8910.

RISSO, L. C. Cultura Caiçara: **Chave para a Conservação Ambiental - Um Estudo em Picinguaba - Ubatuba - SP**. Trabalho de Formatura, Rio Claro: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1998.

ROMICE, Ombretta. Conhecimento, interdisciplinaridade e Psicologia Ambiental. **Psicol. USP**, 2005, vol.16, no.1-2, p.167-178. ISSN 0103-6564.

SAGER, Fabio, SPERB, Tania Mara, ROAZZI, Antonio *et al.* Avaliação da interação de crianças em pátios de escolas infantis: uma abordagem da psicologia ambiental. **Psicol. Reflex. Crit.**, 2003, vol.16, no.1, p.203-215. ISSN 0102-7972.

SCHIMITT, J. **Estudo da Percepção Ambiental na Represa do Lobo: Subsídio à Educação e ao Planejamento Ambiental**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo - USP, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos: USP, 2005.

SCHAEFER, S. e JANTSCH, A. P. **O Conhecimento Popular**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, C. J. Da e SILVA, J. A. F. **No Ritmo das Águas do Pantanal**. São Paulo: NAPAUB – USP, 1995.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Psicologia Ambiental e futuro: reflexões geopolíticas sobre Política Ambiental. **Psicol. USP**, 2005, vol.16, no.1-2, p.261-267. ISSN 0103-6564.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, jan./jun. 2005, no.13, p.260-300. ISSN 1517-4522.

WHITAKER, D. A. **Memória, Identidade e Resistência Cultural**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo: Unesp, 1999.

WILSON, E. O. & KELLERT, S.R. (eds). **The Biophilia Hypothesis**. Washington: Island Press/Shearwater Books, 1993.

WHYTE, Anne V.T. **Guidelines for Fields Studies in Environmental Perception**, MAB - Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.

ANEXO I - RELATOS AMPLIADOS

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual "Ilha do Cardoso", Comunidade "Pontal do Leste"

Fonte: Diário de Campo.

Data: 02 de Janeiro de 2005.

Chegando de barco pelo canal do Ararapira, a comunidade apareceu no horizonte cerca de 1h após a saída da comunidade "Marujá", onde estava sediado até então, a comunidade se localiza no extremo sul da ilha, logo que se chega, o primeiro ponto avistado que chama a atenção é o Restaurante da Associação das Mulheres dos Pescadores, construção nova, em madeira, com uma grande varanda, essa construção se destacou ao olhar principalmente por não estar lá na última visita (Agosto - Setembro de 2003), ainda nas margens do canal é avistada a casa dos barcos, construção de madeira onde é guardado aparatos de pesca e peças dos barcos, são vários os barcos fundeados, em geral barcos de pesca pequenos, e uma embarcação maior (de transporte), alguns barcos estão estacionados na areia, são em geral os botes ou canoas, nessa mesma margem que forma como uma praia, com presença das mesmas características de uma praia oceânica existe uma quadra de areia, com uma rede de vôlei.

A primeira atividade programada, foi a visita aos moradores da comunidade, fazendo a apresentação inicial, os objetivos da presença do pesquisador e breves levantamentos, neste mesmo momento realizou-se as localizações das habitações através do GPS:

Residência de Odival Santana, localizando-se em 25° 17'54'' sul e 48° 05'24.7'' oeste, na porção sul da comunidade, feita de alvenaria a casa tem uma pequena varanda e está voltada para o continente, o Sr. Odival possui um pequeno bar, onde seus clientes são principalmente moradores da comunidade e eventualmente visitantes das proximidades, além dos turistas, é casado com Rosalina, tem uma filha chamada Rose casada com um eletricista de

Iguape – SP (Mário), é mãe de Thauann que participou ativamente da pesquisa. Moram em Iguape, mas Thauann foi criado pelos avós até a idade escolar (2003).

Residência da Sr.^a Rosália, localizando-se no centro da comunidade nas coordenadas S 25°17'51" e W 48°05'23", sua casa conta com cinco quartos, destes aluga três no período de temporada turística, feita em alvenaria, tem uma varanda na frente da casa, que é voltada para o canal do Ararapira, possui área para acampamento, podendo acomodar 10 barracas (instituído no plano de Manejo da PEIC). O posto telefônico é em frente a essa residência, o mesmo local é uma pequena biblioteca comunitária. Rosália consiste na líder política da comunidade, mesmo a contra-senso de alguns moradores, é Casada possui dois filhos na idade de 18 a 20 anos que são pescadores como o pai.

Mário Santana, sua residência localiza-se nas coordenadas 25°17'54,6"S e 48°05'23,6"W, possui área para acampamento (10 barracas no máximo), não aluga quartos mas registrou a vontade de construí-los para aumentar a renda da família. Sua casa diferencia-se das outras por ser uma das poucas voltada para o norte, mais precisamente nor-nordeste (NNE), na frente da sua casa (50 metros) situa-se o campo de futebol da comunidade.

Valdecir Donizeti da Cunha, sua casa localiza-se em frente a Escola Estadual Rural "Pontal do Leste", nas coordenadas 25°17'50.2" Sul e 48°05'23,9" Oeste, dono de um barco de transporte de pessoas, faz o transporte das crianças para escola de ensino fundamental (ciclo III e IV) na cidade de Ariri - SP, e turistas, sua esposa Rosa é presidente da Associação das Mulheres dos Pescadores da Comunidade Pontal do Leste, a filha do casal, Natália, 4 anos, também foi convidada para participar das atividades da pesquisa.

O pescador tradicional Laerte e sua esposa Teresa que trabalha no restaurante das Mulheres, são pais de Andrei (apelidado Kaio, 8 anos) e Larissa (6 anos), sua casa localiza-se

nas coordenadas S 25°17'49,8'' e W 48°05'15,5'', uma das casas mais ao norte do centro²⁵ da comunidade, construída em alvenaria é voltada para o sul, ou com uma precisão maior sudoeste (SSO), seguindo a linha da praia, em direção ao centro da comunidade.

Feliciano, sua residência encontra-se nas coordenadas 25°17'49,4'' Sul e 48°05'24,5'' Oeste, pescador tradicional, depende pouco do turismo, pois este não é significativo.

A residência mais perto do canal do Ararapira e a de Odair e Tereza, pais de Altair (10 anos), participante da pesquisa, sua casa localiza-se entre as coordenadas 25°17'53,2''S e 48°05'24,9''W, construída parte em alvenaria parte em madeiramento, encontra-se em reforma para ampliação. Além de pescador, Odair ocasionalmente constrói canoas, ficando algumas semanas na mata para tal (a mata referida é do continente).

Antonio das Neves, localização 25°17'49,3''S e 48°05'20''W, e Juarez, 25°17'51,4''S e 48°05'17,6''W, são pescadores tradicionais, pouco ligados ao turismo, por não existir demanda.

Aroldo e Valdirene pais de Renato (10 anos) e Thiago (4 anos), participantes da pesquisa, tem sua residência localizada em 25°17'48'' S e 48°05'19''W, Aroldo além de pescador faz serviços de carpintaria na comunidade.

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual "Ilha do Cardoso", Comunidade "Pontal do Leste"

Fonte: Diário de Campo.

Data: 03 de Janeiro de 2005.

²⁵ Entende-se centro, neste caso, o local formado pela Escola, pela Igreja e pelo posto telefônico (também biblioteca comunitária).

O segundo dia na comunidade Pontal do Leste, inicia-se com atividades voltadas para as crianças, com início marcado para as 8:30h, somente uma criança encontrava-se no local marcado (em frente a escola da comunidade), alguns minutos depois mais duas crianças chegam. A primeira é Altair, os outros dois são os irmãos Renato e Thiago. A atividade programada para essa manhã é a coleta de material (lixo) na praia, com o objetivo de constituir uma oficina de brinquedos construídos a partir do lixo. Altair indica os locais com maior concentração de lixo (sul da praia). Durante o percurso de coleta, Thauann nos encontrou e auxiliou na coleta.

Após a coleta, voltamos para a escola, lá encontramos a pequena Natália (4 anos) até o momento a única menina no grupo. Iniciou-se desta forma a oficina de brinquedos, que tinha como objetivo mobilizar as crianças participantes da pesquisa, as crianças tinham liberdade para escolher o que construiriam, o material usado era essencialmente: garrafas, diversos tipos de plástico, arame, vasilhas, frascos, tampinhas, etc. (material recolhido, na maioria plástico), barbante, fita adesiva colorida, papel, arame, canetinhas, lápis de cor (material fornecido pelo pesquisador) e pedaços de madeira (gravetos). Também foi fornecido para as crianças instrumentos para as atividades: tesoura, estilete, alicate, cola, etc. Das 5 crianças, 3 começaram e terminaram a construção de embarcações (Altair, Renato e Thauann), Thiago com a ajuda de seu irmão mais velho Renato, fez um chocalho. Natália fez um avião, com auxílio do pesquisador, o corpo do avião era formado por uma garrafa de água cortada ao meio, suas asas de pedaços de plástico, era colorido com fitas adesivas.

Com o término das atividades, houve a motivação das crianças para o objetivo principal da pesquisa: O Desenho. Não se direcionou o desenho, por se trabalhar com uma proposta de desenhos livres. O número de desenhos não foi estipulado, a maioria das crianças fez vários desenhos, mas notou-se certa pressa na atividade, motivada pela ansiedade de brincar com os brinquedos por eles construídos. Os desenhos feitos em papel sulfite, com lápis preto e coloridos, foram recolhidos para a utilização na pesquisa, mas com indicação de serem devolvidos. Toda a atividade (oficina e desenhos) terminou por volta das 12:00h.

No período da tarde, uma caminhada na praia tornou-se uma aula sobre a ilha. Inesperadamente a caminho da praia o pesquisador encontrou o jovem Thauann (9 anos), que

o acompanhou até a praia e em todo o percurso (volta na ponta da ilha). A Rede, segura por um tronco enterrado na areia, esse rede ficava solta no mar, Thauann explicou sua utilização e para que servia (pesca de siri e peixes que chegam perto da praia), continuou a caminhada, contou um pouco de sua vida, morava somente a dois anos com os pais em Iguape, até então tinha sido criando pelos avós na própria ilha, e lá passava todo o tempo que tinha (feriados e férias).

Ao chegarmos na ponta da ilha, onde as águas do Oceano se encontram com as águas do canal, formando como um enorme lago de águas calmas, que modifica-se com a maré, Thauann durante todo o tempo ficou na água, caminhando, nadando, brincando, pegando estrelas do mar. O nível da água era baixo durante uma longa extensão, permitindo que se afastasse da linha da praia com a água na canela, Thauann corria convidando ao mesmo. Ao mesmo tempo que demonstrava uma relação de proximidade com o Oceano, mantinha um grande medo do nadar no fundo, onde os barcos fazem a travessia para o mar de fora...

Quando iniciamos o retorno, pelo canal, visualizamos várias linhas de bóias azuis próximas da margem da ilha, Thauann explica que são criações de ostras para o consumo e venda. Neste momento ele anda na água e no barro formado em suas margens, vai brincado com os pés e com as mãos o barro. Mesmo com suas “brincadeiras”, dizia preferir a praia por ser mais “limpa” (barro).

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, Comunidade

“Pontal do Leste”

Fonte: Diário de Campo.

Data: 04 de Janeiro de 2005.

O horário do encontro modificou-se para as 9:00h, numa tentativa de reunir todas as crianças ao mesmo tempo. Iniciou-se com a oficina de brinquedos: Thauann fez uma viola com um pedaço de madeira, Altair um barco, Renato tentou construir um avião, mas logo

desistiu e fez um chocalho para seu irmão Thiago, este construiu um barco com cola, fita adesiva colorida, um pedaço de garrafa plástica (óleo), e papel o qual também desenhado.

O mais interessante hoje foi após as atividades quando as crianças foram “soltar” seus barcos, os do primeiro dia e os de hoje, não hesitaram em ir ao “Rio de Dentro”, a água estava calma. Assim que soltaram seus barcos, esperavam para ver qual afundava primeiro, mas após o “naufrágio” dos dois primeiros decidiram salvar suas embarcações, que iam cada vez mais longe, para isso utilizaram um pequeno bote de madeira pertencente ao avô de Renato, pegaram os barcos. Altair, para que os barcos não afundassem, corrigiu a flutuação destes através de peso extra, areia. Deste modo, os barcos não afundavam, os outros começaram a fazer o mesmo, até os menores. Notamos que a criança que mais entende do assunto de barcos é Altair.

Quando Renato ia “resgatar” os barcos com o bote de seu avô, o pequeno Thiago corria todas as vezes para o bote, sentava na proa, olhava para frente com um sorriso, segurava firme e de lá ninguém o tirava, no retorno só desembarcava com os gritos de seu irmão mais velho.

No momento do desenho, um ponto a ressaltar foi a tentativa de Thauann de desenhar a água, e não saber como, passou a tentar desenhar a praia (água), Altair também tentava desenhar a água da praia, mas encontravam grande dificuldade na sua representação. Altair desistiu e desenhou o campo de futebol, mas em seguida voltou a tentar o desenho da praia.

Logo após o almoço, todas as crianças chegaram e pediram para desenhar, depois pediram para fazer brinquedos... com um objetivo bem claro, fazer barcos para solta-los na água, verificar se navegavam, qual ia mais longe e qual não afundava.

Os barcos foram lançados... a maré estava abaixando e o vento no sentido na maré (sul), fazendo os barcos navegarem para o sul, foi uma festa do começo ao fim, a perseguição aos barcos se deu pela margem, a cada barco afundado um lamento e uma glória para os que restavam, até os dois últimos sumirem nas pequenas ondas do canal. Logo após, fizeram uma roda na qual discutiam sobre os barcos, qual seria melhor e o que precisavam fazer para

melhorar as embarcações. Alguns barcos possuíam uma “batoneira”, pequeno bote preso atrás de barcos maiores. Os termos náuticos eram comuns entre as crianças.

Um fato interessante, foi no retorno quando Thauann indicou um caminho mais curto até a escola e disse rindo:

“Passamos no quintal do Altair”

Não tinha cercas, muros ou qualquer tipo de demarcação, só uma pequena trilha que passava em frente a casa de Altair e era o menor caminho até a escola.

No fim da tarde, as crianças, estavam brincando perto de algumas árvores, a esquerda da casa onde o observador hospedou-se, agachadas numa roda aos risos, derrepente uma gritaria, e elas saíram correndo em todas as direções e se escondendo, todas as crianças da comunidade ou pelo menos a grande maioria brincavam neste momento (juntas), perguntei a uma das crianças do que brincavam, e a resposta (com surpresa pela pergunta): de assustar; novamente formam a roda, agachados e abraçados, conversam sussurrando, depois de alguns instantes começa novamente a gritaria, notei que as crianças também faziam caras de monstro (caretas), a correria, mas dessa vez as meninas menores correm em direção a suas casas, os meninos correm se escondem mas voltam e param de brincar, uns propõe jogar bola, outro de brincar de burico...

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, Comunidade

“Pontal do Leste”

Fonte: Diário de Campo.

Data: 05 de Janeiro de 2005.

Logo pela manhã fui acordado por estranhos barulhos, pareciam garrafas plásticas batendo uma nas outras, quando sai para ver o que era... as crianças estavam em volta da casa em que me hospedava, esperando para começar as atividades. Todas as crianças já estavam prontas a trabalhar. Deixaram claro que queriam construir barcos, batoneiras, bóias e botes.

Desta vez, todas as crianças se ajudavam, os mais velhos depois de construírem seus barcos ajudavam os mais novos, e logo foram navegar seus barcos no Rio de Dentro, os barcos iam no sentido sul e a oeste (em direção ao continente) e nos dois casos as crianças exclamavam:

“Estão indo para fora...”

“Vamos empurrar mais para fora”

Concluimos que mesmo o Rio de Dentro, também é fora, no sentido que suas margens pertencem ao “dentro” da ilha, mas no sentido do continente é fora, leva para fora da ilha. E o Mar de fora, leva a imensidão, o cotidiano ali não se estabelece.

Quando voltamos a escola, os alunos foram indagados a descrever os sons da ilha, no começo acharam estranho, pensando que era algum tipo de brincadeira, mas sem nenhum problema elegeram o mar com principal som da ilha (o som da praia), além dos passarinho e os morcegos que moram no telhado da escola. Diziam que gostavam de ouvir mesmo o rádio, mas também gostavam do som do mar e o som das festas (viola). Outro som que Altair destacou é o dos barcos que passam.

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, Comunidade

“Pontal do Leste”

Fonte: Diário de Campo.

Data: 06 de Janeiro de 2005.

A atividade de hoje foi um trabalho com fotografias, onde as crianças escolhiam os lugares e elas próprias tiravam fotos (duas): Altair tirou da Escola e do Mar de fora, de cima de uma árvore, em direção da Ilha da Figueira (ilhota a Leste da comunidade). Renato tirou do Rio de Dentro (canal do Ararapira) e da praia em direção da Ilha da Figueira, seu irmão menor Thiago focou o Rio de Dentro e a comunidade no continente (Paraná), e outra foto do perfil da Escola, e no fundo o posto telefônico; Natália tirou fotos do pátio da escola e do barco

de seu pai (que leva seu nome), fundeado no canal; Andrei em sua primeira foto lembrou do Rio de Dentro e em seguida da praia, no Mar de fora; Larissa, também tirou na mesma ordem fotos do Canal e do Oceano.

As crianças motivaram-se bastante para essa atividade, mesmo porque fotografar não faz parte de seu cotidiano. As fotos após o término da pesquisa será devolvida às crianças.

Depois da atividade as crianças foram brincar com seus barcos no canal, observou-se que elas não mais deixavam seu barcos irem com a correnteza e evitavam o máximo que estes afundassem. Exemplo disso é que o pequeno Thiago, que até mesmo fundeou sua embarcação (foto), ou Andrei que colocou bóias em seus barcos para que não afundassem. A questão de poluição pelos resíduos sólidos dos brinquedos, foi sanada pela própria brincadeira.

Em um horário próximo ao almoço, uma atitude interessante: D. Rosália, moradora tradicional em uma manhã de pouca pesca pelo marido (o que foi pescado foi vendido a turistas), contornou a situação indo ao mangue no canal do Ararapira pegar mexilhões, fazendo deste o cardápio (almoço e jantar) do pesquisador que se encontrava hospedado em sua casa,

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, Comunidade

“Pontal do Leste”

Fonte: Diário de Campo.

Data: 07 de Janeiro de 2005.

Hoje a atividade diferencio-se desde o início, os alunos chegaram aos poucos ao longo da manhã, ao contrário dos outros dias não teve a oficina de brinquedos, as crianças somente desenharam, por escolha própria.

O mais interessante foi a descoberta de mais uma obra de arte das crianças, quadros que Altair e Renato confeccionaram a partir de escamas de um peixe que raramente aparece no Rio de Dentro, o MIRAGUAÇA, que seus pais “mataram”, consistindo no desenho do peixe e colagem das escamas (Fotos X e XX). Altair relatou que o quadro ficava exposto na sala de

sua casa, Renato tinha interesse em vende-lo um dia. Os dois objetivos das crianças demonstram o valor dado ao quadro e ao peixe, que foi honrado com um quadro.

A maioria das crianças fizeram desenhos variados, mas Altair se destacou por desenhar quase sempre o mesmo “lugar”, o Mar de Fora e a Ilha da Figueira, desta fez explicou a existência de uma placa no desenho, que orienta sobre a proibição da pesca e mergulho, este desenho era mais rico em detalhes que os outros, mas Altair ficou com ele, para guardar com o quadro de Miraguaça.

Todas as crianças demonstravam entusiasmo ao desenhar, conversando sempre entre eles, sobre os desenhos, utilizavam principalmente lápis de cor.

Ao entardecer observou-se uma brincadeira comum, com um nome diferente, do ponto de vista do observador, o jogo de Burico, uma competição com bolinhas de gude (vidro) entre as crianças. O interessante foi a participação direta e indireta das pessoas mais velhas da comunidade, D. Rosália ajudou a recolher as folhas do chão, os homens davam palpite e pareciam se divertir mais do que as crianças com os acertos e erros. Em alguns momentos os mais velhos até participaram do jogo.

Relato Ampliado

Trabalho de Campo: Parque Estadual “Ilha do Cardoso”, Comunidade

“Pontal do Leste”

Fonte: Diário de Campo.

Data: 08 de Janeiro de 2005.

Hoje encerrou-se as atividades programadas, observou-se também que as crianças começavam a dispersar, a observação se deu de fatos cotidianos das crianças.

Indo ao porto (praia no canal), com Altair, observou-se que as canoas aportadas na praia eram de sua família, uma de seu pai e outra sua, esta que foi construída com sua ajuda: Raspando o fundo, cortando madeira, laminando. Falava com entusiasmo da sua participação na construção da canoa, se apropriava dela e tinha um grande orgulho desse fato.

No canal um dos pescadores mais jovem da comunidade pescava, com auxílio de um mais velho (palpitava), Altair também participava da pescaria, com os olhos... Num dado momento viu no canal um cardume de tainha (peixe tradicional na ilha):

- “Ó! a tainha pulando lá no meio!” (Sic)

Os pescadores avistaram uma canoa vindo da comunidade em frente a ilha, na canoa estavam uma mulher com seus dois filhos pequenos (1 e 4 anos), logo que chegou disse:

- “Ele (seu marido) não queria me trazer, virou as costas e eu vim...”

Fato interessante, foi o modo que desembarcou com seus filhos: pegou o menor pela cintura e o pôs sentado na água (a água alcançava a barriga da criança), sem problema nenhum a criança parecia se sentir muito a vontade, brincando com a água ao lado da canoa; em seguida a mãe pegou o mais velho e o pôs em pé, também na água; saiu da canoa e sem ajuda puxou a canoa até a praia, somente depois pegou os filhos na água. Essa mulher filha de moradores da ilha, foi recebida com bastante alegria pelos moradores que ali se encontravam.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)